

Douglas Daniel de Amorim

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER:
ESTUDO SOBRE OS AGRESSORES A PARTIR DE UMA
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO À MULHER**

Divinópolis
2008

Douglas Daniel de Amorim¹

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER:
ESTUDO SOBRE OS AGRESSORES A PARTIR DE UMA
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO À MULHER**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, Cultura e Organizações Sociais.

Área de concentração: Estudos Contemporâneos
Linha de Pesquisa: Espaço e Sociedade
Orientador: Prof. Dr. Leandro Pena Catão

Divinópolis
Universidade do Estado de Minas Gerais
2008

¹ Douglas Daniel de Amorim – Psicólogo clínico (Universidade FUMEC), pós-graduado em Psicologia Médica (UFMG), Mestre em Educação, Cultura e Organizações Sociais (UEMG). Contato: douglasamorim@yahoo.com.br

A524v

Amorim, Douglas Daniel de

Violência Doméstica contra a mulher: estudo sobre os agressores a partir de uma delegacia especializada de atendimento à mulher. [manuscrito] / Douglas Daniel de Amorim. – 2007.
157 f., enc.

Orientador : Leandro Pena Catão

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Minas Gerais, Fundação Educacional de Divinópolis.

Bibliografia : f. 124 - 128

1. Violência doméstica. 2. Violência contra a mulher - Agressores. 3. Delegacia Especializada da Mulher - Agressividade. 4. comportamento Humano - Saúde. I. Catão, Leandro Pena. II. Universidade do Estado de Minas Gerais. Fundação Educacional de Divinópolis. III. Título.

CDD: 362.829 2

Dissertação defendida e **APROVADA** pela Banca Examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Leandro Pena Catão
FUNEDI/UEMG

Prof^a. Dr^a. Célia Nonata da Silva
Faculdade Estácio de Sá – BH/MG.

Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa
CEFET/MG

Mestrado em Educação, Cultura e Organizações Sociais
Fundação Educacional de Divinópolis
Universidade do Estado de Minas Gerais

Divinópolis, 14 de Março de 2008.

**AUTORIZAÇÃO PARA A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA
DISSERTAÇÃO**

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos de fotocopiadoras e eletrônicos. Igualmente, autorizo sua exposição integral nas bibliotecas e no banco virtual de dissertações da FUNEDI/UEMG.

Douglas Daniel de Amorim

Belo Horizonte, 8 de Abril de 2008

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me norteado para este mestrado. Por causa dele eu encontrei pessoas e instituições que me fizeram crescer muito intelectualmente. Agradeço aos meus pais, por terem me dado todo o apoio necessário durante o curso, sempre com palavras e atitudes de incentivo incondicional. Ao professor e amigo, José Geraldo Pedrosa, por sua disponibilidade, compreensão e sabedoria. Você sabe orientar muito usando poucas palavras. Ao professor Leandro Pena Catão por sua gentileza e atenção. Ao mestre e amigo Tadeu Sampaio, eterno amigo e incentivador. À professora Andréa Guerra, com quem, tudo começou. À delegada Maria Alice, por ter aberto a porta da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, disponibilizando integralmente os dados que solicitei. Também a toda a equipe da Delegacia, que me recebeu de braços abertos, atendendo prontamente às minhas solicitações. A boa vontade de todos (as) os (as) profissionais dessa instituição facilitou enormemente a realização desta pesquisa.

DOLORES

Hoje me deu tristeza,
sofri três tipos de medo
acrescidos do fato irreversível:
não sou mais jovem.
Discuti política, feminismo,
A pertinência da reforma penal,
mas ao fim dos assuntos
tirava do bolso meu caquinho de espelho
e enchia os olhos de lágrimas:
não sou mais jovem.
As ciências não de deram socorro,
nem tenho por definitivo consolo
o respeito dos moços.
Fui no Livro Sagrado
Buscar perdão pra minha carne soberba
E lá estava escrito:
“Foi pela fé que também Sara, apesar da idade avançada,
se tornou capaz de ter uma descendência...”.
Se alguém me fixasse, insisti ainda,
num quadro, numa poesia...
e fossem objeto de beleza os meus músculos frouxos...
Mas não quero. Exijo a sorte comum das mulheres nos tanques,
das que jamais verão seu nome impresso e no entanto
sustentam os pilares do mundo, porque mesmo viúvas dignas
não recusam casamento, antes acham o sexo agradável,
condição para a normal alegria de amarrar uma tira no cabelo
e varrer a casa de manhã.
Uma tal esperança imploro a Deus.

(ADÉLIA PRADO, *in* “Coração Disparado”)

RESUMO

A presente dissertação propõe-se a compreender as circunstâncias sociais, assim como identificar o perfil social dos homens que cometeram alguma forma de violência doméstica contra a mulher e que foram denunciados em uma Delegacia Especializada de Atenção à Mulher. Neste estudo, os agressores apresentam vínculo afetivo-sexual com as agredidas. Além disso, a situação de violência abordada é restrita apenas à esfera doméstica, ou seja, no lugar de coabitação entre agressor e vítima. O referencial teórico deste estudo segue a proposta transdisciplinar do Mestrado em Educação, Cultura e Organizações Sociais da Fundação Educacional de Divinópolis / Universidade Estadual de Minas Gerais e tenta investigar o tema proposto a partir de uma articulação entre Psicologia, Filosofia Social, Direito e Saúde, com utilização de obras clássicas e artigos científicos contemporâneos. Foi realizada uma pesquisa documental a partir de uma amostra de seiscentos boletins de ocorrência arquivados na Delegacia mencionada, além dos registros do Livro de Ocorrências que também fica alocado na instituição. Foram catalogados dados dos anos de 2004, 2005 e 2006 referentes aos agressores que cometeram crimes de “lesão corporal” e “ameaça”, ou então, da contravenção penal “vias de fato”. Os agressores estudados a partir dos dados da Delegacia geralmente têm baixa escolaridade e, na maior parte das vezes, apresentam ensino fundamental incompleto ou completo. Pertencem às camadas mais pobres da população, trabalhando em profissões de baixa remuneração. Há também aposentados ou desempregados. Sua residência é na maior parte das vezes localizada em bairros considerados pobres, assim como na zona rural. Entretanto, cumpre-se mencionar que parte das pessoas da amostra estudada reside no centro da cidade. A faixa etária da maioria dos homens que perpetraram

violência doméstica contra a mulher localiza-se entre 26 e 41 anos, sendo eles, geralmente, naturais do município onde residem.

Palavras-chave: Violência doméstica, gênero, agressor, vítima, Delegacia Especializada de Proteção à Mulher, Divinópolis.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the social circumstances, as well as identify the social profile of the men who committed some form of domestic violence against women had charges pressed in a Special Victims Police Department . In this study, the aggressors are sexually involved with the victims of aggression. Moreover, the situation of violence involved is restricted only to the domestic sphere, therefore in the place of cohabitation of the aggressor and victim. The theoretical reference of this study follows the multi-subject proposal of the Master course in Education, Culture and Social Organizations at the Fundação Educacional de Divinópolis / Universidade Estadual de Minas Gerais and tries to investigate the proposed issue articulating amongst psychology, Social Philosophy, Law and Health, using classical literature and contemporary scientific articles. A Documentary search from a sample of 600 Police charges in the mentioned police departments, in addition to the records of the record book located in the institution. Data cataloged from the years 2004, 2005 and 2006 regarding the perpetrators who committed crimes of “body injury” and “threat”, or felony of physical offense. The aggressors studied from the police department data generally have lower education, and, in most cases, presented incomplete or complete elementary school. Belonging to the poorest population class, they work in jobs with low paying. There are also cases of retired or unemployed individuals. The usual residence is in most cases located in poor neighborhoods, as well as in the rural areas. However, part of the individuals in the studied sample reside downtown. The major part of the studied men who perpetrated these crimes are between the ages of 26 and 41 years old, being generally born in the place where they reside.

Keywords: *Domestic violence, gender, aggressor, victim, Police Department of Special Victims, Divinópolis.*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual de publicações por instituição descritos por Aquino.....	51
Tabela 2 - Percentual de publicações por periódico nos artigos selecionados.....	54
Tabela 3 - Percentual de publicações por instituição responsável pela publicação dos artigos selecionados.....	55
Tabela 4 - Quantidade, localização e percentual de universidades que produziram publicações nos artigos selecionados.....	55
Tabela 5 - Natureza das agressões e frequência mensal no ano de 2004.....	101
Tabela 6 - Natureza das agressões e frequência mensal no ano de 2005.....	102
Tabela 7 - Natureza das agressões e frequência mensal no ano de 2006.....	103
Tabela 8 - Número total de Boletins de Ocorrência e de Boletins de Ocorrência “específicos” nos anos de 2004, 2005 e 2006.....	105
Tabela 9 - Níveis de escolaridade mais encontrados entre os agressores no ano de 2004.....	107
Tabela 10 - Profissões mais encontradas entre os agressores no ano de 2004.....	108
Tabela 11 - Bairros de moradia mais encontrados entre os agressores no ano de 2004.....	108
Tabela 12 - Faixa etária mais encontrada entre os agressores no ano de 2004.....	109
Tabela 13 - Estado Civil dos agressores mais frequentes no ano de 2005.....	109
Tabela 14 - Profissões mais encontradas entre os agressores no ano de 2005.....	110
Tabela 15 - Bairros de moradia mais encontrados entre os agressores no ano de 2005.....	111
Tabela 16 - Faixa etária mais encontrada entre os agressores no ano de 2005.....	111
Tabela 17 - Níveis de escolaridade mais encontrados entre os agressores no ano de 2006.....	112
Tabela 18 - Profissões mais encontradas entre os agressores no ano de 2006.....	113
Tabela 19 - Bairros de moradia mais encontrados entre os agressores no ano de 2006.....	113
Tabela 20 - Faixa etária mais encontrada entre os agressores no ano de 2006.....	114

Tabela 21 - Cores de pele mais encontradas entre os agressores no triênio 2004, 2005, 2006.....	114
Tabela 22 - Estado Civil dos agressores mais freqüentes no triênio 2004, 2005, 2006.....	115
Tabela 23 - Níveis de escolaridade mais encontrados entre os agressores no ano triênio 2004, 2005, 2006.....	115
Tabela 24 - Profissões mais encontradas entre os agressores no triênio 2004, 2005, 2006.....	116
Tabela 25 - Bairros de moradia mais encontrados entre os agressores no triênio 2004, 2005 e 2006.....	116
Tabela 26 - Faixa etária mais encontrada entre os agressores no triênio 2004, 2005, 2006.....	117
Tabela 27 - Naturalidade mais encontrada nos agressores no triênio 2004, 2005, 2006.....	117
Tabela 28 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à cor da pele, no ano de 2004.....	130
Tabela 29 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à cor do cabelo, no ano de 2004.....	130
Tabela 30 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação ao estado civil, no ano de 2004.....	131
Tabela 31 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à escolaridade, no ano de 2004.....	131
Tabela 32 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à idade, no ano de 2004.....	132
Tabela 33 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à naturalidade, no ano de 2004.....	132
Tabela 34 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação ao bairro aonde reside, no ano de 2004.....	133
Tabela 35 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à ocupação, no ano de 2004.....	134
Tabela 36 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à cor da pele, no ano de 2005.....	135

Tabela 37 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à cor do cabelo, no ano de 2005.....	135
Tabela 38 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação ao estado civil, no ano de 2005.....	136
Tabela 39 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à escolaridade, no ano de 2005.....	136
Tabela 40 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à idade, no ano de 2005.....	137
Tabela 41 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à naturalidade, no ano de 2005.....	137
Tabela 42 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação ao bairro aonde reside, no ano de 2005.....	137
Tabela 43 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à ocupação, no ano de 2005.....	139
Tabela 44 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à cor da pele, no ano de 2006.....	140
Tabela 45 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à cor do cabelo, no ano de 2006.....	141
Tabela 46 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação ao estado civil, no ano de 2006.....	141
Tabela 47 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à escolaridade, no ano de 2006.....	141
Tabela 48 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à idade, no ano de 2006.....	142
Tabela 49 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação ao bairro aonde reside, no ano de 2006.....	142
Tabela 50 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à naturalidade, no ano de 2006.....	143
Tabela 51 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à ocupação, no ano de 2006.....	144
Tabela 52 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à cor da pele, aglutinando-se os anos de 2004, 2005 e 2006.....	145

Tabela 53 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à cor do cabelo, aglutinando-se os anos de 2004, 2005 e 2006.....	146
Tabela 54 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação ao estado civil, aglutinando-se os anos de 2004, 2005 e 2006.....	146
Tabela 55 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à escolaridade, aglutinando-se os anos de 2004, 2005 e 2006.....	147
Tabela 56 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à idade, aglutinando-se os anos de 2004, 2005 e 2006.....	147
Tabela 57 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação ao bairro aonde reside, aglutinando-se os anos de 2004, 2005 e 2006.....	148
Tabela 58 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à naturalidade, aglutinando-se os anos de 2004, 2005 e 2006.....	149
Tabela 59 - Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à ocupação, aglutinando-se os anos de 2004, 2005 e 2006.....	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA	– Estado da Bahia.
BO	– Boletim de Ocorrência.
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CE	– Estado do Ceará.
CEDAW	– Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
CEVIC	– Centro de Atendimento a Vítimas de Crime de Florianópolis.
CEVIC	– Centro de Atendimento a Vítimas de Crime.
CIAM	– Centro Integrado de Atendimento à Mulher.
CIPD	– Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento.
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Brasil.
CSW	– Comissão de Status da Mulher.
DEAM	– Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher Divinópolis.
FIOCRUZ	– Fundação Oswaldo Cruz.
MG	– Estado de Minas Gerais.
OEA	– Organização dos Estados Americanos.
ONU	– Organização das Nações Unidas.
RJ	– Estado do Rio de Janeiro.
RS	– Estado do Rio Grande do Sul.
RS	– Estado do Rio Grande do Sul.
SC	– Estado de Santa Catarina.

- SciELO – *Scientific Eletronic Library Online.*
- SP – Estado de São Paulo.
- TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência.
- UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- UERJ – Universidade do Estado d Rio de Janeiro.
- UFBA – Universidade Federal da Bahia.
- UFC – Universidade Federal do Ceará.
- UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul..
- UFSCar – Universidade Federal de São Carlos.
- UNESP – Universidade Estadual de São Paulo.
- UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.
- UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo.
- UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- USP – Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Situação geradora do problema.....	15
1.2 Objetivos.....	16
1.2.1 Objetivos gerais.....	16
1.2.2 Objetivos específicos.....	16
1.3 Procedimentos de pesquisa.....	16
1.4 Referencial teórico.....	18
1.5 Estrutura da dissertação.....	19
2 VIOLÊNCIA: UM OLHAR SOCIAL E PSICOLÓGICO.....	20
2.1 A violência sob uma perspectiva transdisciplinar.....	20
2.2 Conceituação da situação de violência.....	23
2.3 Existe uma natureza humana violenta?.....	25
2.4 Conflito entre princípio do prazer e princípio da realidade.....	37
2.5 O mal-estar psíquico na contemporaneidade.....	42
3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUAS PECULIARIDADES.....	49
3.1 Violência de gênero no Brasil: estudos recentes.....	49
3.2 O que se produz academicamente sobre gênero e violência no Brasil.....	58
3.3 Formas de violência contra a mulher.....	70
3.4 Fatores e circunstâncias envolvidos na violência de gênero.....	76
4 VIOLÊNCIA DE GÊNERO, DIREITOS E PESQUISA DOCUMENTAL..	84
4.1 Convenções, tratados, conferências mundiais das mulheres e sua influência na legislação brasileira	84

4.2 Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis.....	96
4.3 Dados quantitativos da Delegacia e suas respectivas análises.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS.....	124
ANEXOS.....	129
<i>ANEXO 1 – TABELAS.....</i>	<i>130</i>
<i>ANEXO 2 – ENTREVISTA COM A DELEGADA.....</i>	<i>152</i>

1 - INTRODUÇÃO

1.1 – Situação geradora do problema

A violência doméstica contra a mulher é um tema que tem sido considerado expressivo pela sociedade nos tempos atuais. Uma prova desta afirmação foi a criação, no Brasil, da “Lei Maria da Penha”, em agosto de 2006. Esta lei foi uma conquista inédita por parte das mulheres brasileiras, que, até a data acima mencionada, não dispunham de uma legislação específica que tratasse da violência contra elas. Portanto, a criação de um dispositivo jurídico para coibir-se exclusivamente essa forma de violência evidencia a gravidade da questão. Uma vez constatada a presença expressiva da violência doméstica contra a mulher, entende-se que a investigação acerca das circunstâncias da agressão seja importante, assim como o estabelecimento do perfil social do agressor. Os estudos sobre violência contra a mulher são recentes no país e, na sua maioria, são realizados tendo as vítimas como população de estudo. Esta constatação pôde ser realizada a partir da revisão de literatura feita nesta dissertação, na qual se percebeu o quão poucos são os artigos científicos brasileiros que investigam a violência contra a mulher, a partir do agressor. A escassez de pesquisas que tenham como foco o perpetrador da violência doméstica contra a mulher também justifica a pertinência de realizarem-se estudos nesta direção.

1.2 – Objetivos

A dissertação será desenvolvida com um objetivo geral e objetivos específicos.

1.2.1 - Objetivo geral

O objetivo geral será contribuir com os estudos sobre a violência doméstica contra a mulher na contemporaneidade.

1.2.2 - Objetivos específicos

Os objetivos específicos serão:

- Avaliar quais as circunstâncias sociais que levam um homem que possui vínculo afetivo-sexual com uma mulher a constrangê-la a situações de violência doméstica.
- Identificar o perfil social do agressor que é denunciado na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, de Divinópolis, Minas Gerais.

1.3 – Procedimentos de pesquisa

Esta pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira, direcionada para a revisão de literatura, que será mais bem explicitada no próximo tópico, intitulado “Referencial teórico”.

A segunda etapa é de pesquisa documental. Para a sua realização foram utilizadas duas fontes. Em primeiro lugar, o Livro de Ocorrências da Delegacia Especializada de

Atendimento à Mulher de Divinópolis. Nele são registrados, de forma manual, os crimes e contravenções penais sofridos pelas mulheres a partir dos seus relatos, ou então de dados transferidos dos Boletins de Ocorrência (BO) da Polícia Militar. Como a coleta de dados se iniciou no segundo semestre de 2007, optou-se por selecionar os três anos anteriores para fins de pesquisa, de forma que se pudesse, após contagem manual de todos os casos, obter-se os tipos de violência praticados contra as mulheres, assim como sua frequência. A segunda fonte de documentos consultada foram os boletins de ocorrência que se encontravam arquivados na Delegacia, nos mesmos anos citados. Ao todo, foram encontrados 2.155 boletins de ocorrência. Constatou-se que destes, 1.513 (70%) correspondiam a três tipificações de crime ou contravenção penal: “ameaça”, “vias de fato” e “lesão corporal”. Pelo fato de serem mais expressivos, os 1.513 boletins de ocorrência referentes a esses crimes ou contravenções penais foram selecionados.

Algo a ser ressaltado é que os boletins de ocorrência oferecem dados importantes acerca do autor e da vítima do crime ou contravenção penal: cor da pele, tipo de cabelo, estado civil, escolaridade, idade, naturalidade, ocupação profissional e local de residência. Há de destacar-se também que, em muitas oportunidades, o policial militar responsável por preencher manualmente os dados do boletim de ocorrência, nem sempre o fez de maneira completa. Isso significa que, em um grande número de boletins de ocorrência, algumas informações importantes não foram transcritas. Optou-se então por selecionar para análise os boletins que estivessem com maior quantidade de dados referentes aos três tipos de crime ou contravenção penal mencionados. Com isso, chegou-se a um total de 600 boletins de ocorrência, 200 por ano pesquisado. De cada conjunto de 200 boletins, 70 referem-se ao crime de “ameaça”; 70, à contravenção penal “vias de fato”; e 60, ao crime de “lesão corporal”. Em seguida foram feitas análises tanto por ano, quanto do conjunto (2004, 2005 e 2006), na tentativa de estabelecer-se um perfil social do agressor.

Optou-se também por fazer uma entrevista com a Delegada titular, que se encontram nos anexos desta dissertação. O objetivo desta entrevista foi o de saber quais seriam as suas percepções a respeito dos dados encontrados, assim como em relação à questão da violência doméstica contra a mulher em sua experiência diária, na instituição policial.

1.4 – Referencial teórico

O referencial teórico desta dissertação contempla autores que tratam a questão da violência a partir de diferentes campos de estudo. Uma vez que a proposta do Mestrado em Educação, Cultura e Organizações Sociais da instituição à qual esta pesquisa está atrelada apresenta enfoque transdisciplinar, tentou-se estabelecer uma interlocução com diferentes áreas do conhecimento.

Sobre a agressividade e violência no comportamento humano, foram utilizados autores clássicos da Psicanálise (Sigmund Freud) e da Filosofia Social (Herbert Marcuse e Erich Fromm). De cada um desses autores foi escolhida apenas uma obra, considerada mais adequada para a discussão.

No tocante aos estudos de gênero optou-se por uma revisão bibliográfica a partir do *site* SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), responsável por indexar os principais periódicos brasileiros no campo da saúde coletiva.

No campo do Direito, procurou-se pesquisar sobre a violência doméstica contra a mulher na Constituição Federal de 1988, no Código Penal, assim como na “Lei Maria da Penha”. Optou-se também por consultar os principais tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário, no que diz respeito aos direitos humanos das mulheres.

1.5 – Estrutura da dissertação

Além da introdução e das considerações finais, esta dissertação divide-se em três capítulos. No primeiro, discutem-se especificamente a violência e a agressividade no comportamento humano. O segundo capítulo representa um recorte na questão da violência, no qual se selecionou para investigação uma de suas expressivas manifestações: a violência de gênero. A partir daí, realiza-se um aprofundamento em seu estudo, nos quais são contemplados estudos atuais a respeito da violência contra a mulher, no Brasil. O terceiro capítulo aborda as legislações brasileiras e internacionais no que diz respeito aos direitos das mulheres, assim como a pesquisa documental na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, Minas Gerais.

2 - VIOLÊNCIA: UM OLHAR SOCIAL E PSICOLÓGICO

A violência é uma situação social que se tem mostrado muito freqüente na contemporaneidade. Noticia-se sobre violência nas escolas, no trânsito, nas ruas, contra a criança, contra a mulher e em uma infinidade de locais e/ou circunstâncias.

O estudo da violência social aponta para uma série de peculiaridades que serão discutidas ao longo deste capítulo. Inicialmente, poderia ser mencionado o caráter multifacetado de suas ocorrências, indo desde as mais sutis até às mais grotescas manifestações. Segundo Caram (1978):

Ela se manifesta em diferentes domínios, em formas variadas e nem sempre num confronto direto “face a face”. Parece-nos que existe uma gradação da violência na sociedade, indo desde o atentado à integridade física, psíquica e moral da pessoa até às formas mais refinadas e sutis da propaganda, manipulação, controle e domínio do homem (CARAM, 1978, p. 169).

Ao notar-se a presença constante da violência na sociedade, entende-se que o tema de pesquisa assumirá caráter relevante, uma vez que essa situação social se apresenta como um grave problema gerador de repercussões nas esferas física, psicológica e social.

2.1 A violência sob uma perspectiva transdisciplinar

Por tratar-se de um assunto que não pertence exclusivamente a nenhum campo específico de saber, seu estudo faz-se complexo também, em virtude da necessidade de lidar-se com perspectivas de áreas de conhecimento diferentes.

A violência pode ser chamada de um estado, onde assume múltiplos papéis, tem inúmeras causas e se encontra submergida em vários domínios. Visto a violência ser um fenômeno complexo, sua análise, hoje, não pode mais se restringir ao aspecto moral de relações diretas e nem mesmo a alguns aspectos da Economia, da Política ou da Sociologia. Ela atinge a totalidade da vida humana (CARAM, 1978, p. 13).

O comportamento violento pode ser investigado sob vários prismas¹, o que amplia ainda mais o foco de análise do referido tema. À luz da ciência psicológica, pode-se conceber as práticas violentas a partir de várias nuances. Michaud (1989) diz que existem abordagens da Psicologia que estudam a agressividade e violência a partir dos estudos experimentais das condutas agressivas, outras estudam a personalidade dos agressores e, ainda, abordagens que estudam as relações de agressão em termos de interações sociais.

Uma vez constatadas as várias possibilidades de investigação das situações de violência, entende-se que seu estudo possa constituir-se em um exercício de prática transdisciplinar, ao tentar fazer-se o cruzamento de concepções de diferentes áreas de estudo. Como a transdisciplinaridade é uma proposta de produção de conhecimento que busca incessantemente o diálogo entre os campos de saber, entende-se que o esforço para estabelecerem-se interlocuções entre diferentes áreas do conhecimento propicie uma compreensão mais ampla acerca dos temas pesquisados. Segundo Domingues (2001):

Por transdisciplinaridade, que vem a ser o verdadeiro eixo do IEAT (Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG), entende-se antes de mais nada, ao se pôr em relevo o prefixo *trans* (que, além da acepção de “através” ou de “passar por”, encerra os sentidos de “para além”, “passagem”, “transição”, “mudança”, “transformação” etc.), aquelas situações do conhecimento que conduzem à transmutação ou ao traspasse das disciplinas, à custa de suas aproximações e frequentações. Pois, além de sugerir a idéia de movimento, da frequentação das disciplinas e da quebra de barreiras, a transdisciplinaridade permite pensar o cruzamento de especialidades, o trabalho nas interfaces, a superação de fronteiras, a migração de um conceito de um campo de saber para outro, além da própria unificação do conhecimento (DOMINGUES, 2001, p. 17).

¹ No segundo capítulo serão discutidos textos de pesquisadores vinculados a algumas universidades brasileiras que se propõem a investigar a questão da violência, mais especificamente, a violência de gênero.

A fim de demonstrar-se a orientação transdisciplinar desta dissertação, será caracterizada, a seguir, uma situação na qual um aspecto do tema de estudo proposto tem muitas vezes uma compreensão exclusivamente disciplinar: existem divergências teóricas principalmente entre fisiologistas e psicólogos em relação ao estudo da violência. A questão dos fenômenos violentos abordados tanto pela Psicologia quanto pela Neurofisiologia ao longo dos tempos tentou provar (e uma parte dos psicólogos e neurofisiólogos ainda o fazem) que os comportamentos violentos são oriundos de mecanismos unicamente psicológicos, ou então, por outro lado, especificamente biológicos. Sendo assim, a proposta da transdisciplinaridade segue uma direção divergente da observada nessa disputa, como menciona Fromm (1987):

Cada ciência tem o seu próprio conteúdo, os seus próprios métodos, e a direção que assume é determinada pela aplicabilidade de seus métodos, dos dados que lhe são peculiares. Não se pode esperar que o neurofisiólogo proceda da mesma forma que seria mais aconselhável segundo o ponto de vista do psicólogo, ou vice-versa. Mas pode-se esperar que ambas as ciências permaneçam em íntimo contato e se auxiliem reciprocamente (FROMM, 1987, p. 133).

As divergências teóricas são pertinentes e têm mais utilidade para a produção do conhecimento, quando colocadas numa perspectiva dialógica. Segundo Livingston (*apud* Fromm, 1987), com respeito à Psicologia e Neurofisiologia, já se encontra em curso um movimento de rompimento de fronteiras, que, por sua vez, possibilita aos cientistas freqüentarem áreas de pesquisa originalmente distintas e exclusivas:

Uma união real será estabelecida entre a Psicologia e a Neurofisiologia quando um grande número de cientistas tiver sólidos conhecimentos de ambas as disciplinas. Muitas das identificações tradicionais dos dois campos estão sendo postas de lado. Devemo-nos livrar ativamente de qualquer provincianismo que ainda perdure, assim como do sentido de jurisdição e de rivalidade entre essas disciplinas (LIVINGSTON, *apud* Fromm, 1987, p. 134).

Como um demonstrativo do esforço de produzir um estudo que trilhe os caminhos da transdisciplinaridade, salienta-se que a presente pesquisa será orientada por obras de campos de estudo variados, tais como Psicologia, Psicanálise, Filosofia Social, Sociologia, Direito e Saúde Coletiva.

Ao longo deste capítulo serão feitas tentativas de conceituar-se a violência, assim como considerações sobre algumas de suas nuances do ponto de vista psicológico e social. A intenção é de que a análise sobre estas duas esferas (e como uma influencia a outra e vice-versa) possa auxiliar na compreensão de algumas situações de violência na contemporaneidade.

2.2 Conceituação da situação de violência

Um dos pontos a serem discutidos no presente capítulo é a realização de conceituações do que vem a ser violência. Para isso, alguns autores sugerem que essa tarefa seja possível, utilizando-se a via subjetividade. Assim, em relação ao acima exposto, Michaud (1989) frisa que é um erro pensar que a violência possa ser concebida e apreendida independentemente de critérios e de pontos de vista. Estes podem ser institucionais, jurídicos, sociais, às vezes pessoais. A utilização da subjetividade para conceituarem-se determinados temas de pesquisa não significa a anulação da cientificidade de sua investigação. Horkheimer (2000) concorda com Michaud (1983) no tocante à possibilidade de utilizar-se a via subjetiva para conceituarem-se determinados objetos. Inclusive, porque em seu entendimento, a compreensão do mundo depende de fatores subjetivos:

A consciência da tarefa de determinar as origens subjetivas dos conceitos deve estar presente em cada etapa de definição do objeto. Isso se aplica tanto às idéias básicas como fato, acontecimento, coisa, objeto, natureza, quanto às relações psicológicas ou sociológicas (HORKHEIMER, 2000, p.97).

A partir dos pensamentos de Michaud (1983) e Horkheimer (2000), acerca da viabilidade da conceituação do termo “violência”, serão discutidas adiante algumas tentativas de se fazê-lo, à luz do pensamento de pesquisadores envolvidos diretamente em seu estudo.

De acordo com Pereira (1975):

A violência tem duas conotações primordiais: física e moral. Ela pode ser ostensiva ou secreta. Ser praticada fisicamente, através da agressão material. Mas também evidenciada por meio de gestos, atitudes, palavras, orais ou escritas, e até mesmo pelo simples olhar. Numerosas são as formas de que se reveste a violência como ingrediente de muitas ações humanas (PEREIRA, 1975, p. 61).

Os teóricos da violência citados neste capítulo consideram-na como existente em três grandes vertentes, que se subdividem em uma infinidade de ramificações, dando origem a formas cada vez mais específicas de manifestação. São elas: a física, a psicológica e a moral. O desrespeito em alguma destas esferas parece ser um ingrediente indispensável para considerar-se que uma situação possa ser conceituada como violenta. No momento em que ocorre o desrespeito, está em curso uma desconsideração do corpo, da mente ou dos valores de outrem. Portanto, é muito limitado conceber a situação da violência somente em termos de agressão física. Michaud (1989) lembra que a violência acontece quando ocorrem danos que podem ser físicos, psíquicos, morais, aos bens, aos próximos, aos laços culturais, às crenças e aos costumes.

Ao refletir-se sobre um episódio de violência, no qual um ser humano entra em conflito com o outro, imediatamente percebe-se o caráter social dela. E, em épocas distintas, as manifestações de violência assumem características específicas. Caram (1978) entende que a violência é uma realidade inegável da vida social de nossos tempos e afirma: “Se se levar em conta os diversos fatores de *influência* na sociedade, ver-se-á que a violência é sempre um *fator histórico*, isto é, está profundamente relacionada com as condições sociais e históricas predominantes” (CARAM, 1978, p. 11). Silva e Silva (2005) também consideram a violência

como um fenômeno social e que não se restringe apenas à esfera física, sendo uma categoria com amplos significados:

Hoje, o termo violência denota, além da agressão física, diversos tipos de imposição sobre a vida civil, como a repressão política, familiar ou de gênero, ou a censura da fala, e do pensamento de determinados indivíduos e, ainda, o desgaste causado pelas relações de trabalho e condições econômicas. Dessa forma, podemos definir violência como qualquer relação de força que um indivíduo impõe a outro (SILVA; SILVA, 2005, p. 412).

Sendo assim, Silva e Silva, ao utilizarem-se da concepção de imposição para caracterizar uma situação de violência, sintetizam o pensamento dos outros autores que se propõem a conceituar a “violência”, discutidos até o momento, nesta dissertação. O fato de uma pessoa tentar impor-se física, psíquica, moral, cultural ou economicamente sobre outra faz com que uma situação de violência possa ser caracterizada como tal.

Até o presente momento foi discutida basicamente a conceituação da violência em termos sociais. O próximo tópico dedica-se a fazer uma investigação acerca da violência a partir do comportamento humano, ou seja, em termos psicológicos.

2.3 Existe uma natureza humana violenta?

Neste tópico, busca-se fazer uma compreensão da violência sob a ótica de três autores² em suas respectivas obras consideradas clássicas: Sigmund Freud, em seu livro *O Mal-Estar da Civilização* (1929); Erich Fromm, em *A Anatomia da Destrutividade Humana* (1977); e Herbert Marcuse, em *Eros e Civilização: Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de*

² São utilizados também neste primeiro capítulo outros autores. No entanto, chama-se a atenção para que o núcleo da reflexão sobre a violência neste tópico será norteado pelas obras de Freud, Fromm e Marcuse.

Freud (1955). Portanto, em todas as vezes em que esses três autores forem mencionados, subtende-se que se estará referindo às obras acima mencionadas.

Freud escreveu *O Mal-Estar da Civilização* no período entre guerras e muito próximo à data da quebra da Bolsa de Nova Iorque. Seu texto remete à capacidade do exercício da violência pelos seres humanos.

Fromm era alemão e estudou Direito e Filosofia na Universidade de Frankfurt, Alemanha. Iniciou seus estudos sobre Psicanálise em Berlim e depois retornou para Frankfurt, ligando-se aos filósofos da escola da referida cidade, dentre eles, Herbert Marcuse. No entanto, Fromm tornou-se um crítico de algumas concepções freudianas, dentre elas a sua recusa em utilizar o divã, preferindo realizar a psicoterapia face a face. Criticava também o universalismo de Freud, pois acreditava que a cultura também representava forte influência no psiquismo humano. Tendo migrado para os Estados Unidos em 1934, principalmente por causa do Nazismo, passou a ser considerado um revisionista da obra freudiana, seguindo o que foi denominado de “Corrente Culturalista”. Existiram também outros revisionistas da Psicanálise, tais como Karen Horney e Clara Thompson³, que compactuavam com as concepções de Fromm.

Herbert Marcuse, filósofo social da Escola de Frankfurt, migrado para os Estados Unidos em 1934 em virtude do Nazismo, iniciou seus estudos sobre Psicanálise após seu retorno à Alemanha. Marcuse, com sua leitura acerca das conseqüências que a vida na sociedade contemporânea pode causar nas pessoas, em conjunto com as leituras de Freud e Fromm, possibilitará, neste capítulo, estabelecer interlocuções entre estes dois últimos. Marcuse questionava tanto os revisionistas pela valorização excessiva da influência cultural no comportamento humano, quanto a Psicanálise freudiana, que enfatizava a pulsão de

³ Apesar de existirem outros autores representantes da Corrente Culturalista, o único a ser abordado no presente texto é Erich Fromm.

morte⁴, como destino final da humanidade. De acordo com Plon e Roudinesco (1997), Herbert Marcuse “em lugar de ver na pulsão de morte o principal motor do destino humano, afirmava que *eros* (ou princípio de prazer) era a única força capaz de lutar contra a ordem estabelecida (princípio de realidade)” (PLON; ROUDINESCO, 1997, p. 500).

Uma vez identificados os autores que serão citados, faz-se necessário frisar que a tentativa de estabelecer-se um diálogo entre eles seja possível, em virtude do tema tratado em suas respectivas obras. Freud e Fromm abordam a questão da violência de forma mais direta⁵, enquanto Marcuse procura um caminho que torne possível a convivência social menos violenta.

Para realizar-se um estudo sobre violência, faz-se importante inserir a questão da agressividade, uma vez que é tarefa complexa refletir sobre fenômenos violentos, sem se conceber uma determinada dose de agressão. Entretanto, como será discutido, a agressividade e a violência são vistas sob ângulos diferentes por parte de Freud e Fromm.

Antes de se fazer o esclarecimento da divergência do ponto de vista destes autores, enfatiza-se a necessidade de fazer-se uma breve explanação sobre um dos teóricos precursores do estudo da agressividade: Konrad Lorenz. Lorenz era um etólogo, ou seja, um estudioso do comportamento dos animais (principalmente de peixes e pássaros). Fazia experiências com diferentes espécies, chegava a determinados resultados e estabelecia analogias com o comportamento humano. Em outras palavras, Lorenz, ao estudar os animais, buscava explicações para as atitudes das pessoas. Segundo ele, a agressão entre animais da mesma espécie está a serviço da vida. Chegou a essa conclusão basicamente colocando um grande número de animais de uma mesma espécie (camundongos) em um pequeno espaço para ver o que acontecia. A consequência básica é que eles começavam a agredir-se até se matarem por

⁴ O conceito de pulsão será descrito posteriormente.

⁵ É importante destacar que nenhum destes três autores é teórico que estuda a violência exclusivamente. Eles são teóricos da Psicanálise e da Filosofia Social. Sendo assim, não apresentam conceituações do que vem a ser a violência. Para conceituar-se a violência, já foram citados autores que se dedicaram a produzir obras exclusivas sobre o tema.

falta de espaço e os mais fortes resistirem. Concluiu que a agressividade era um instinto que primava pela seleção dos mais fortes para a continuidade da espécie, e que aguardava apenas alguma situação propícia para exprimir-se.

Freud, que era um estudioso do psiquismo humano propriamente dito, analisa a agressividade de uma forma diversa da de Lorenz. Em primeiro lugar, o psicanalista⁶ estabelece o conceito de pulsão, não empregando o termo instinto em sua obra⁷. Para Freud, o instinto é uma categoria pertencente ao reino dos animais e, não, dos seres humanos. Originalmente, Freud utiliza-se da palavra alemã *Trieb*. A escolha da palavra correspondente pulsão serve para fazer-se a demarcação nítida de que não se fala em instinto para os seres humanos. Plon e Roudinesco (1997), a partir da concepção freudiana, sintetizam o conceito de pulsão da seguinte forma:

Termo surgido na França em 1625, derivado do latim *pulsio*, para designar ato de impulsionar. Empregado por Sigmund Freud a partir de 1905, tornou-se um grande conceito da doutrina psicanalítica, definido como a carga energética que se encontra na origem da atividade motora do organismo e do funcionamento psíquico inconsciente do homem (PLON; ROUDINESCO, 1997, p. 628).

A utilização do conceito de pulsão transforma inteiramente a compreensão do psiquismo humano, pois, a partir de tal definição, as orientações das condutas humanas passam exclusivamente do terreno biológico – ou seja, de uma programação inserida em seu código genético (instinto) – para um terreno considerado abstrato, principalmente pelo fato de a obra de Freud contemplar significativamente o estudo do inconsciente. Ainda de acordo

⁶ Em todas as vezes em que a expressão “psicanalista” for utilizada no presente texto, salienta-se que se estará referindo a Sigmund Freud. Da mesma maneira, quando as expressões “filósofo” ou “frankfurtiano” forem mencionadas, se estará referindo a Herbert Marcuse. Optou-se por essas diferenciações para facilitar a compreensão do texto, uma vez que Erich Fromm era tanto psicanalista, quanto frankfurtiano e filósofo. Portanto, as referências em relação a este último autor serão exclusivamente nominais.

⁷ Durante o presente texto, em várias citações de Freud e Marcuse, poderá ser verificada a utilização do termo “instinto”. Salienta-se que esse é um problema freqüente de tradução. Portanto, nas citações em que estiver grafada a palavra “instinto”, mencionada por esses dois autores, deve-se ler “pulsão”.

com Plon e Roudinesco (1997), foi no texto intitulado “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade” (1905), que Freud forneceu o conceito geral de pulsão:

Por *pulsão*, antes de mais nada, não podemos designar outra coisa senão a representação psíquica de uma fonte endossomática de estimulações que fluem continuamente, em contraste com a estimulação produzida por excitações esporádicas e externas. A pulsão, portanto, é um dos conceitos de demarcação entre o psíquico e o somático (FREUD *apud* Plon; Roudinesco, 1997, p.629).

Uma vez definido o conceito de pulsão, faz-se necessário aprofundar-se mais em sua compreensão, principalmente pelo fato de o tema violência estar intrinsecamente ligado à teoria das pulsões de Freud. Este elaborou uma parte de sua teoria em termos dualistas, chegando a ser criticado em algumas oportunidades pelo fato de agrupar, em determinados eixos conceituais, elementos que não poderiam sê-lo⁸.

Para Freud o ser humano é governado basicamente por dois tipos de pulsão. A pulsão de vida, também denominada *Eros*, e a pulsão de morte. Segundo seu raciocínio, da mesma forma que existe uma força impulsionadora para que a vida seja preservada, existe uma outra, em sentido contrário, que busca conduzir a uma destruição dessa própria vida. Observa-se, portanto, que Freud cria uma teorização que se torna universal para o psiquismo humano, à luz do conflito entre as pulsões. Assim, de acordo com ele:

Partindo de especulações sobre o começo da vida e de paralelos biológicos, concluí que, ao lado do instinto para preservar a substância viva e para reuni-la em unidades cada vez maiores, deveria haver outro instinto, contrário àquele, buscando dissolver essas unidades e conduzi-las de volta a seu estado primevo e inorgânico. Isso equivalia a dizer que, assim como *Eros*, existia também um instinto de morte (FREUD, 1929, p. 141).

A partir dessa concepção, percebe-se que o psicanalista identifica uma característica do psiquismo humano, que aponta para um sentido final de destruição da vida (pulsão de morte) que pode traduzir-se em comportamentos violentos. O texto freudiano não trabalha com a

⁸ Erich Fromm foi um desses críticos e sua atitude diante da concepção dualista de Freud será examinada mais adiante.

conceituação específica de violência, mas deixa a entender o potencial que o ser humano tem para exercê-la. Nessa linha de raciocínio, chega a refletir sobre a existência humana da seguinte forma:

O elemento de verdade por trás disso tudo, elemento que as pessoas estão tão dispostas a repudiar, é que os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo (FREUD, 1929, p. 133).

Observa-se nessa passagem de *O Mal-Estar da Civilização* certa semelhança com o Estado de Natureza formulado por Thomas Hobbes, o qual entendia ser o estado da guerra de todos contra todos, e que o maior predador do homem seria o próprio homem. Sua célebre frase “O homem é o lobo do homem” expressa essa idéia. Segundo o contratualista inglês, o Contrato Social nasce justamente para tirar o homem do Estado de Natureza e inseri-lo na Sociedade. No Estado de Natureza, os homens equivalem-se no tocante à questão do desejo; é exatamente por causa desta equivalência que a guerra não tem fim. Nessa perspectiva, os mais fortes sobrepõem-se aos mais fracos, sendo cada um por si, na busca da realização de seus desejos. Não existe a noção de sociedade.

No Estado de Natureza descrito por Hobbes, para que o homem ingressasse na sociedade civil, ele deveria renunciar ao direito de impor a razão pelo uso da força, além de renunciar o direito de se apropriar de todos os bens que tivesse força para se apropriar. Essa renúncia teria como objetivo preservar o bem mais precioso, a vida, que no estado de natureza, tornou-se precária por causa da ausência de um poder comum (BOBBIO; BOVERO, 1986, p. 72).

Hobbes enuncia, desta forma, uma espécie de análise da natureza do ser humano, baseando-se na premissa de que as pessoas são sensivelmente movidas pelos seus desejos, observação muito próxima à concepção freudiana. Ainda de acordo com o contratualista

inglês, a sociedade civil passa a existir a partir do surgimento do Contrato Social, no qual são criadas leis que tentam impedir que a morte de um indivíduo seja provocada por outrem. Freud (1929) também destaca a importância de regulamentos para que a vida civilizada⁹ seja possível: “A palavra civilização descreve a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuitos: proteger o homem contra a natureza e ajustar os seus relacionamentos mútuos” (FREUD, 1929, p. 109).

Percebe-se, tanto no pensamento do contratualista quanto do psicanalista, uma tendência a destacar-se o lado destrutivo do ser humano e a demonstrar a necessidade de mecanismos de regulação externos que sirvam para coibir o potencial exercício de violência inerente ao psiquismo das pessoas. A impressão que esses autores demonstram é a de que, caso não existam tais mecanismos, a humanidade seria condenada ao estado de caos absoluto. Em uma outra passagem, Freud (1929) salienta a importância das leis para que a vida em sociedade seja viabilizada: “A primeira exigência da civilização, portanto, é a da justiça, ou seja, a garantia de que uma lei, uma vez criada, não será violada em favor de um indivíduo” (FREUD, 1929, p. 116). Marcuse (1999) concorda com Freud ao mencionar que a existência da civilização é pautada por leis e obrigações: “A sociedade emerge como um sistema duradouro e em expansão de desempenhos úteis; a hierarquia de funções e relações adquire a forma de razão objetiva: a lei e a ordem identificam-se com a própria vida da sociedade” (MARCUSE, 1999, p. 91).

Já Erich Fromm apresenta uma idéia divergente da de Freud, em relação à capacidade do exercício da violência por parte do ser humano. Uma das críticas que faz em relação à teoria freudiana é a de que o psicanalista terminou por englobar vários elementos em torno de

⁹ Nessa direção está fazendo-se uma comparação do pensamento freudiano com o hobbesiano. O que Hobbes teoriza como nascimento da sociedade, Freud menciona-o, utilizando o termo “civilização”.

dois conceitos que não poderiam estar em uma mesma categoria. Assim, Fromm (1987) afirma que Freud tornou o conceito de pulsão de morte

Tão amplo que em consequência, toda força que não estivesse sob a égide de Eros pertencia ao instinto de morte e vice-versa. Dessa maneira, a agressividade, a destrutividade, o sadismo, o impulso para o controle e a dominação eram, a despeito de suas diferenças quantitativas, manifestações da mesma força – instinto de morte (FROMM, 1987, p. 616).

Pode-se perceber, portanto, que no entendimento de Fromm existem tipos diferentes de agressão e que não necessariamente podem ser consideradas como sinônimos de violência, nem de destruição. Como revisionista da teoria freudiana, Fromm (1987) entendia que algumas contribuições da Psicanálise eram muito mais uma construção teórica do que clínica. Chegou até mesmo a mencionar que o Freud teórico se sobrepujou ao Freud clínico. Ainda de acordo com Fromm (1987), Freud era guiado unilateralmente por uma imaginação intelectual em lugar de sê-lo por uma imaginação experimental: “Freud pensava em termos teóricos abstratos, o que implicava que tudo aquilo que não fosse amor era instinto de morte, uma vez que qualquer tendência tinha de ser incluída dentro da nova dualidade” (FROMM, 1987, p. 618).

Freud era um psicanalista consciente das limitações que sua teoria apresentava. Sabia que a sua obra não estaria livre de críticas e outras considerações por parte de teóricos que não concordassem com seus pontos de vista. Demonstrava também que estudos posteriores iriam auxiliar no entendimento das questões relacionadas à pulsão. Tal consciência pode ser observada em sua concordância com Fromm, ao entender que suas concepções psicanalíticas acerca das pulsões eram essencialmente teóricas: “Como a afirmação da existência do instinto baseia-se principalmente em fundamentos teóricos, temos também de admitir que ela não se ache inteiramente imune a objeções teóricas” (FREUD, 1929, p. 144). O psicanalista (1929) ainda admitia que pesquisas e reflexões futuras trariam novas descobertas para o tema.

Na revisão de Fromm, Freud colocou em um mesmo feixe (pulsão de morte), tendências psíquicas diferentes, como por exemplo o sadismo¹⁰. No entanto, antes de se iniciar essa explicitação, faz-se necessário frisar o fato de que, apesar de Erich Fromm ser um revisionista da Psicanálise, percebe-se alguns pontos nos quais se coloca de acordo com Freud. Um deles é o fato de Freud ter escolhido estudar o psiquismo humano por outras vias, que não a dos instintos identificados nos animais. “Freud foi, de fato, o primeiro psicólogo moderno que, em contraposição à tendência dominante, investigou os domínios das paixões humanas – do amor, do ódio, da ambição, do ciúme, da inveja” (FROMM, 1987, p. 28).

Entretanto, ao que o psicanalista intitulou como “pulsões de vida e morte”, Fromm propôs uma ampliação dessas conceituações. Em última análise, poder-se-ia dizer que Freud aponta dois caminhos pulsionais: pulsão de vida e pulsão de morte. Já Fromm, por outro lado, menciona que podem ser vários os destinos do psiquismo humano. A essa ampliação Fromm deu o nome de “paixões”. As paixões (ou necessidades existenciais) podem ser concebidas de acordo com a seguinte idéia:

As maiores motivações do homem são as suas paixões racionais e irracionais: as lutas pelo amor, a ternura, a solidariedade, a liberdade e a verdade, assim como o impulso para controlar, para submeter, para destruir; o narcisismo, a voracidade, a inveja, a ambição. Essas paixões o mobilizam e o excitam; em resumo, tudo aquilo que faz a vida ter sentido e valer a pena ser vivida (FROMM, 1987, p. 357).

Ao retomar-se o exemplo da situação de sadismo, Fromm sinaliza que, para Freud, o comportamento sádico expressaria uma representação da pulsão de morte. Já, para ele, não. Fromm faz esse contraponto, em virtude de, em última instância, não estar em jogo a destruição do objeto de manipulação do sádico. Para Fromm, o sádico é um indivíduo no qual a personalidade apresenta uma deformidade, na qual a sua busca inconsciente pelo equilíbrio mental passa pela dominação e controle de outrem. Sendo assim, em momento algum estaria inserida nessa situação uma característica de pulsão de morte, pois não estaria presente a idéia

¹⁰ Logo adiante será discutida a questão do sadismo sob as óticas de Freud e de Fromm.

da destruição do indivíduo dominado, o que por si só representaria o fim daquilo que se configura exatamente como sua necessidade existencial. Assim, Erich Fromm (1987) diz: “Contra essa tese, proponho que o núcleo do sadismo, que é comum a todas as suas manifestações, é a paixão para ter um controle absoluto e irrestrito sobre um ser vivo, seja animal, criança, homem ou mulher” (FROMM, 1987, p. 387).

O que Fromm diz no tocante à agressão e à destrutividade aponta para que essas duas premissas, em primeiro lugar, não sejam consideradas sinônimas. Em segundo lugar, existem agressões diferentes¹¹, realizadas em contextos diferentes por motivos diferentes, e não exclusivamente, por uma pulsão de cunho destrutivo.

O que Fromm está querendo dizer em relação às paixões é que existem as que são consideradas saudáveis do ponto de vista da saúde mental, e outras consideradas psicopatológicas. No entanto, salienta-se que, mesmo as de cunho psicopatológico, são tentativas de o indivíduo proporcionar algum sentido à sua existência.

A verdade é que todas as paixões humanas, tanto as “boas” quanto as “más”, só podem se compreendidas como tentativa de dar à pessoa um sentido à sua vida e transcender uma existência banal, meramente sustentadora da vida. As paixões que incrementam a vida levam a um sentido maior de força, de alegria, de integração e de vitalidade do que à destrutividade e à crueldade, funcionando estas últimas, tanto quanto as primeiras, como uma resposta ao problema da existência humana (FROMM, 1987, p. 32).

Marcuse considera que a pulsão de morte se transforma em destrutividade, quando esta representa uma tentativa de o homem lidar com as mazelas que a vida em sociedade proporciona. De acordo com seu ponto de vista, o ser humano não tem uma essência destrutiva, sendo que esta surge como fuga, oriunda de suas carências. Nesse aspecto, concorda com Fromm em dois aspectos. O primeiro deles é em relação à não-rotulação do ser humano como alguém que é por natureza destrutivo e, em segundo lugar, pelo fato de a destrutividade ser um caminho errado, buscado para lidar com as angústias da existência. De

¹¹ Mais adiante serão discutidas algumas formas de agressão diferentes entre si, sob a ótica de Fromm.

acordo com o frankfurtiano (1999), “O instinto de morte é destrutividade não pelo interesse destrutivo, mas pelo alívio de tensão. A descida para a morte é uma fuga inconsciente à dor e às carências vitais. É expressão da luta contra o sofrimento e a repressão” (MARCUSE, 1999, p. 47).

No que diz respeito aos tipos de agressão, faz-se importante descrever algumas identificadas por Erich Fromm. Inicialmente, o que pode ser entendido como sinônimos, são os conceitos de destrutividade e “agressividade maligna”. Ou seja, o indivíduo é norteador por si próprio a produzir comportamentos degradantes como, por exemplo, um assassino em série, que mata simplesmente pelo fato de tal conduta proporcionar-lhe determinados tipos de sentimento. A “agressividade maligna” não é necessária para a sobrevivência fisiológica do homem. No entanto, do ponto de vista psíquico tem significado existencial importante. De acordo com Fromm (1987):

É uma das paixões dominantes e poderosas em alguns indivíduos e em certas culturas, embora não em todas. A destrutividade é uma das soluções possíveis às necessidades psíquicas que encontram-se enraizadas na existência do homem, e que sua ocorrência resulta, como já se disse anteriormente, *da interação de várias condições sociais com as necessidades existenciais do homem* (FROMM, 1987, p. 295).

A “agressão positiva” pode ser entendida por meio do movimento que o homem faz para realizar seus objetivos e enfrentar com determinação os obstáculos que a vida apresenta. Está a serviço de realizações da ordem do crescimento e, não, do aniquilamento de outra pessoa.

É uma dimensão básica requerida em várias situações da vida, como no comportamento do cirurgião ou de um escalador de montanhas e na maioria dos esportes; é também uma qualidade necessária ao caçador. Um vendedor bem sucedido precisa também desse tipo de agressão e isso se expressa quando se menciona um “vendedor agressivo” (FROMM, 1987, p. 261).

Outra forma de agressão destacada por Fromm, intitulada “agressão defensiva”, encontra-se a serviço da sobrevivência. Segundo o autor, esse tipo de agressão pode ser

verificada nos animais e no ser humano. Essa agressividade surge nas oportunidades em que tanto o ser humano, quanto o animal sintam perigo vital. Nesse aspecto, Fromm concorda com Lorenz no tocante à existência de um instinto que atenda unicamente à sobrevivência. A diferença básica entre eles é que, no caso do animal, seu comportamento surge diante de uma ameaça real de sua vida. Pode-se pensar até mesmo na situação de fome, na qual um animal predador o outro, pelo fato de necessitar fazê-lo para sobreviver. Desta maneira, esse tipo de agressividade está a serviço da vida e, não, da destruição, pois as relações da natureza visam ao equilíbrio da população e, não, o mero extermínio. Entretanto, no caso do ser humano, essa agressividade torna-se ainda mais complexa, em virtude do que pode ser classificado ou não de interesse vital. No caso dos animais, o que pode ser considerado vital ou necessário são basicamente questões de ordem fisiológica. Mas e quanto ao ser humano? O que poderia ser considerado vital para ele? Sobre essa problematização, Fromm (1987) entende que a faixa de interesses vitais do ser humano é maior que a dos animais em virtude da necessidade de o homem ter equilíbrio psíquico, além do equilíbrio físico (FROMM, 1987, p. 267).

Um último tipo de agressão descrito por Fromm foi chamado por ele de “agressão conformista”. Basicamente, refere-se a pessoas que cometem atos de destrutividade por obedecerem ao comando de determinados indivíduos. Como já foi mencionado a respeito das paixões, alguns seres humanos apresentam a paixão de obedecer cegamente a determinados comandos, sem lhes tecer crítica ou oposição. É dessa forma que conseguem dar algum sentido à sua existência. Nessa direção poder-se-ia cogitar a hipótese de que grande parte do Nazismo funcionou desta maneira. Ou seja, nem todos os soldados alemães da *Schutzstaffel* (SS), nessa perspectiva, seriam sanguinários orientados exclusivamente pela “agressão maligna”. Nesse ponto de vista, o que impulsiona as condutas agressivas em determinadas pessoas não é um desejo de destruir, mas, sim, um entendimento de que se deve obedecer às ordens. Fromm (1987) entende que “o soldado que mata e mutila, o piloto de bombardeiro,

que destrói milhares de vida num único momento, não são necessariamente conduzidos por um impulso destrutivo ou cruel, mas sim pelo princípio de cega obediência” (FROMM, 1987, p. 280).

Até agora, neste tópico, foi realizada uma reflexão acerca da violência à luz do psiquismo individual. Uma vez feita tal discussão, assentada principalmente nas concepções teóricas de Sigmund Freud e Erich Fromm, passar-se-á em seguida para as reflexões sobre as suas manifestações considerando-se a influência que determinadas condições do psiquismo humano exerce na vida social e vice-versa.

2.4 Conflito entre princípio do prazer e principio da realidade

O pensamento freudiano acerca das origens da civilização é baseado em inferências teóricas recuadas no tempo. Prova disso é que *O Mal-Estar da Civilização* apresenta termos como “pré-história simiesca, família primitiva, homem primevo” (FREUD, 1929, p. 119). Assim, os pais da sociedade sob a ótica de Freud (1929) foram *Ananke* (necessidade) e *Eros* (amor). O trabalho e o afeto do homem em relação à mulher foram os pilares da civilização. A partir de então, as pessoas puderam iniciar uma convivência em grande número, em que as relações eram mediadas pelo amor e pelo trabalho, possibilitando, assim, viver-se reunidos em uma grande comunidade humana. No entanto, faz-se necessário explicitar os conceitos de amor e trabalho descritos por Freud em relação à civilização. Em primeira instância, o amor é concebido do ponto de vista genital, no qual a relação sexual entre um homem e uma mulher os leva a fundar uma família. Em segundo lugar, as relações existentes entre pais e filhos, entre irmãos e irmãs e entre amigos, que podem ser chamados de afeição, ou, em termos freudianos, de “amor inibido em sua finalidade”. Já o trabalho surge da necessidade de

sobrevivência dos indivíduos. Ou seja, não se trabalha para fins de enriquecimento, mas, sim, de subsistência.

Além do amor e trabalho, outro ponto importante discutido por Freud foi o seu questionamento sobre o sentido da existência humana. Em sua teorização, concluiu que este seria basicamente a busca pelo sentimento de felicidade e sua permanência nela. E como se fazer para consegui-la? Segundo o psicanalista, para que a felicidade possa ser alcançada, faz-se necessária, em primeiro lugar, a ausência de todo e qualquer sofrimento e desprazer. Em segundo lugar, vem a experiência de intensos sentimentos de prazer. De acordo com o referido autor, “Em seu sentido mais restrito, a palavra felicidade só se relaciona com esses últimos” (FREUD, 1929, p. 94). De acordo com sua concepção, desde os primórdios da existência o ser humano é norteado para a busca do prazer. Segundo Freud (1929):

Como vemos, o que decide o propósito da vida é simplesmente o programa do princípio do prazer. Esse princípio domina o funcionamento do aparelho psíquico desde o início. Não pode haver dúvida sobre sua eficácia, ainda que o seu programa se encontre em desacordo com o mundo inteiro, tanto com o macrocosmo quanto com o microcosmo (FREUD, 1929, p. 94).

Para Freud (1929), o surgimento da civilização solapou o programa do princípio do prazer, de forma que a felicidade descrita por ele se tornasse cada vez mais distante. Na busca pelo prazer, o ser humano encontra-se entre duas instâncias que simbolizam o conflito entre uma orientação egoísta e outra que leve em consideração a existência da humanidade. Sob a ótica freudiana, o instinto de morte pode emergir a partir do lado egoísta do ser humano. De acordo com o psicanalista “a agressividade em circunstâncias que lhe são favoráveis se manifesta espontaneamente e revela o homem como uma besta selvagem, a quem a consideração para a com a sua espécie é algo estranho” (FREUD, 1929, p. 133).

Entretanto, Freud (1929) menciona que o ser humano não tem uma orientação totalmente egoísta. Segundo ele, existe também no psiquismo um sentimento contrário, intitulado altruísmo. A busca de um equilíbrio entre essas duas instâncias nomeadas por Freud

como “egoísta e altruísta” pode ser entendida como um desafio existencial, em virtude da busca da felicidade, que é orientada pelo programa do princípio do prazer.

Em outras palavras, o desenvolvimento do indivíduo nos parece ser um produto da interação entre duas premências, a premência no sentido da felicidade, que geralmente chamamos de “egoísta”, e a premência no sentido da união com os outros da comunidade, que chamamos de altruísta (FREUD, 1929, p. 165).

Apesar de Freud mencionar insistentemente sobre a busca da felicidade pelo ser humano, afirma que a possibilidade de sua realização é improvável. Inclusive, porque, no seu entendimento, felicidade e civilização não são compatíveis entre si. Em última instância, para que uma exista, é necessário que a outra seja anulada:

Quando, com toda justiça, consideramos falho o presente estado de nossa civilização, por atender de forma tão inadequada às nossas exigências de um plano de vida que nos torne felizes, e por permitir a existência de tanto sofrimento, que provavelmente poderia ser evitado; quando, com crítica impiedosa, tentamos pôr à mostra as raízes de sua imperfeição, estamos indubitavelmente exercendo um direito justo, e não nos mostrando inimigos da civilização (FREUD, 1929, p. 137).

A vida na civilização torna-se uma tarefa difícil de ser executada, porque, uma vez constatada a incompatibilidade entre a felicidade na sua plenitude e o atual estágio civilizatório, a ótica freudiana aponta para uma existência de cunho realista: “A vida, tal como a encontramos, é árdua demais para nós; proporciona-nos muitos sofrimentos, decepções e tarefas impossíveis” (FREUD, 1929, p. 93). Na direção oposta à possibilidade de felicidade, Freud conclui que a infelicidade é muito mais fácil de ser experimentada, e que, desta maneira, o princípio do prazer se encontra submetido ao que chamou de princípio de realidade¹².

¹² A respeito dos conceitos de princípio de prazer e princípio de realidade, Plon e Roudinesco descrevem-nos de forma sucinta: “Par de expressões introduzido por Sigmund Freud em 1911, a fim de designar os dois princípios que regem o funcionamento psíquico. O primeiro tem por objetivo proporcionar prazer e evitar o desprazer, sem entaves nem limites, e o segundo modifica o primeiro, impondo-lhe as restrições necessárias à adaptação à realidade externa” (PLON; ROUDINESCO, 1998, p. 602).

São apontadas por Freud três causas do sofrimento humano: a primeira delas refere-se à decadência e à dissolução dos corpos com o passar do tempo, fato de que nenhum ser se encontra imune. Em segundo lugar, menciona as forças “esmagadoras e impiedosas da natureza”, contra as quais o ser humano não exerce controle. E, por fim, a que classificou como mais penosa do que as duas anteriores: a relação dos seres humanos entre si, na civilização. Ao refletir-se sobre a existência de regras e leis que determinam as formas de convivência aceitáveis na civilização, pensa-se na supressão do desejo e conseqüentemente na anulação do que Freud descreveu como ponto importante de sua obra: o princípio do prazer.

É impossível desprezar o ponto até o qual a civilização é construída sobre uma renúncia ao instinto, o quanto ela pressupõe exatamente a não-satisfação (pela opressão, repressão, ou algum outro meio?) de instintos poderosos. Não é fácil entender como pode ser possível privar de satisfação um instinto. Não se faz isso impunemente. Se a perda não for economicamente compensada, pode-se ficar certo de que sérios distúrbios decorrerão disso (FREUD, 1929, p. 118).

Marcuse concorda com o pensamento freudiano acerca da necessidade de experienciar-se a felicidade e, também, a respeito do que se pode considerar como início da civilização: “A civilização começa quando o objetivo primário – isto é, a satisfação integral de necessidades – é abandonado” (MARCUSE, 1999, p. 33). O princípio de realidade supera o princípio do prazer e, a partir daí, a felicidade, importante componente da existência humana, passa a ser reduzida a instantes, muitas vezes efêmeros. Ainda de acordo com Marcuse (1999), “a adaptação do prazer ao princípio de realidade implica a subjugação e diversão da força destrutiva da gratificação instintiva, de sua incompatibilidade com as normas e relações estabelecidas da sociedade, o que implica a transubstanciação do próprio prazer” (MARCUSE, 1999, p. 35).

Freud enfatizou que a civilização e seu caráter repressivo são os produtores de neuroses nas pessoas. Em sua análise, a não-satisfação do princípio do prazer pode trazer conseqüências nos níveis psíquicos e físicos:

Descobriu-se que uma pessoa se torna neurótica porque não pode tolerar a frustração que a sociedade lhe impõe, a serviço de seus ideais culturais, inferindo-se disso que a abolição ou redução dessas exigências resultaria num retorno às possibilidades de felicidade (FREUD, 1929, p. 106).

O psicanalista é claro ao considerar que a civilização nasce concomitantemente às regras e leis que impedem que o ser humano seja plenamente feliz. Ao estabelecer regulamentos, a experiência irrestrita de prazer fica automaticamente anulada. Freud chega a afirmar que “a civilização é em grande parte responsável por nossa desgraça e seríamos muito mais felizes se a abandonássemos e retornássemos às condições primitivas” (FREUD, 1929, p. 105). Marcuse (1999) vai de encontro a essas idéias, no tocante ao adoecimento que a civilização provoca nas pessoas, principalmente quando dá a entender que não é mais possível se estudarem os problemas psicológicos à luz do psiquismo individual. Assim, de acordo com o frankfurtiano (1999):

Os problemas psicológicos tornam-se problemas políticos: a perturbação particular reflete mais diretamente do que antes a perturbação do todo, e a cura dos distúrbios pessoais depende mais diretamente do que antes da cura de uma desordem geral (MARCUSE, 1999, p. 25).

Ainda sobre os prejuízos psíquicos decorrentes do surgimento da civilização, constata-se que eles se apresentam em virtude de o princípio do prazer não ter sido abandonado. Ou seja, não houve uma troca do princípio do prazer pelo princípio de realidade. O inconsciente não é algo que possa ser simplesmente destruído ou abandonado. E, exatamente pelo fato de o princípio do prazer estar ancorado no inconsciente e por ele (princípio do prazer) ter sido cada vez mais reprimido na civilização, é que o adoecimento psicológico se faz notório. Marcuse (1999) concorda com esse ponto de vista ao dizer:

O fato de o princípio de realidade ter de ser continuamente restabelecido no desenvolvimento do homem indica que o seu triunfo sobre o princípio do prazer jamais é completo e seguro. O que a civilização domina e reprime – a reclamação do princípio de prazer – continua existindo na própria civilização. O inconsciente retém os objetivos do princípio de prazer derrotado (MARCUSE, 1999, p. 36).

A partir da constatação das restrições que o princípio da realidade impõe ao princípio do prazer, serão feitas, a seguir, algumas reflexões, principalmente na perspectiva de como o modo de vida contemporâneo tem colaborado para o surgimento de um mal-estar psíquico, que pode traduzir-se em comportamentos psicopatológicos, dentre eles, a adoção de atitudes violentas.

2.5 O mal-estar psíquico na contemporaneidade

Apesar de o tema “trabalho” não ser assunto específico deste estudo, considera-se que este seja importante indicador do mal-estar psíquico contemporâneo, pois se percebe que a relação do ser humano com o trabalho é castradora sob a ótica do princípio do prazer.

Desde o início do processo de sedentarização do homem, houve uma modificação no que diz respeito à sua própria sobrevivência. Ocorreu a descoberta da agricultura, a domesticação de animais e as aldeias foram sendo construídas de forma cada vez mais aprimorada. Fromm (1987), lembra que, a partir do período Neolítico, o homem começou a produzir um pequeno excesso, passando a sustentar as pessoas que não trabalhavam diretamente na produção de alimentos, como soldados, e construtores de casas e cidades.

Pode-se perceber que Fromm concorda com Freud no que diz respeito ao fato de a necessidade ser um dos pilares da civilização. Inclusive, pelo fato de a necessidade ser a força motriz que impulsionou o homem para o trabalho. Entretanto, o psicanalista refere-se aos primórdios da civilização em relação ao trabalho a serviço da subsistência. Fromm (1987) deu

um passo adiante ao refletir sobre a transformação que esse trabalho a serviço da subsistência sofreu, principalmente em decorrência do excesso de produção que passou a ser cada vez mais expressivo:

Quanto mais se aravam os campos, quanto mais se drenavam os pântanos, tanto maior era o excesso produzido. Essa nova possibilidade conduziu a uma das mudanças mais fundamentais ao longo da história humana. “*Descobriu-se que o homem podia ser usado como instrumento econômico, que podia ser explorado, que podia ser feito de escravo*” (FROMM, 1987, p. 224).

O início da civilização coincide com a restrição da liberdade do homem. O trabalho foi a atividade que possibilitou a superioridade de um indivíduo sobre outro de maneira inteiramente diferente, ou seja, diversa da superioridade física. Sigmund Freud (1929) enfatiza o aspecto da limitação da liberdade do ser humano concernente à civilização: “A liberdade do indivíduo não constitui um dom da civilização. Ela foi maior antes da existência de qualquer civilização... O desenvolvimento da civilização impõe restrições a ela, e a justiça exige que ninguém fuja a essas restrições” (FREUD, 1929, p. 116).

Marcuse criou o conceito de *Princípio de Desempenho*, segundo o qual “a sociedade é estratificada de acordo com os desempenhos econômicos concorrentes dos seus membros” (MARCUSE, 1999, p. 58). De acordo com o referido autor, este princípio vem norteando a existência humana há tempos e, é em larga escala, responsável pela situação de limitação do que poderia ser entendido como fundamental para a existência humana: felicidade, prazer, liberdade. Portanto, afirma:

Enquanto o trabalho dura, o que, praticamente, ocupa toda a existência do indivíduo amadurecido, o prazer suspenso e o sofrimento físico prevalecem. E como os instintos básicos lutam pelo domínio do prazer e a ausência de dor, o princípio de prazer é incompatível com a realidade, e os instintos têm de sofrer uma arremetida repressiva (MARCUSE, 1999, p. 51).

Nessa luta entre princípio de realidade e princípio de prazer, faz-se necessária também uma análise quantitativa. O filósofo dessa vez chama a atenção para a questão do tempo na

vida do ser humano. Ao calcular o tempo médio diário de trabalho de um indivíduo, chega-se à conclusão de que as pessoas têm reduzido o tempo para si, pois a humanidade está existencialmente comprometida com a lógica do princípio de desempenho. Segundo este autor (1999), “se o dia médio de trabalho envolvendo deslocamentos de ida e volta somarem dez horas, e as necessidades biológicas de sono e alimentação somarem outras dez, sobrariam apenas quatro horas livres em cada vinte e quatro na maior parte da vida do ser humano” (MARCUSE, 1999, p. 60).

Ao pensar-se sobre os dois pilares sobre os quais a civilização foi construída na concepção freudiana (amor e necessidade), observa-se que, para Freud, não existe um instinto específico de trabalho. Conforme já foi mencionado, o trabalho nasce a partir da necessidade de sobrevivência. Sendo antagônico ao princípio de prazer, salienta-se que a civilização foi concebida em larga escala, sobre o que Marcuse denominou de trabalho alienado ou labuta, o que dificilmente traz satisfações individuais. “Associar o desempenho em linhas de montagem, em escritórios e lojas, com as necessidades instintivas, é glorificar a desumanização do prazer” (MARCUSE, 1999, p. 191). No entanto, é possível que se tenha uma dose de prazer em atividades laborais. A reflexão que o frankfurtiano faz sobre o trabalho na civilização não se dá a partir do conflito entre o princípio do prazer e o trabalho, mas, sim, entre o que ele entende como trabalho alienado e princípio do prazer:

Nem todas as espécies e modos de trabalho são essencialmente irreconciliáveis com o princípio de prazer. O conflito irreconciliável não é entre trabalho (princípio de realidade) e Eros (princípio de prazer), mas entre trabalho *alienado* (princípio de desempenho) e Eros (MARCUSE, 1999, p. 60).

Entretanto, destaca-se-se que a forma de prazer descrita por Marcuse é diferente da mencionada por Freud. Para o filósofo, é possível dizer que se tenha prazer no trabalho. Só que esse prazer existe apenas à medida que o indivíduo permanece inserido na lógica do

Princípio de Desempenho. Tanto, que chega até mesmo a utilizar o termo “prazer”, entre aspas, conforme pode ser observado:

Certamente pode haver também “prazer” no trabalho alienado. Contudo, ou esse prazer é extrínseco (previsão de uma recompensa, ou é a satisfação (em si mesma um indício de repressão) de estar bem ocupado, no lugar certo, de contribuir com sua parcela para o funcionamento da engrenagem (MARCUSE, 1999, p. 191).

A possibilidade de felicidade do ser humano sob a perspectiva de Marcuse aponta para uma modificação na lógica do *Princípio de Desempenho*. Suas reflexões sugerem uma diminuição da quantidade de trabalho, principalmente de trabalho alienado. Acontece que pensar nessa possibilidade é algo complexo, porque a sociedade capitalista está assentada sobre as bases do trabalho e da produção. E, muitas vezes, pensar em uma diminuição laboral, seria estar na contramão da concepção capitalista.

O progresso além do princípio de desempenho não é fomentado mediante o aperfeiçoamento ou a suplementação da existência atual por mais contemplação, mais lazeres, através da propaganda e da prática de “valores superiores”, e através da elevação pessoal ou da vida de cada um (MARCUSE, 1999, p. 45).

A forma da felicidade observada na sociedade contemporânea obedece à lógica da aquisição de bens de consumo. Ou seja, o pensamento difundido é o da felicidade estar diretamente ligada à capacidade de aquisição de determinados produtos. Isso vem corroborado pelos meios de comunicação de massa que tentam cada vez mais propagar esse tipo de idéia, como a correta a ser seguida. Com isso, a felicidade humana em sua essência fica restringida à dimensão do consumo. De acordo com Marcuse (1999), a redução de consumo, articulada à redução do trabalho, seria uma possibilidade de enxergar-se a existência por outra ótica, que não a do princípio de desempenho, uma vez que o princípio do prazer estaria menos reprimido. Entretanto, quanto mais a sociedade medir o nível de felicidade pela capacidade de aquisição de bens de consumo, mais ela estará condenada ao

excesso de trabalho, sobrando pouco tempo para desfrutar do que conseguiu. Com isso, o princípio do prazer vai ficando cada vez mais solapado pelo princípio de desempenho. Apesar de Marcuse estabelecer uma possibilidade de vida mais saudável em sociedade, lança ao mesmo tempo uma pergunta que *a priori* fica sem resposta:

Contudo, a questão permanece: como pode a civilização gerar livremente a liberdade, quando a não-liberdade se tornou parte integrante da engrenagem mental? E, se assim for, quem está autorizado a estabelecer e impor os padrões objetivos? (MARCUSE, 1999, p. 195).

Neste último tópico foi utilizado o tema trabalho como ilustração do quanto o ser humano não está mais no comando de sua vida. Obedece a determinados padrões de comportamento e hoje se transformou em um cumpridor de tarefas. Inclusive, porque lhe sobra muito pouco tempo para refletir sobre sua existência em virtude do seu estado de alienação laboral. Como o trabalho passou a ocupar um lugar central na vida em sociedade, pode-se afirmar que o ser humano passa a maior parte do dia em um estado de alienação de si, inserido exclusivamente no exercício das atividades a ele destinadas.

Anteriormente foi mencionado o termo que Erich Fromm denominou como “paixões” do ser humano. Essas norteiam o psiquismo das pessoas na busca pelo equilíbrio de suas necessidades existenciais. Entretanto, uma idéia que também deve ser considerada é o fato de algumas dessas paixões serem fabricadas pela sociedade e, não, pelas características de personalidade de cada indivíduo. A partir do pensamento de Lafargue (2003) pode-se estabelecer uma ligação entre o pensamento de Fromm no tocante às paixões e às idéias de Marcuse que consideram o excesso de trabalho algo degradante:

Uma estranha loucura dominou as classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Essa loucura traz como conseqüência misérias individuais e sociais que há séculos torturam a triste humanidade. Essa loucura é o amor ao trabalho, a paixão moribunda que absorve as forças vitais do indivíduo e de sua prole até o esgotamento. Em vez de reagir contra essa aberração mental, os padres, os economistas, os moralistas sacrossantificam o trabalho (LAFARGUE, 2003 p. 19).

Nessa direção os seres humanos acabam tendo uma falsa sensação de estar no comando de suas vidas. Dedicam cada vez mais horas de seu dia em atividades relacionadas ao trabalho, no intuito de auferir renda, que, em última instância, alimenta o consumismo. Portanto, a idéia é de que quanto mais renda, maior as possibilidades de consumir-se o que se quiser. Conseqüentemente, maior a sensação de liberdade e felicidade. No entanto, a lógica é inversa. Na verdade, a pessoa é quem acaba dominada pelo volume de produtos que podem ser consumidos, uma vez que o critério de definição do que vem a ser realmente necessário para se viver, não tem sido definido pelo indivíduo na contemporaneidade, mas, sim, pela sociedade:

O elevado padrão de vida, no domínio das grandes companhias, é *restritivo* num sentido sociológico concreto: os bens e serviços que os indivíduos compram controlam suas necessidades e petrificam suas faculdades. Em troca dos artigos que enriquecem a vida deles, os indivíduos vendem não só seu trabalho, mas também seu tempo livre. As pessoas dispõem de inúmeras opções e inúmeros inventos que são todos da mesma espécie, que as mantêm ocupadas e distraem sua atenção do verdadeiro problema – que é a consciência de que poderiam trabalhar menos e determinar suas próprias necessidades e satisfações (MARCUSE, 1999, p. 99).

No entendimento de Fromm (1987), não adianta os seres humanos adotarem os padrões de consumo da sociedade, porque eles se desgastam e se acabam, não trazendo o verdadeiro sentido de felicidade, levando a adoecimentos psíquicos. Nessa direção, o autor corrobora com os pontos de vista de Marcuse e de Freud no tocante à repressão do princípio de prazer, que, na opinião de ambos, traz conseqüências adoecedoras da mente. Ainda de acordo com Fromm (1987):

Que as coisas assim acontecem nos nossos dias está comprovado pelo aumento de viciados em drogas, pela falta de genuíno interesse em qualquer coisa, pelo declínio da criatividade intelectual e artística e pela ampliação da violência e da destrutividade (FROMM, 1987, p. 359).

A partir das reflexões feitas até o presente momento nesta dissertação, pode-se perceber fatores que, combinados entre si, colaboram para que a vida em civilização seja palco de intensos problemas.

A intenção deste primeiro capítulo foi a de demonstrar o quanto a violência é um tema de estudo complexo e transdisciplinar. Buscou-se também conceituá-la e discuti-la nas esferas sociais e psicológicas demonstrando o quanto estas duas instâncias se interpenetram. Optou-se também por mostrar o quanto a civilização é capaz de restringir o princípio de prazer descrito por Freud seja por meio das leis, ou pelo trabalho alienado, como frisou Marcuse. Ao que tudo indica, o potencial interno de agressão inerente ao ser humano pode ser transformado em violência, dependendo do contexto. A pressuposição de que o modo de vida contemporâneo possivelmente adoeça psiquicamente as pessoas está presente nos pensamentos de Freud, Fromm e Marcuse. E, por fim, salienta-se que uma dessas doenças pode ser justamente a adoção de comportamentos violentos diante de tantas restrições que solapam a felicidade humana.

3 - VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUAS PECULIARIDADES

A partir do mal-estar psíquico gerado nas pessoas, conforme foi discutido no capítulo anterior, pode-se conceber uma série de conseqüências comportamentais, dentre elas a questão da violência. E, como se tem observado nos centros urbanos um aumento das situações de violência em vários contextos, optou-se por estudar uma de suas manifestações, uma vez que, pesquisá-la em todas as suas aparições é tarefa inviável para uma dissertação. A forma escolhida foi, portanto, a violência de gênero; ou seja, a violência praticada contra a mulher, perpetrada exclusivamente em âmbito doméstico.

3.1 Violência de gênero no Brasil: estudos recentes

Neste segundo capítulo serão discutidas publicações de autores (as) brasileiros (as) que se dedicam a pesquisar o fenômeno da violência de gênero no país¹³, na tentativa de fazer-se uma revisão bibliográfica do tema proposto. Serão discutidos não apenas os temas investigados pelos (as) pesquisadores (as), como também a distribuição de publicações pelos periódicos, assim como, instituições que desenvolvem estudos sobre o tema.

A princípio, foram selecionados artigos que abordassem especificamente a problemática em questão, de modo que a escolha deles fosse orientada por uma seleção de publicações contemporâneas. A forma de pesquisa escolhida foi a consulta ao portal SciELO, que significa *Scientific Eletronic Library Online*. Este portal indexa, entre outras, as principais revistas brasileiras na área da saúde coletiva.

¹³ O conceito de violência de gênero será contemplado posteriormente neste capítulo.

Schraiber *et al.* (2006) encontraram 234 artigos publicados de 1980 até o ano de 2005 sobre a temática da violência e saúde no portal mencionado. De acordo com as referidas autoras (2006) o ano de 2005 perfaz sozinho 20% dessa produção. Em seu estudo, observam ainda um primeiro impulso em relação à articulação das temáticas da violência e saúde a partir de 1994, e um segundo impulso em 2002.

Outro estudo de relevância no tocante à questão da violência foi realizado por Aquino (2006). Entretanto, sua pesquisa não se restringiu à correlação saúde–violência. O objeto de sua investigação foi a produção científica relacionando gênero e saúde, no Brasil. Como seu estudo é recente (2006), poder-se-ia inferir que até o presente momento não tenham ocorrido alterações significativas de suas constatações, o que pode atestar a contemporaneidade delas. Segundo Aquino (2006), em pesquisa no diretório Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Brasil (CNPq), do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e mais quatro periódicos¹⁴ da área de saúde disponíveis no portal SciELO, verificou-se:

51 grupos com pelo menos uma linha de pesquisa na temática, com concentração regional e institucional. Os resultados confirmam o crescimento acentuado da produção científica, sendo localizadas 98 dissertações, 42 teses e 665 artigos sobre gênero e saúde. As mulheres são autoras de 86% das teses, 89% das dissertações e 70,5% dos artigos. A maioria dos trabalhos acadêmicos foi divulgada na década de 2000, quando ocorreu também a ampliação das questões abordadas (AQUINO, 2006, p. 121).

Dentre as instituições nas quais se encontram os grupos de pesquisa que estudam as temáticas de gênero e saúde, pode-se perceber uma forte tendência de regionalização dos estudos. Ainda de acordo com Aquino (2006), 56,6% dos grupos se encontram no Sudeste brasileiro, principalmente no eixo Rio–São Paulo; 22,6% se encontram no Nordeste e 17%, na região Sul do país. Quatro universidades abrigam 45% do número total de grupos encontrados

¹⁴ Os periódicos mencionados por Aquino (2006) são: Revista de Saúde Pública, editada pela Faculdade de Saúde Pública da USP desde 1967; o Cadernos de Saúde Pública, editado pela Fundação Oswaldo Cruz desde 1985; o Ciência e Saúde Coletiva, de 1996; e a Revista Brasileira de Epidemiologia, de 1998, criados pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco).

pela referida autora. A partir desta constatação, percebe-se que 23 grupos encontram-se vinculados às seguintes instituições: Universidade de São Paulo (USP), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O estudo científico da temática gênero e saúde é recente no Brasil, o que pode ser verificado pelas datas das dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação do país. De acordo com Aquino (2006), foram defendidas 686 dissertações de mestrado e 222 teses de doutorado entre os anos de 1987 e 2004, sendo que a primeira tese de doutorado a incluir a palavra gênero no título foi defendida em 1992. Ainda de acordo com a referida autora (2006), Psicologia, Enfermagem, Ciências Sociais e Saúde Coletiva são as áreas de estudo que mais se dedicam ao estudo de questões ligadas à temática de gênero, sendo que, nesta última, foram localizadas 98 dissertações e 48 teses. A publicação de artigos acadêmicos sobre gênero encontra-se dividida, de acordo com Aquino (2006), da seguinte maneira:

TABELA 1
Percentual de publicações por instituição descrito por Aquino (2006)

Universidade	Percentual de publicações
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	28,6%
Universidade de São Paulo (USP)	21,8%
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	12,8%
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	10,5%

Fonte: SciELO, 2007.

Dos quatro periódicos investigados por Aquino (2006), já citados, foram publicados ao todo 665 artigos sobre as temáticas de gênero e saúde. Dentre eles, a Revista de Saúde Pública, editada pela Universidade de São Paulo (USP), publicou 257 artigos, o que corresponde a 38,6% dos textos pesquisados. O periódico Cadernos de Saúde Pública, editado

pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), publicou 331 artigos, o que corresponde a 49,8% dos artigos pesquisados por Aquino (2006).

Com relação às pesquisas e publicações realizadas no Brasil, pode-se perceber que os estudos sobre gênero e saúde passaram por uma transformação gradativa, o que pode demonstrar o aprimoramento das investigações nesse campo. De acordo com Aquino (2006), na primeira metade da década de 1980, o foco de estudo pautava-se principalmente por questões relacionadas à gestação, parto e aleitamento. No entanto, a partir da década acima mencionada, pôde-se perceber uma gradual modificação no que diz respeito aos estudos vinculados à temática de gênero. Assim, temas como a mortalidade materna, a reprodução e a contracepção passaram a estar no centro da agenda dos (as) pesquisadores (as). Apesar dessas modificações, Aquino (2006) afirma que tais assuntos ainda eram investigados “sob uma ótica clínico epidemiológica” (AQUINO, 2006, p. 126).

Com a expansão da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), vários artigos foram produzidos, colocando-se em pauta a relação entre saúde e sexualidade. Aquino (2006) lembra que, durante a década de 1990, surgiram dois temas também valorizados pela agenda feminina, tais como o aborto e a violência contra a mulher, sendo que, este último cresceu, de fato, há apenas dezessete anos no Brasil.

As autoras citadas até o momento neste capítulo (Scharaiber *et al.* e Aquino) escreveram, respectivamente, os artigos “Violência e Saúde: Estudos Científicos Recentes” e “Gênero e Saúde: Perfil e Tendências da Produção Científica no Brasil”. Ambos foram publicados na revista Saúde Pública, editada pela Universidade de São Paulo, (USP) em 2006. Estas duas pesquisas seguiram uma linha de investigação semelhante, na qual o ponto em comum foi a investigação de artigos indexados no portal SciELO, referentes às principais revistas brasileiras do campo da saúde coletiva. No artigo publicado por Aquino (2006), os

descritores¹⁵ utilizados para a pesquisa foram “gênero e saúde”, “saúde da mulher” e, por fim, “sexualidade”. Já no de Schraiber *et al.* (2006), não constam quais foram os descritores utilizados para busca no referido *site*.

A partir desta linha de raciocínio proposta pelas autoras mencionadas, optou-se também por consultar a base de dados do portal SciELO, utilizando-se outros descritores para busca, de forma que eles se adequassem mais ao objeto de pesquisa proposto nesta dissertação. A base de dados foi consultada na primeira semana de março de 2007, mais precisamente entre os dias cinco e nove do mês. Os descritores de busca utilizados e o número de artigos relacionados a eles na base de dados foram: “violência contra a mulher” (oito artigos), “violência de gênero” (cinco artigos), “violência doméstica” (59 artigos) e “violência sexual” (15 artigos). A escolha destes descritores baseou-se na constituição histórica deste campo temático, de acordo com a evolução dos estudos científicos sobre a mulher. Foi encontrado um total de 87 artigos.

O segundo passo foi a leitura dos resumos de todas as publicações, de forma que, do total obtido num primeiro momento, foram identificados 24 artigos diretamente relacionados à violência doméstica contra a mulher. O restante foi considerado incongruente com a presente pesquisa, uma vez que os aspectos abordados eram relacionados a temas como aborto, violência na gravidez, estupro (praticado por desconhecidos), violência sofrida no ambiente de trabalho, comportamento de crianças perante situações de violência doméstica, abuso sexual em crianças, violência doméstica contra crianças e adolescentes, violência doméstica contra o idoso, dentre outras.

As referências bibliográficas deste capítulo são compostas pelos 24 artigos científicos selecionados, inclusive os dois já mencionados até o presente momento. Com relação às publicações, foram localizados nove periódicos, dos quais os mais expressivos foram:

¹⁵ Descritores são palavras-chaves, que, uma vez digitadas em um campo específico do *site* SciELO, apresentam as publicações disponíveis relacionadas a elas.

TABELA 2
 Percentual de publicações por periódico nos artigos selecionados

Periódico	Percentual de publicações
Revista Saúde Pública	33,3%
Cadernos de Saúde Pública	33,3%
Ciência e Saúde Coletiva	8,3%

Fonte: SciELO, 2007.

Esses três periódicos foram responsáveis por 74,9% das publicações. O restante¹⁶ (seis periódicos) foi responsável ao todo por aproximadamente 25,1% dos artigos.

No tocante às instituições que realizaram pesquisas sobre o tema “violência doméstica contra a mulher”, foram encontrados 22 artigos científicos vinculados a algum tipo de instituição (91,6%) e dois que não apresentaram quaisquer vínculos institucionais (8,4%). Dentre os 22, um artigo (4,1%) foi de responsabilidade de uma secretaria estadual de saúde (Secretaria de Saúde do Estado da Bahia) e o outro (4,1%) de uma associação intitulada Sociedade de Psiquiatria do Estado do Rio Grande do Sul. As outras vinte publicações que representam 74,8% da bibliografia consultada estão vinculadas a 11 universidades brasileiras. A Universidade de São Paulo (USP), a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) foram responsáveis por 49,9% da literatura pesquisada (praticamente metade das publicações), com um total de doze artigos. Respectivamente, as porcentagens das publicações destas universidades foram:

¹⁶ Os outros seis periódicos encontrados foram: Psicologia em Estudo, Revista Estudos Feministas, Revista Comunicação, Saúde e Educação, Revista Saúde Coletiva, Revista Psicologia Teoria e Prática e Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul. Em cada um destes periódicos foi encontrado um artigo científico referente ao tema pesquisado nesta dissertação, o que corresponde a 4,16%, para cada publicação.

TABELA 3
 Percentual de publicações por instituição responsável pela publicação dos artigos selecionados

Universidade	Percentual de publicações
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	20,8%
Universidade de São Paulo (USP)	20,8%
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	8,3%

Fonte: SciELO, 2007.

As outras oito universidades¹⁷ foram responsáveis pela publicação de um artigo cada, o que equivale a 4,16% por artigo. Somando-se essas instituições, obtiveram-se 33,28% dos textos publicados consultados. Os quatro artigos restantes (16,88%) são aqueles que não possuem vínculos institucionais e, também, os que apresentam vínculos com instituições não universitárias. Quanto à localização das universidades responsáveis pelas publicações selecionadas obtiveram-se os seguintes dados:

TABELA 4
 Quantidade, localização e percentual de universidades que produziram publicações nos artigos selecionados

Localização da universidade	Número de universidades	Percentual
Região Sudeste	7	63,6%
Região Sul	2	18,2%
Região Nordeste	2	18,2%
Região Norte	–	–
Região Centro-Oeste	–	–

Fonte: SciELO, 2007.

Com relação à autoria, foram encontrados 58 autores (as) dos 24 artigos mencionados. Isso se deve ao fato de alguns dos textos terem sido escritos por mais de um (a) autor (a).

¹⁷ Essas universidades são: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie).

Deste total, 39 são mulheres, o que representa 67,2% das autorias. O número de homens autores dos artigos mencionados foi de 19, ou seja, 32,8%.

Aquino (2006) e Scharaiber *et al.* (2006) realizaram estudos para identificar a quantidade de publicações sobre gênero no que diz respeito às suas datas, aos temas, aos periódicos nas quais estão indexadas, assim como em relação às instituições e suas localizações geográficas. Será feita a seguir uma breve comparação dos dados obtidos pelas referidas autoras em relação aos obtidos na revisão bibliográfica deste capítulo.

Em primeira instância, as datas dos artigos consultados localizam-se no período compreendido entre os anos de 1994 e 2007. De acordo com as referidas autoras (2006), as publicações acadêmicas da temática violência contra a mulher iniciam-se em 1994 e mostram-se mais numerosas na década de 2000. Dentro da literatura pesquisada, vinte artigos foram publicados entre os anos de 2000 e 2007, o que corresponde a 83,3% do total. Nove publicações foram realizadas nos dois últimos anos (2005 e 2006), representando 37,5% dos textos selecionados. Pode-se verificar, portanto, como a literatura acerca da violência doméstica contra a mulher é recente no Brasil. A autoria dessas publicações acadêmicas foi de origem feminina em 67,2%, dado que se aproxima muito do obtido por Aquino (2006), que é de 70,5%.

Com relação à regionalização, a presente pesquisa revelou também forte concentração na região Sudeste do Brasil, principalmente no eixo Rio–São Paulo. Na pesquisa de Aquino (2006), 56,6% dos grupos de pesquisa encontram-se no Sudeste, ao passo que nos textos investigados, das onze universidades que conduziram estudos na área de violência de gênero, sete delas (63,6%) encontram-se na região mencionada. As outras quatro encontram-se no Sul e Nordeste brasileiro em proporção similar à encontrada por Aquino (2006). Ainda de acordo com a referida autora, quatro universidades¹⁸ são responsáveis por publicar em conjunto

¹⁸ Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Universidade do Estado de São Paulo (USP), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal da Bahia (UFBA).

73,7% dos artigos acadêmicos das temáticas “gênero e saúde”. Neste aspecto, a literatura consultada apresentou semelhanças parciais. A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e Universidade do Estado de São Paulo (USP) também apresentaram o maior número de artigos sobre a violência doméstica contra a mulher com 20,8% das publicações para cada instituição. Entretanto, a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) ocupou o terceiro lugar nesta com 8,3% das publicações. Esta última instituição não foi citada como representativa na pesquisa de Aquino (2006), pois, neste caso, o terceiro lugar em volume de publicações foi ocupado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com 12,8 % dos artigos, seguido pela Universidade Federal da Bahia com 10,5%. No tocante aos periódicos que foram analisados, nova semelhança entre as conclusões de Aquino (2006) e os que foram analisados na presente pesquisa. De acordo com essa autora, o periódico *Cadernos de Saúde Pública*, editado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), e a *Revista de Saúde Pública*, editada pela Universidade do Estado de São Paulo (USP), foram os que mais publicaram textos na perspectiva de gênero e saúde, representando em conjunto, 88,4% das publicações. Esses mesmos periódicos também foram os que mais publicaram artigos referentes à violência doméstica contra a mulher, com 66,6% do total publicado. Percebe-se, a partir destas análises, que esses são os periódicos que mais se dedicam a publicar artigos relacionados à temática de gênero.

Percebe-se a partir desta breve comparação que os dados quantificados por Schraiber *et al.* (2006) sobre violência e saúde, assim como os obtidos por Aquino (2006) acerca de gênero e saúde apresentaram considerável nível de semelhança quantitativa com a presente pesquisa sobre violência de gênero. Portanto, entende-se violência, saúde e gênero formam uma tríade de conceitos que estão intimamente relacionados.

3.2 O que se produz academicamente sobre gênero e violência no Brasil

Os (as) pesquisadores (as) brasileiros (as) catalogados nesta pesquisa investigam a situação da violência doméstica contra a mulher a partir de diferentes prismas. Dentre eles, podem ser mencionados: o perfil da produção acadêmica sobre gênero, violência e saúde, a relação entre pobreza e violência, a análise das lesões físicas sofridas pelas mulheres agredidas, as formas de violência doméstica e suas diferentes manifestações (física, psicológica e sexual), as conseqüências físicas e psicológicas oriundas desses tipos de agressão, a procura de ajuda institucional por parte das mulheres agredidas, intervenções psicoterapêuticas com agredidas e agressores e circunstâncias psicossociais que colaboram para a eclosão da violência de gênero.

Os estudos sobre violência contra a mulher pesquisados apresentam, ainda, formas diferentes no que se refere à metodologia empregada pelos pesquisadores. Dentre os artigos consultados, sete (29,2%) foram balizados em pesquisas realizadas em instituições de saúde tais como hospitais, clínicas e centros de saúde. São eles: Hospital Municipal Miguel Couto e Hospital Municipal Salgado Filho do Rio de Janeiro (RJ) (em um mesmo estudo), unidade básica de saúde em Porto Alegre (RS), pronto-socorro de Sorocaba, centro de saúde em Ribeirão Preto, hospital de urgência e emergência em Salvador (BA) (não foi fornecido o nome), unidade básica de saúde em São Paulo (SP) e um hospital municipal em São Paulo (SP) (não foi fornecido o nome). Quatro estudos (16,6%) deram-se em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, sendo que destes um estudo foi a condução de um processo psicoterapêutico com um agressor. Essas delegacias localizam-se nas seguintes cidades: Araçatuba (SP), Ribeirão Preto (SP), São Carlos (SP) e Fortaleza (CE). Duas pesquisas foram realizadas em casas-abrigos (8,3%), sendo uma delas na Casa Sempre Viva localizada em Belo Horizonte (MG) e a outra localizada em São Paulo (SP), cujo nome não

foi fornecido. A mesma porcentagem (8,3%) foi encontrada em relação aos estudos realizados em centros especializados de atendimento como o Centro de Atendimento a Vítimas de Crime (CEVIC) de Florianópolis (SC) e o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) do Rio de Janeiro (RJ). Uma pesquisa (4,1%) foi realizada a partir da visitação de uma amostra de domicílios do bairro Jardim Santa Emília, localizado no município de Embu (SP). Também um estudo (4,1%) foi feito em duas escolas em Porto Alegre (RS), sendo uma pública e outra, particular. Sete dos artigos consultados (29,2%) baseiam-se exclusivamente em revisões bibliográficas sem apresentar, portanto, pesquisa de campo.

Para pesquisar-se a violência doméstica contra a mulher, entende-se como necessária a elucidação dos conceitos de gênero e violência de gênero. A princípio, é preciso frisar-se que a palavra “gênero” não tem o mesmo significado de sexo. O termo “sexo” serve para designar comportamentos tais como: sexo oral, sexo vaginal, sexo seguro, profissionais do sexo etc. Entretanto, de acordo com Aquino (2006), durante muitos anos o termo “gênero” não era utilizado em publicações que abordavam os estudos sobre homens e mulheres. Tal concepção passou a ser adotada nas publicações acadêmicas somente a partir do final da década de 1980. Ainda de acordo com Aquino (2006), “o gênero foi tomado emprestado pelas feministas anglo-saxãs, referindo-se à organização social entre os sexos” (AQUINO, 2006, p. 122).

A partir da utilização do conceito gênero, passou-se a questionar os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher. Esse questionamento aponta fundamentalmente para que a determinação desses papéis seja de cunho social e, não, biológico, assim como afirma Silva (2003):

Baseando-se em uma perspectiva de gênero, a violência contra a mulher vem sendo entendida como resultado das relações de poder entre homem e mulher, tornando-se visível a desigualdade que há entre eles, onde o masculino é quem determina o papel do feminino, porém, essa determinação é social e não biológica (SILVA, 2003, p. 264).

Nesta perspectiva, o estudo de gênero representa uma investigação das relações de poder entre homens e mulheres na sociedade. Com isso, o poder de o homem determinar qual deve ser o modo de ser da mulher passa a ser colocado em xeque, justamente pelo fato dos aspectos fisiológicos não serem mais aceitos por grande parte das mulheres, como um destino já definido. De acordo com Giffin (1994), a respeito do combate às explicações biologicistas hegemônicas, “num primeiro momento foi preciso demonstrar que a anatomia não era destino e que o corpo feminino não determinava a condição social da mulher” (GIFFIN, 1994, p. 150).

As publicações referentes aos estudos sobre homens e mulheres passaram de um caráter exclusivamente anatômico para o social em várias partes do mundo, culminando em uma série de conquistas por parte das mulheres. O estudo de gênero apresenta termos característicos que, de acordo com Aquino (2006), necessitam ser especificados, de forma que se possa compreender a diferença entre eles. São eles: mulher, gênero, feminino e feminista. Assim, de acordo com a autora mencionada (2006):

Uma mulher é um indivíduo específico; gênero denota as relações de poder entre os sexos e refere-se tanto a homens quanto a mulheres; feminino refere-se a maneirismos e comportamentos idealizados das mulheres num lugar e época específicos que podem também ser adotados por homens; e feminista, define uma posição ou agenda política (AQUINO, 2006, p. 122).

Com a ocupação feminina de espaços antes tidos como exclusivamente masculinos, principalmente na esfera profissional e política (como, por exemplo, o direito de a mulher votar no Brasil a partir de 1932), fato idêntico ocorreu nas universidades e posteriormente nos estudos e pesquisas voltados para a questão de gênero. Um destes indicadores é o de que estes estudos são recentes no país e que a maior parte das pesquisas é feita por mulheres. Estes são fatores que demonstram a não-aceitação da mulher no tocante à sua da colocação

social a partir de aspectos biológicos, sobretudo quando esses termos são determinados pelo masculino.

A partir dos estudos de gênero direcionados mais para a perspectiva social do que biológica, um de seus focos passou a ser a investigação sobre o fenômeno da violência de gênero. Silva (2003) apresenta a seguinte definição do que vem a ser este tipo de violência:

Pode-se defini-la como qualquer ato baseado nas relações de gênero que resulte em danos físicos e psicológicos ou sofrimento para a mulher, entendendo-se que tal conduta é muitas vezes usada conscientemente como um mecanismo para subordinação, como o que ocorre nas relações conjugais (SILVA, 2003, p. 264).

A violência contra a mulher começou a ser repudiada inicialmente em países no continente europeu, mais especificamente na Inglaterra (AZEVEDO, 2001, *apud* Silva *et al.*, 2007, p. 97). O objetivo primordial do movimento feminista inglês era tornar público uma atitude masculina de agressão por parte do parceiro íntimo que permanecia invisível à sociedade, restrito ao âmbito doméstico. Assim, o movimento feminista daquele país foi o pioneiro no que diz respeito à visibilização desse fenômeno, tanto que a partir dele é que se tem notícia, pela primeira vez, de uma casa-abrigo para mulheres espancadas em 1971 (AZEVEDO, 2001, *apud* Silva *et al.*, 2007, p. 97). O ano de 1975 foi declarado o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU) e os movimentos feministas foram convidados a participar da elaboração de definições e declarações internacionais sobre os direitos das mulheres¹⁹. O que aconteceu, em seguida, foi a disseminação das idéias de cunho feminista pelo restante da Europa e também pelos Estados Unidos, sendo que, no Brasil, o movimento feminista começou a tornar-se expressivo na década de 1980.

¹⁹ No capítulo posterior serão mencionados brevemente alguns dos principais tratados, convenções e conferências mundiais realizados para o estabelecimento dos direitos das mulheres.

Prova dessa expressividade é que em seis de agosto de 1985 nasceu a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher no Município de São Paulo, o que demonstrou um expressivo avanço no que diz respeito à questão da violência contra a mulher, no Brasil. Em seguida vieram sucessivas conquistas por parte das mulheres, que também se evidenciaram na Constituição Federal de 1988 e nas modificações do sistema jurídico para a análise de situações de violência de gênero²⁰. Para Schraiber *et. al.* (2002), *apud* Silva (2003), os avanços com relação à criação de instituições de proteção específicas para mulheres agredidas somente se deu a partir de pressões originadas pelo movimento feminista:

Nos últimos trinta anos, a violência contra a mulher tem despertado o interesse da sociedade que a partir da pressão dos movimentos feministas tem buscado formas para o enfrentamento do problema, a exemplo da criação das delegacias de defesa da mulher e das casas-abrigo (SCHRAIBER *et al.*, 2002, *apud* Silva, 2003, p. 264).

Um dos pontos questionados pelo movimento feminista diz respeito à divisão sexual do trabalho. Historicamente a identidade masculina foi colocada praticamente como sinônima do papel de provedor do sustento do lar. O papel feminino durante anos foi relegado à esfera doméstica, restringindo-se basicamente às funções de reprodução, maternidade e subjugação sexual. Com isso, o destino social de cada ser humano encontrava-se biologicamente traçado. O movimento feminista repudiou tal concepção ao entender que, caso a mulher permanecesse confinada à esfera do lar, tornava-se dependente do cônjuge e subjugada do ponto de vista profissional, econômico e sexual. É possível perceber-se como o fenômeno da violência doméstica contra a mulher foi legitimado no Brasil, desde o período colonial. Essa constatação é destacada por Cabral (1999): “Dados históricos sobre o Brasil na época colonial, revelam que já na sua Ordenação do Reino, era permitido aos maridos “emendarem” suas companheiras, pelo uso da chibata” (CABRAL, 1999, p. 184). Este autor ainda se refere

²⁰ No capítulo seguinte serão discutidas algumas conquistas de direitos que as mulheres conseguiram na Constituição Federal de 1988, assim como um breve histórico da legislação para crimes com características de violência de gênero.

ao fato de a agressão do homem contra a mulher ocorrer a partir de influências culturais trazidas pelos colonizadores europeus: “suas funções seriam de servir a seus maridos e filhos, dedicando-se exclusivamente às tarefas domésticas, em que pudessem manifestar seus dons maternais²¹” (CABRAL, 1999, p. 184).

A tradição patriarcal é responsável por estabelecer uma relação dicotômica, na qual o homem ocupa o lugar de ativo e a mulher, a posição de passiva. O próprio questionamento do movimento feminista no tocante à divisão sexual do trabalho aponta para um dos possíveis entendimentos acerca do fenômeno da violência. A partir do instante em que a mulher sai da posição passiva, principalmente em relação à dependência financeira, ocorre simultaneamente uma perda de poder por parte do homem. Cabral (1999) considera que boa parte da violência perpetrada contra a mulher possivelmente ocorra quando ela toma a decisão de trabalhar fora de casa, ou contraria seu marido em algum aspecto.

Dantas-Berger e Giffin (2005), ao entrevistarem nove mulheres que denunciaram violência conjugal no Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) do Conselho Estadual da Mulher do Rio de Janeiro, que é referência na atenção psicossocial e jurídica nos casos de violência e discriminação contra mulheres, perceberam o mesmo aspecto destacado por Cabral (1999):

Em paralelo, expressaram descontentamento em se sentirem tratadas como objetos ou seres sem autonomia, e sua resistência foi um motivo para brigas. Nas entrevistas, manifestaram suas aspirações a participarem mais livremente do mundo público, mas quanto mais romperam com padrões femininos de domesticidade e passividade, mais o conflito conjugal se radicalizava (DANTAS-BERGER; GIFFIN, 2005, p. 421).

²¹ Pelo fato de o Brasil ter sido colonizado por Portugal (país de religião cristã-católica), entende-se que aspectos religiosos possam ter influenciado diretamente na concepção de submissão da mulher perante o homem. Inclusive, ao ressaltar-se especificamente o texto bíblico, no qual São Paulo diz na Primeira Epístola a Timóteo (Novo Testamento): “A mulher ouça a instrução em silêncio, com espírito de submissão. Não permito a mulher que ensine, nem que arrogue autoridade sobre o homem, mas permaneça em silêncio. Pois o primeiro a ser criado foi Adão, depois Eva. E não foi Adão que se deixou iludir, e sim a mulher que, enganada, se tornou culpada da transgressão” (BÍBLIA SAGRADA, 1989, p. 1.518).

Segundo o pensamento de Dantas-Berger e Giffin (2005), a contemporaneidade é uma época de “transição de gênero”. Pode-se perceber que há um movimento duplo, de conquista gradativa e incessante de direitos e melhores condições de existência por parte das mulheres, que, ao mesmo tempo, provoca a diminuição do poder patriarcal. A violência doméstica contra a mulher pode ser percebida atualmente como um sintoma do choque existente entre as concepções articuladas pelo movimento feminista e a cultura tradicional legitimadora do poder do homem. A partir desta situação é possível refletir-se que parte da base da identidade masculina assentada sobre a égide da força, da razão e do controle ficaram fortemente abalados. Segundo o sociólogo inglês Anthony Giddens (*apud* DANTAS-BERGER; GIFFIN, 2005):

É possível que boa parte da violência que os homens praticam hoje contra a mulher, não seja apenas a persistência do velho sistema, e, sim, uma incapacidade ou recusa de adaptar-se ao novo. Ou seja, não é apenas a continuação do patriarcado tradicional, mas uma reação contra a sua derrocada (GIDDENS *apud* DANTAS-BERGER; GIFFIN, 2005, p. 423).

Até o presente momento, neste capítulo, discutiu-se a produção acadêmica sobre os estudos de gênero no país, assim como algumas circunstâncias históricas e sociais que se encontram presentes na situação de violência contra a mulher. A seguir, será feito um aprofundamento das discussões referentes aos artigos científicos catalogados, com os principais achados dos (as) pesquisadores (as) brasileiros (as) no tocante à violência de gênero.

Na literatura pesquisada, observou-se uma procura significativa por parte das mulheres agredidas a serviços de saúde, sejam eles unidades básicas de saúde, centros de saúde ou hospitais. Dentre os artigos que tratam de temas relacionados às instituições das quais essas mulheres procuram auxílio, o que se pode perceber é que a área da saúde é a porta principal de entrada das mulheres em situação de violência de gênero. Reis (2004) lembra que as mulheres procuram com mais frequência os serviços de saúde, preocupadas com sua

integridade física, ao passo que evitam procurar delegacias por não acreditarem na sua eficiência.

Garbin *et al.* (2006) fazem idêntica constatação à de Reis (2004) em seu estudo na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Araçatuba (SP). Segundo esses autores, as mulheres agredidas, ao perceberem o despreparo das autoridades e funcionários, associado a uma crença de impunidade na qual o agressor não pagará pelos seus delitos, acabam por afastar a vítima da instituição policial. A única exceção na bibliografia consultada foi constatada por Bordin *et al.* (2004) em sua pesquisa domiciliar realizada no município de Embu (SP). Segundo os (as) autores (as), 36,8% das vítimas de violência doméstica procuraram a delegacia de polícia; 21,1%, curandeiros e benzedeadas; e apenas 5,3%, os centros de saúde. Tal fato pode estar balizado na possibilidade de os moradores entenderem a violência doméstica como problema policial e, não, de saúde, inclusive porque, de acordo com esses pesquisadores, a taxa de procura por ajuda policial verificada superou a dos demais estudos.

Silva (2003), ao realizar pesquisa com mulheres agredidas em um hospital público de urgência e emergência em Salvador, constatou que das 270 vítimas apenas 22,5% procuraram a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e 12,5%, outras delegacias. Vieira *et al.* (2006), na pesquisa realizada em um centro de Saúde de Ribeirão Preto (SP) concluem, assim como Reis (2004), que o serviço de saúde é um dos locais mais procurados por mulheres agredidas:

A violência contra a mulher cometida pelo parceiro íntimo é um fenômeno complexo que vem sendo encarado como problema de saúde pública, não somente devido às suas complicações, mas também ao fato de o serviço de saúde ser um dos locais mais procurados por mulheres nessa situação (VIEIRA *et al.*, 2006, p. 605).

Uma vez agredida, a mulher sente necessidade de procurar ajuda, geralmente em virtude de seqüelas psicológicas, além de dores inexplicáveis e sintomas considerados pelos

médicos como “sintomas físicos aparentes”. Na maioria das vezes, as primeiras escolhas dessas pessoas são os próprios familiares e amigos, além de familiares do agressor. Bordin *et al.* (2004) verificaram que, da amostra que obtiveram no município de Embu (SP), as pessoas da própria família foram procuradas para ajudar em 47,4%; a família do agressor, 36,8%; e amigos, por 31,6%. Esse fato denuncia que em um grande número de oportunidades a violência de gênero fica invisível aos olhos da sociedade, pois não chega a instituições de saúde ou policiais. E, mesmo os que chegam a instituições de saúde, muitas vezes permanecem obscurecidos para a sociedade, apesar de sua intensa procura. Segundo Schraiber (2002), “a violência nas relações de gênero não é reconhecida nos diagnósticos realizados nos serviços de saúde, sendo problema de extrema dificuldade de ser abordado” (SCHRAIBER, 2002, p. 471).

Na mesma linha de raciocínio de Schraiber (2002), Garbin *et al.* (2006) enfatizam que a causa da não-percepção dos casos de violência se dá em virtude de itens como o desinteresse, o despreparo e a falta de tempo por parte dos profissionais de saúde, aliados a uma cultura de que “*em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher*”. Vieira *et al.* (2006) também entendem que muitos casos de violência doméstica contra a mulher não são detectados pelo fato de que as escolas que formam profissionais da área de saúde não os capacitam adequadamente para manejar casos de violência. Dessa maneira, muitos casos acabam não sendo detectados.

Verifica-se também que uma parte das mulheres agredidas não procura ajuda de nenhuma espécie, chegando mesmo a justificar e aceitar as condutas dos companheiros agressores. Nesta direção, Silva (2003) afirma:

Como há uma predominância desses eventos acontecerem no espaço doméstico, a vítima acaba inibida em falar, pois estaria expondo a própria família. Sem falar que muitas situações são consideradas comuns em nossa sociedade e por isso aceitáveis e não reconhecidas como violência. É o caso da violência sexual, em que a maior parte das referências é de mulheres que

cedem ao desejo do parceiro para não contrariá-lo ou até porque entendem cumprir uma obrigação na relação marido e mulher (SILVA, 2003, p. 269).

No Centro de Atendimento a Vítimas de Crime de Florianópolis (SC) (CEVIC), Silva *et al.*, (2007) analisaram 1.242 fichas cadastrais entre os anos de 2000 e 2001 e concluíram que dificilmente a vítima procura ajuda em casos de violência psicológica, permanecendo com uma atitude passiva perante situações de maus-tratos. “A mulher tende a aceitar e justificar as atitudes do agressor, protelando a exposição de suas angústias até que uma situação de violência física, muitas vezes grave, ocorra” (SILVA *et al.*, 2007, p. 101). Outro aspecto que ajuda a fazer com que a violência doméstica contra a mulher permaneça pouco perceptível é o fato de que muitas não reconhecem uma situação de violência enquanto tal. E, uma vez não tendo a capacidade de fazer esse reconhecimento, conseqüentemente, nenhuma atitude é tomada. Assim, Schraiber (2002), em sua pesquisa com 322 mulheres de uma unidade básica de saúde de São Paulo (SP), verificou que apenas 55% delas haviam percebido que uma agressão física e/ou sexual representava um ato de violência. Ainda de acordo com a referida autora (2002):

Isto ocorre, provavelmente, porque as mulheres não nomeiam a situação doméstica como violência, que é um termo, via de regra, reservado para expressar o que ocorre no espaço público nas grandes cidades. O termo também indica situação grave, o que, culturalmente, parece significar que a violência doméstica, embora concretamente severa, não é representada como tal (SCHRAIBER, 2002, p. 476).

Silva *et al.* (2007) verificam algo semelhante em sua amostra no Centro de Atendimento a Vítimas de Crime (CEVIC), ao analisar as fichas cadastrais de sua amostra. De acordo com suas observações qualitativas, os (as) autores (as) entendem haver uma “verdadeira negação” por parte das mulheres violentadas, tais como humilhações, críticas destrutivas, desqualificações da pessoa, exposição a situações vergonhosas e até mesmo violência física, que representam formas de violência contra a mulher.

Apesar de haver um expressivo número de mulheres que aceita, legítima ou então não reconhece atos agressivos por parte de seus companheiros como violência doméstica, existe um outro contingente que considera as práticas agressivas como violência. Entretanto, apresenta-se como real o fato de mesmo essas mulheres que percebem que estão sendo agredidas permanecerem nessa situação durante anos. Souza *et al.* (2005), em sua pesquisa na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Fortaleza (CE), descobriram alguns dos fatores que colaboram para que muitas mulheres permaneçam na condição de vítimas, sem denunciar ou, mesmo, abandonar o parceiro. De acordo com os (as) autores (as) mencionados (as) (2005):

O principal motivo das mulheres não terem deixado o parceiro no início das agressões foi o fato dos agressores prometerem melhorar (58%), seguido do fator filhos (48%). Os demais motivos para a mulher não ter deixado o parceiro foram: dependência financeira (38%), paixão pelo parceiro (27%) e medo (27%). Quando a mulher aponta o item dependência financeira como motivo de não ter deixado o agressor, normalmente este vem associado ao fator filhos (SOUZA, 2005, p. 111).

Day *et al.* (2003) também descrevem pontos em comum com Souza (2005), os quais fazem com que mulheres em situação de violência doméstica não rompam a relação com o parceiro. Dentre esses pontos compartilhados por esses (as) autores (as), percebe-se a preocupação com os filhos, a perda do suporte financeiro e a crença de que o agressor irá melhorar o seu comportamento. Outros pontos também foram citados por Day *et al.* (2003), tais como o medo de represália por parte do parceiro, a falta de uma estrutura eficaz em relação aos serviços de saúde, atendimento policial e justiça, sintomas depressivos, perda de suporte por parte da família e dos amigos, além da sensação de responsabilidade pelo comportamento agressivo do companheiro.

A violência contra a mulher não se restringe apenas ao âmbito doméstico, pois também se faz presente em situações como estupro, assassinatos, assédio moral no ambiente de trabalho, prostituição forçada, crimes de guerra e outros. Entretanto, a violência sofrida no

ambiente do lar apresenta-se como a mais freqüente. Sarti *et al.* (2006), em sua pesquisa sobre violência e gênero em um hospital municipal de São Paulo (SP) perceberam o seguinte: “homens adultos sofrem violência física, particularmente no âmbito público, envolvidos em conflitos, como agressores ou vítimas, enquanto as mulheres adultas são mais agredidas física e sexualmente em conflitos domésticos” (SARTI *et al.*, 2006, p. 174).

Sendo assim, a violência contra a mulher assume na maioria das vezes uma conotação diferente da que é sofrida pelo homem. Geralmente a mulher se torna vítima de uma pessoa que lhe é conhecida, ao passo que a violência contra o homem tende a ser perpetrada por pessoas que ele não conhece. Tal fato é observado também por Souza *et al.* (2005) em sua pesquisa sobre qualidade de vida em mulheres vítimas de seus parceiros, realizada na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher de Fortaleza (CE). De acordo com estes (as) autores (as) (2005):

Atualmente, e em geral não importa o status da mulher, o lócus da violência continua sendo gerado no âmbito familiar, sendo que a chance de a mulher ser agredida pelo pai de seus filhos, ex-marido, ou atual companheiro, é muitas vezes maior do que o de sofrer alguma violência por estranhos (SOUZA *et al.*, 2005, p. 109).

É importante destacar-se que a conclusão de que as agressões sofridas por mulheres são feitas na maior parte das vezes por uma pessoa que faz parte de seu convívio foi encontrada em vários dos artigos científicos consultados. Tal fato pôde ser verificado tanto nas pesquisas realizadas em instituições de saúde, quanto em delegacias especializadas ou nas revisões de literatura.

3.3 Formas de violência contra a mulher

As formas de violência contra as mulheres encontradas pelos (as) autores (as) são classificadas basicamente em três tipos: violência física, violência psicológica e violência sexual. Ressalta-se que essa é uma divisão proposta pelo Ministério da Saúde do Brasil e que serve apenas para fins didáticos, uma vez que elas se entrelaçam de diversas maneiras. É difícil pensar, por exemplo, em uma situação de violência sexual na qual as violências física e psicológica não estejam presentes. Da mesma forma é complexo conceber-se uma situação de violência física sem a presença de um forte componente de sofrimento psicológico. Day *et al.* (2003) corroboram essa idéia ao entender que “a agressão do parceiro íntimo – também conhecida como violência doméstica – é, quase sempre, acompanhada de agressão psicológica e, de um quarto a metade das vezes, também de sexo forçado” (DAY *et al.*, 2003, p. 15).

A partir dessa afirmação, chama-se a atenção para a maneira com a qual o Ministério da Saúde²² (2001, *apud* SILVA *et al.*, 2007), conceitua a violência física:

Violência física ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano, por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que pode causar lesões internas (hemorragias e fraturas), e externas (cortes, hematomas e feridas) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, *apud* SILVA *et al.*, 2007, p. 96).

Schraiber (2002) entrevistou usuárias em uma unidade básica de saúde de São Paulo (SP) e verificou que 143 delas (44,4%) relataram pelo menos um episódio de violência física perpetrado quase sempre pelo companheiro. Kronbauer e Giffin (2005), em estudo realizado em uma unidade básica de saúde de Porto Alegre (RS) aplicaram um questionário a 252 usuárias objetivando investigar o tipo de violência sofrida por parte das mulheres agredidas. Verificaram que 96 mulheres (38%) relataram ter vivenciado episódios de violência física.

²² Além da violência física, o Ministério da Saúde também elaborou conceitos do que vem a ser violência psicológica e sexual. Ambos os conceitos serão relatados logo a seguir. Acredita-se ser importante essa conceituação por parte do Ministério da Saúde, uma vez que, no capítulo posterior, será discutida a tipificação criminal com a qual essas violências são classificadas. Exemplos: lesão corporal e ameaça.

Silva (2003) entrevistou 701 mulheres de um hospital de urgência e emergência em Salvador (BA) e constatou 321 casos de violência, seja ela física, psicológica ou sexual. Em relação às formas físicas de agressão, as mais comuns foram empurrões, socos, pontapés, tapas, bofetadas e uso de armas. A escolha dos socos como mecanismo utilizado para agressão física totalizou 49,2% dos casos. Bordin *et al.* (2004) em pesquisa a respeito da prevalência e procura de ajuda na situação de violência conjugal, visitaram 97 domicílios no município de Embu (SP) e verificaram por parte das entrevistadas, que o tapa foi a forma preferida de agressão física sofrida (32,6%). Em seguida, as formas escolhidas foram o soco (17,5%), espancamento (15,2%), ameaça/uso de arma (13,9%) e chute (10,5%). Garbin *et al.* (2006) analisaram 204 inquéritos de mulheres agredidas, colhidos na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Araçatuba (SP). Após a análise, concluíram que as regiões mais atingidas foram a da cabeça e pescoço (30%), seguida dos membros superiores (24,4%), membros inferiores (23,3%) e tronco (16,7%). Deslandes *et al.* (2000), em pesquisa sobre a caracterização de casos de violência doméstica em dois hospitais do Rio de Janeiro, concluíram que a face foi a parte do corpo preferida pelos agressores, sendo utilizado principalmente o soco nos olhos e na mandíbula. O tronco foi a região mais atingida quando se tratava de chutes ou algum instrumento cortante como a faca, por exemplo. Quando os braços se encontravam lesionados, geralmente tal ocorrência se dava pelo fato de a mulher tentar proteger-se da agressão, utilizando-os. Ainda com relação aos braços e à face, Schraiber (2002) menciona sobre o caráter humilhante das agressões:

As regiões atingidas – especialmente, face, pescoço e braços – são compatíveis com o estudo brasileiro realizado em emergência e podem indicar, além de um comportamento de defesa com os braços, o caráter simbólico de humilhação e de agressão à dignidade da pessoa humana de que se revestem os atos de agressão à face (SCHRAIBER *et al.*, 2002, p. 477).

Percebe-se portanto, que várias são as formas escolhidas pelos agressores para praticar tais atos, assim como se apresentam expressivos os percentuais de vítimas no tocante ao constrangimento físico. Bordin *et al.* (2004) colheram depoimentos espontâneos de mulheres que revelaram formas bárbaras, tais como marteladas na cabeça, sufocamentos e, ainda, machucados com tesoura e alicate. A violência física contra a mulher pode atingir seu nível mais crítico, chegando até mesmo ao óbito como destacam Day *et al.* (2003). Ainda de acordo com os referidos autores, “na sua forma mais grave, a violência leva à morte da mulher. Sabe-se que de 40 a 70% dos homicídios femininos do mundo, são praticados por parceiros íntimos” (DAY *et al.*, 2003, p. 15).

Em relação à violência psicológica, o Ministério da Saúde (2001, *apud* SILVA *et al.*, 2007) conceitua-a nos seguintes termos:

Violência psicológica é toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: ameaças, humilhações, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, não deixar a pessoa sair de casa, provocando o isolamento de amigos e familiares, ou impedir que ela utilize o seu próprio dinheiro (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, *apud* SILVA *et al.*, 2007, p. 96).

Dentre as modalidades de violência contra a mulher, a violência psicológica é a mais difícil de ser detectada, pois não deixa marcas visíveis. Entretanto, apesar disso, ela mina lentamente a saúde mental da vítima, fazendo com que ela se sinta desvalorizada, levando-a a adoecimentos mentais manifestados nos casos de depressão e ansiedade e, também, a doenças físicas, nos quadros conhecidos como psicossomáticos. Em um grau mais elevado pode levar a vítima a cometer o suicídio. De acordo com Silva *et al.* (2007), a violência psicológica inicia-se antes da violência física e/ou sexual, como se uma fosse pré-condição para existência da outra:

A violência se inicia de forma lenta e silenciosa, que progride em intensidade e conseqüências. O autor da violência, em suas primeiras manifestações não lança mão de agressões físicas, mas parte para o cerceamento da liberdade individual da vítima, avançando para o constrangimento e humilhação (SILVA *et al.*, 2007, p. 99).

Kronbauer e Meneghel (2005) constataram que 139 (55%) dos 252 questionários aplicados às mulheres apresentaram relatos de violência psicológica. De acordo esses (as) autores (as), 124 mulheres relataram ter recebido insultos (49%), 79 disseram ter sofrido humilhações (32%), 33 disseram-se intimidadas (33%) e 61 foram vítimas de ameaças (24%). Vieira *et al.* também perceberam elevado índice de violência psicológica sofrida por mulheres em sua pesquisa realizada em um centro de saúde em Ribeirão Preto (SP). De 265 mulheres entrevistadas, 110 (41,5%) relataram ter sofrido violência psicológica pelo menos uma vez na vida. Fato importante a ser destacado é que, apesar de a violência psicológica não deixar lesões visíveis, propiciam sofrimento significativo nas vítimas que chegam a considerá-las até mesmo mais nocivas do que as agressões físicas. Dantas-Berger e Giffin (2005), ao ouvirem os relatos de mulheres agredidas no Centro Integrado de Saúde da Mulher no Rio de Janeiro (RJ), puderam comprovar tal afirmação:

Entre as agressões nomeadas, predominou a agressão física. No entanto, as agressões cotidianas ligadas ao sofrimento emocional, afetivo e moral, violência que denominaremos como psicológica, foram recorrentes e freqüentemente consideradas as piores: *“ele só sabe, é agredir, machucar... Não precisa de uma arma pra te atacar: ele desmoraliza (...) não precisa nem usar a mão, (...) te difamando, eu acho que coisa pior não existe!”* (Gal). (DANTAS-BERGER; GIFFIN, 2005, p. 421).

Além das violências física e psicológica, a literatura pesquisada também relatou episódios de violência sexual contra as mulheres. Com relação a este tipo de violência, o Ministério da Saúde (2001, *apud* SILVA *et al.*, 2007) conceitua-a da seguinte maneira:

Violência sexual é toda a ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga uma outra à realização de práticas sexuais contra a sua vontade, por meio da força física, da influência psicológica (intimidação, aliciamento,

sedução), ou do uso de armas ou drogas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, *apud* SILVA *et al.*, 2007, p. 96).

Na pesquisa realizada por Schraiber (2002), das 322 mulheres entrevistadas, 37 delas relataram ter sofrido pelo menos um episódio de violência sexual ao longo da vida, o que corresponde a 11,5% da amostra. Kronbauer e Meneghel (2005) encontraram em seu estudo, 20 casos de violência sexual entre os 252 analisados, o que corresponde a 8% do total. Vieira *et al.* (2006) apuraram em sua pesquisa com 265 mulheres, 26 relatos de violência sexual, o que representa 9,8% da amostra pesquisada. Dantas-Berger e Giffin (2005) observaram que, para muitos agressores, o sexo forçado é percebido como integrante das obrigações conjugais:

(...) segundo os relatos, a relação sexual ocorreu muitas vezes, sob forma de coerção “naturalizada” ou como “cláusula” prevista no contexto das obrigações conjugais. Todas relataram alguma situação do parceiro insistir na transa apesar dela não querer (DANTAS-BERGER; GIFFIN, 2005, p. 422).

A partir das formas de maus-tratos enfrentados pelas mulheres em situação de violência doméstica, torna-se pertinente refletir sobre quais são as conseqüências para a sua saúde, oriundas dos tipos de agressão discutidos até o presente momento. Percebe-se essa importância, inclusive pelo fato de seis artigos científicos dos 24 consultados chamarem a atenção para a essa questão. Cabral (1999) realizou uma pesquisa baseada na revisão da literatura médica, psicológica, psiquiátrica e sociológica no que concerne à violência doméstica contra a mulher. Dentre as conseqüências para a saúde das vítimas foram encontradas as físicas e psicológicas, como menciona:

Na maioria das mulheres vítimas da violência doméstica detectamos sinais e sintomas depressivos e ansiosos, perturbações do sono (hipersonia e insônia), transtornos alimentares como a anorexia, a bulimia, a compulsão para comer, que favorece a obesidade, fobias de vários objetos, dificuldades sexuais, manifestações psicossomáticas como taquicardia, dores no peito, hipertensão arterial, crises asmáticas, dispepsias, colites, úlceras, síndrome do intestino irritável, sangramentos uterinos, dores pélvicas, dores osteomusculares, além de quedas imunitárias, com maior predisposição às infecções bacteriana e viral (CABRAL, 1999, p. 186).

Day *et al.* (2003) encontraram em sua revisão bibliográfica dados semelhantes aos descritos por Cabral (1999). Além dos já citados, também foram verificados por Day *et al.* (2003), doenças como fibromialgia, distúrbios ginecológicos, aborto espontâneo, estresse pós-traumático e tendência ao suicídio. Pesquisas que contemplaram estudo de campo também apresentaram similaridades com as de revisão bibliográfica. Tanto em instituições de saúde quanto policiais, a constatação de doenças físicas e psicológicas fez-se expressiva. Souza *et al.* (2005) encontram na Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher 78% das vítimas com ansiedade e insônia, 26% com distúrbios sociais e 61% com quadros de depressão moderada ou grave. Silva (2003) encontrou, entre as usuárias do hospital e urgência e emergência de Salvador (BA) que sofreram violência doméstica, mais doenças psicológicas do que físicas, sendo que destas últimas as mais frequentes foram as doenças do aparelho circulatório, sendo as causas mal definidas. Schraiber (2002) observou em uma unidade básica de saúde de São Paulo (SP), além das doenças mencionadas até o momento, um abuso de substâncias psicoativas como álcool e drogas. Idêntico fato foi observado por Day *et al.* (2003) em pesquisa já mencionada, assim como Cabral (1999), que ressaltou uma incidência mais elevada de alcoolismo, tabagismo e uso de calmantes por parte das mulheres vítimas de violência doméstica. Alves e Coura-Filho (2001), em estudo realizado no Centro de Apoio à Mulher em Belo Horizonte (MG), constataram que 64% das mulheres encaminhadas à referida instituição foram provenientes da rede pública de saúde, fazendo uso de medicação ansiolítica e antidepressiva. Ao que tudo indica, esse excesso de substâncias ingeridas pelas mulheres em situações de violência (álcool, drogas, cigarros, ansiolíticos e antidepressivos) sugerem tentativas de buscarem algum tipo de alívio para as angústias do cotidiano violento.

3.4 Fatores e circunstâncias envolvidos na violência de gênero

De acordo com os artigos consultados, pode-se verificar que três mencionam uma associação entre comportamentos agressivos e estrutura familiar. Meneghel *et al.* (1998) realizaram uma pesquisa em duas escolas de Porto Alegre (RS), sendo uma pública e outra particular. Foram entrevistadas 76 famílias, 36 com adolescentes considerados agressivos pelos professores e 40 considerados como não agressivos, sendo que ao todo foram entrevistadas 213 pessoas. A punição física grave freqüente ou ocasional foi observada em 41 relatos, o que corresponde a mais da metade da amostra (53,9%). Na escola particular, esse índice foi de 37%, ao passo que na escola pública esse nível subiu para 67%. Com esses dados, pode-se perceber que os comportamentos agressivos adotados pelos adolescentes refletem a punição em forma de violência sofrida dentro de casa. Como mencionam os (as) referidos (as) autores (as), “o principal achado deste estudo, certamente foi a associação entre a agressividade e a punição física, ficando evidente que os adolescentes considerados agressivos na escola foram mais punidos que os não agressivos” (MENEGHEL *et al.*, 1998, p. 322).

A forma de educação empregada mostra-se relacionada a possíveis comportamentos que a criança irá apresentar depois de adulta. Padovani e Williams (2002) escreveram um artigo científico sobre a intervenção psicoterapêutica com um perpetrador de violência doméstica contra a esposa. Foram realizadas ao todo quinze sessões, durante um período de seis meses. Assim, os (as) autores (as) citados (2002) descobriram que:

O cliente relatou ter recebido uma educação rígida e autoritária, sendo vítima de violência doméstica quando criança (o pai o agredia, bem como a seus irmãos e a sua mãe). Mencionou que desde criança fora “educado” com base em castigos corporais e que “*aprender era sinônimo de apanhar... A agressão fazia parte da disciplina que recebi dos meus pais, hoje eu sei que isso não vale a pena*” (PADOVANI; WILLIAMS, 2002, p. 15-16).

O comportamento adotado entre os pais também pode refletir nas atitudes dos filhos, o que mostra que a agressividade está relacionada não somente aos castigos rígidos, mas, também, com o relacionamento entre eles. Silva *et al.* (2007) mencionam em seu estudo que “filhos que testemunham a violência psicológica entre os pais podem passar a reproduzi-la por identificação ou mimetismo passando a agir de forma semelhante com a irmã, colegas de escola, e futuramente, com a namorada e esposa/companheira” (SILVA *et al.*, 2007, p. 98). Cabral (1999) concorda com esse ponto de vista e entende que a família é o primeiro grupo social com o qual a criança mantém contato. E, caso a família seja perturbada, aprendizagens e identificações de cunho patológico serão assimiladas.

Existe uma tendência de determinados grupos de pesquisadores considerarem a questão da violência de gênero por outra ótica. Em sua concepção, entendem que os homens violentos, chamados de agressores ou ofensores pela literatura feminista, são vítimas, assim como as mulheres. Entretanto, é uma vitimização diferente, baseada principalmente em aspectos culturais. No entendimento de Reis (2004), o homem acaba por ter estimulada a sua agressividade pela sociedade, uma vez que aprendeu com essa mesma sociedade que o poder é condição inerente ao universo masculino, e que a mulher é alguém para ser controlado e dominado. De acordo com Machado (2004); Segatto (1999), *apud* Sarti *et al.* (2006), no momento em que as questões de gênero e violência passam a ser analisadas também a partir dos relatos dos agressores²³, percebe-se que:

Os homens, em seu lugar de agressor, são parte (neste sentido, igualmente vítimas) de uma configuração social de gênero que os enreda em relações violentas. Torna-os agressores e agentes da violência, forçando-os a provas de masculinidade. Essa construção social acabou por naturalizar-se em muitas análises sobre a violência contra as mulheres, diante de relações de poder essencializadas como domínio masculino (MACHADO, 2004; SEGATTO, 1999 *apud* SARTI *et al.*, 2006, p. 176).

²³ O número de estudos que envolvem relatos de agressores tende a ser pequeno, em virtude do constrangimento de muitos deles em conversar sobre situações nas quais agrediu uma mulher.

Na literatura sobre violência doméstica contra a mulher, verifica-se a presença de estudos que vinculam a situação de violência ao uso de álcool e drogas ilícitas, sendo que, na atual pesquisa, foram encontrados três artigos nessa direção. Souza *et al.* (2005) entrevistaram 100 mulheres que sofreram agressões de seus companheiros em sua pesquisa na Delegacia de Mulheres de Fortaleza (CE). Constataram que, antes das agressões, 70% dos homens haviam ingerido álcool e 11% fizeram uso de drogas consideradas ilícitas. O agressor demonstrou também ser violento com outras pessoas da família, sendo que em 50% dos casos apresentaram comportamentos violentos contra os (as) filhos (as). Vieira *et al.* (2006), perceberam, em seu estudo em uma unidade básica de saúde em Ribeirão Preto (SP), que o uso de drogas só não foi considerado significativo para a violência sexual, sendo muito expressivo nas formas de violência física e psicológica. Segundo os (as) autores (as) mencionados (as) (2006), “das mulheres cujos companheiros usam drogas, 80% foram vítimas de algum tipo de violência, contra 44,6% das mulheres de companheiros que não usam drogas” (Vieira *et al.* 2006, p. 608). Day *et al.* (2003), sobre violência de gênero, concluem na mesma linha de raciocínio de Souza *et al.* (2005) e Vieira *et al.* (2006) e acrescentam que o álcool “desempenha um papel desencadeante de atos violentos pela ação desinibidora da censura, assumindo o agressor, condutas socialmente reprováveis” (DAY *et al.*, 2003, p. 18).

Outro grupo de estudiosos das relações de violência doméstica parte de um pressuposto de que parte das agressões físicas estão relacionadas a condições socioeconômicas menos favorecidas, apesar de não se poder dizer que são determinadas por elas. O consumo elevado de álcool e/ou drogas ilícitas utilizados pelos agressores pode mostrar-se como revelador de um mal-estar psíquico provocado por uma existência marcada por uma série de privações e desvalorizações. Gianini e Litvoc (1999) realizaram pesquisa em um hospital de pronto-socorro em Sorocaba (SP). Foram incluídos 191 casos de agressão

física e 222 relacionados como controles, entre indivíduos com queixas clínico-cirúrgicas. O estudo foi realizado por meio de um questionário para a obtenção de informações como classe social, cor, situação conjugal, hábito de fumar, uso de drogas ilícitas e álcool. De acordo com os referidos autores (1999), os ofensores que faziam parte de classes economicamente inferiores tinham maior risco de participarem de situações de agressão física, o que, na sua concepção, demonstra a situação crítica de grande parte dos homens da sociedade brasileira:

Vende sua força de trabalho braçal, não qualificada e pouco valorizada; freqüentemente é alijado do sistema produtivo ficando desempregado; trabalha em setores não fundamentais; raramente recebe o suficiente para sobreviver e se reproduzir; depende de políticas públicas; freqüentemente é excluído do processo social; tem ocupações de fácil substituição; tem vínculo empregatício instável e representa o exército de reserva de força de trabalho. Emocionalmente é submetido a uma condição de vida que o afeta quanto à auto-estima que muitas vezes pode produzir depressão, estresse e ansiedade (GIANINI; LITVOC, 1999, p. 185).

Cabral (1999) segue linha de pensamento semelhante à mencionada por Gianini e Litvoc (1999) e entende que a miséria e/ou dificuldades financeiras são pontos que favorecem a eclosão de quadros de violência conjugal, uma vez que propiciam instabilidade no humor e, conseqüentemente, a manifestação de comportamentos agressivos entre os indivíduos. Cabral (1999), ao realizar sua pesquisa, enfatiza:

Dentre os aspectos psicossociais, têm sido salientadas as questões ligadas à pobreza, (embora exista violência em todas as classes sociais), ao excesso de pessoas residindo num mesmo ambiente, à falta de privacidade das aglomerações humanas, à migração do campo para as grandes cidades, à divisão do espaço entre homens e mulheres a ao alcoolismo como fatores precipitadores do conflito (CABRAL, 1999, p. 185).

Krombauer; Meneghel (2005), após realizarem estudo sobre o perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro em uma unidade básica de saúde de Porto Alegre, constataram que as mulheres que moravam em favelas sofreram mais violência psicológica (61%) e física (48%), do que aquelas que moravam em situações regulares. Verificaram

também que as mulheres com renda inferior a um salário mínimo apresentaram maiores prevalências de sofrer violência de gênero. As condutas violentas foram observadas como mais frequentes em população de baixa renda, conforme pesquisa realizada por Meneghel *et al.* (1998) em duas escolas de Porto Alegre, sendo uma pública e outra particular, conforme já mencionado. Foi encontrado um padrão de comportamento no que diz respeito à punição grave de adolescentes por parte de seus pais em 37,8% dos alunos da escola particular, ao passo que, na instituição pública, esse percentual foi de 69,2%. Isto demonstrou que as práticas violentas de punição foram verificadas com maior amplitude na população de baixa renda.

Ainda em relação à questão da escolaridade, alguns (as) autores (as) tentaram estabelecer associações entre este item e a situação de violência doméstica contra a mulher. Em relação ao agressor, Kronbauer e Meneghel (2005) afirmaram que “homens mais velhos, com menos escolaridade, desocupados ou aposentados, foram os que perpetraram mais violência” (KROMBAUER; MENEGHEL, 2005, p. 699). Já no tocante às mulheres agredidas, Silva (2003) menciona que a violência de gênero foi verificada em mulheres independentemente de seu nível de escolaridade ou profissão. Entretanto, concluiu que “quanto menor o suporte social maior é o risco, visto que há uma tendência da mulher submeter-se mais frequentemente ao vitimizador pela falta de oportunidade de lutar e enfrentar a violência” (SILVA, 2003, p. 266). Vieira *et al.* (2006) perceberam em sua pesquisa que mulheres com escolaridade até o primeiro grau (32,4%), foram mais vitimizadas que as mais instruídas (19,8%). Souza *et al.* (2005) encontraram vinculação entre escolaridade e o nível de tolerância das mulheres para com a situação de violência: “os resultados mostraram uma relação indireta entre tempo de estudo e tempo de agressão, isto é, quanto maior a escolaridade, menor o tempo de agressão apresentado pelas mulheres” (SOUZA *et al.*, 2005, p. 111).

Alguns (as) autores (as) percebem a situação da violência doméstica contra a mulher a partir de uma perspectiva relacional. Ou seja, a sua análise é centrada na forma com a qual o casal se relaciona cotidianamente e como lidam com as suas divergências. Sob essa ótica, Padovani e Williams (2002), na pesquisa em que realizaram sobre o estudo de caso de um agressor conjugal, verificaram que os conflitos aconteciam principalmente porque ele não concordava com a forma com a qual a companheira administrava o dinheiro, além de sentir também a falta de comunicação entre o casal. Deslandes *et al.* (2000) perceberam que, tratando-se da relação conjugal, a deflagração das agressões partem basicamente de três momentos possíveis. No primeiro deles, ocorre a discussão entre marido e mulher, e, uma vez desencadeado o processo de agressões verbais, ocorre a eclosão da violência física. Outro momento seria a de o marido chegar em casa alcoolizado e, com ou sem discussão prévia, partir para a agressão. O terceiro seria a agressão corporal mútua, na qual o marido revida com maior intensidade, podendo chegar ao espancamento da companheira. Ainda de acordo com os (as) referidos (as) autores (as) (2000), do ponto de vista da relação, os conflitos nascem a partir de seis possíveis circunstâncias:

a) o casamento não vai bem (motivos banais do cotidiano que ganham destaque e viram tema de briga, como ligar ou desligar uma TV, manter uma janela aberta); b) a briga é uma rotina (a discussão verbal, acompanhada ou não de agressão física, é uma prática diária do casal); c) estar alcoolizado (o marido alcoolista usualmente ofende e agride fisicamente a mulher); d) meter-se em “negócios de homem” (a mulher cobra satisfações sobre a conduta masculina, como a de olhar para outra mulher, ter amantes, dormir fora de casa e, em um dos casos, por apartar uma briga do marido com outro homem, despertando a sua fúria); e) ele não aceita a separação (separações cuja iniciativa foi feminina e não foram aceitas pelos maridos ou namorados) (DESLANDES *et al.*, 2000, p. 135).

Pode-se observar, portanto, que alguns dos componentes presentes no adoecimento da relação entre o casal são as atitudes de controle e posse por parte do homem. Tal fato pôde ser constatado por Souza *et al.* (2005), ao verificar que álcool e ciúme foram os fatores mais referidos como desencadeantes das agressões físicas em 84% das mulheres que compuseram

sua amostra na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Fortaleza (CE). Santin *et al.* (2002, *apud* GARBIN *et al.*, 2006), também fizeram observação semelhante no que diz respeito à posse e controle:

São os fatos corriqueiros e banais os responsáveis pela conversão da agressividade em agressão, o sentimento de posse do homem em relação à mulher e seus filhos e a impunidade são fatores que generalizam a violência (SANTIN *et al.*, 2002, *apud* GARBIN *et al.*, 2006, p. 568).

De acordo com Day *et al.* (2003), “em todo mundo, pelo menos uma em cada três mulheres já foi espancada, coagida ao sexo ou sofreu alguma outra forma de abuso durante a vida. O agressor é geralmente, um membro de sua própria família” (DAY *et al.*, 2003, p. 15). Schraiber (2002), em sua pesquisa sobre a violência contra a mulher em uma unidade básica de saúde, verificou que 179 mulheres de sua amostra (55,6%) responderam ter sido vítimas de maus-tratos, humilhações e agressões por alguém próximo pelo menos uma vez na vida. E desse total, 65 (36,3%) vítimas responderam que os perpetradores da violência eram seus companheiros atuais ou ex-companheiros. Souza *et al.* (2005) concluíram acerca do perfil da mulher que recorre à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Fortaleza (CE): “o perfil da mulher agredida é: jovem, casada, católica, tem filhos, pouco tempo de estudo e baixa renda familiar” (SOUZA *et al.* 2005, p. 108). Vieira *et al.* (2006), em pesquisa realizada em uma unidade básica de saúde de Ribeirão Preto (SP) verificaram que as usuárias que se declararam vítimas de violência doméstica tinham em média 34,6 anos de idade, a maioria alfabetizada (96,2%), 51,9% tinha frequentado a escola até o primeiro grau, 58,5% autodefiniram-se como sendo de cor branca, 55,8% de religião católica, 45,4% legalmente casadas, 59,2% viviam com o companheiro até a época da entrevista, 41,9% entre desempregadas e do lar, 71,7% têm filhos, 58,5% moravam em casa própria e 75,9% não utilizava ou apenas ocasionalmente, bebidas alcoólicas. Deslandes *et al.* (2000), após realizarem seu estudo sobre violência doméstica em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro

(RJ), concluíram que 23,2% das mulheres eram desempregadas, 17,9% trabalhavam no setor de serviços e 16,1% eram tidas como trabalhadoras do lar. Somando-se as desempregadas com as do lar, obtém-se um total de 39,3% da amostra.

Neste segundo capítulo, objetivou-se contextualizar os estudos sobre gênero no Brasil, além de investigarem-se as formas por meio das quais este tipo de violência é estudado. Tentou-se também pesquisar os tipos de violência sofridos pela mulher em âmbito doméstico, buscando-se compreender fatores e circunstâncias que colaborem para a sua eclosão. Chama-se a atenção para o fato de que, em praticamente todos os artigos catalogados, pouco material pôde ser obtido em relação perfil social do agressor. A maioria dos artigos tem como foco a vítima, o que demonstre, talvez, maior facilidade de obtenção de dados em relação à agredida do que em relação ao agressor.

4- VIOLÊNCIA DE GÊNERO, DIREITOS E PESQUISA DOCUMENTAL

Este terceiro capítulo será dividido em três partes. Em um primeiro momento, serão discutidos os principais tratados, convenções e conferências mundiais sobre os direitos das mulheres, dos quais o Brasil é signatário. Ainda nesta perspectiva, serão tratados aspectos ligados à legislação brasileira no que tange ao aspecto da violência contra a mulher, referindo-se principalmente aos avanços deste setor. No segundo momento, será apresentada a instituição na qual os dados quantitativos desta dissertação foram obtidos: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, de Divinópolis, Minas Gerais. E, por fim, a apresentação resumida²⁴ de alguns destes dados em forma e suas respectivas análises.

4.1 Convenções, tratados e conferências mundiais das mulheres e sua influência na legislação brasileira

Antes da apresentação de algumas das importantes convenções, tratados e conferências a respeito dos direitos internacionais das mulheres, julga-se necessário fazer a diferenciação destes conceitos. Segundo a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2006), o Brasil é signatário de todos os acordos internacionais que tratam da questão dos direitos das mulheres, no que diz respeito à eliminação de todas as formas de discriminação e violência.

Quando se utilizam os termos “convenção” e “tratado”, quer dizer que se criam obrigações jurídicas para uma determinada nação. Para que os tratados e convenções sejam

²⁴ As tabelas inseridas ao longo do texto (especificamente as que se referem às informações colhidas nos boletins de ocorrência da Polícia Militar) apresentam apenas os dados considerados mais expressivos. Nos anexos desta dissertação estarão localizadas as tabelas com os dados completos. Optou-se por este mecanismo, em virtude de o número de dados ser volumoso e, caso as tabelas fossem colocadas no corpo do texto de maneira completa, a leitura das informações e análises poderia tornar-se cansativa.

reconhecidos pela comunidade internacional, faz-se necessário que eles sejam ratificados pelo país. No Brasil, essa ratificação é feita pelo Congresso Nacional, que, uma vez tendo aprovado os acordos internacionais, envia-os ao Poder Executivo. Após ser sancionado pelo presidente da República, ocorre a sua publicação no Diário Oficial da União. Em seguida, as determinações ratificadas passam a vigorar no país como leis. Já as conferências não criam nenhum tipo de responsabilidade jurídica para a nação. O objetivo, neste caso, é formar um consenso internacional sobre os temas discutidos, e cada país tem a responsabilidade de implementar as deliberações elaboradas em suas políticas públicas.

Os principais instrumentos para a defesa e promoção dos direitos das mulheres dos quais o Brasil é signatário são: Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), no âmbito das Nações Unidas; e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), de 1979, foi o primeiro tratado internacional a abordar de modo significativo os direitos humanos das mulheres, de acordo com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2006), do Brasil. Esta Convenção foi o resultado de anos de discussão e encontros promovidos pela Comissão de Status da Mulher (CSW), da Organização nas Nações Unidas (ONU). Esta comissão foi criada pela ONU em 1946 “com o objetivo de analisar e criar recomendações e formulações de políticas aos vários países signatários da Convenção, visando ao aprimoramento do status da mulher” (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006, p. 14). Esta Convenção, que posteriormente foi nomeada como Convenção da Mulher, contava com 180 países signatários em 2005 e entrou em vigor a partir de 1981. O seu primeiro artigo representa, em linhas gerais, o que é considerado pela referida Convenção, como sendo discriminação contra a mulher:

Para os fins da presente Convenção, discriminação contra a mulher será toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher independentemente de seu estado civil com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos: político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (ONU, 1979, *apud* SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2006, p. 20).

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará, foi realizada em 1994. Essa Convenção foi aprovada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), tendo sido ratificada pelo Brasil em 1995. Pelo Decreto n.º 1973, de 1.º de agosto de 1996, adquiriu força de lei, no país. Em seu primeiro artigo, a Convenção de Belém do Pará (1994) conceitua a violência contra a mulher da seguinte maneira:

Para efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. (OEA, 1994, *apud* SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2006, p. 142).

Essa convenção veio complementar a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e compõe de forma significativa as manifestações de cunho internacional lideradas pelos movimentos feministas de vários países. A atitude de repúdio em relação a quaisquer formas de violência perpetradas contra a mulher em âmbito internacional influenciou gradativamente o Judiciário brasileiro, tema que será discutido posteriormente no tocante à formulação de leis para julgar as situações de violência de gênero.

Em relação às conferências internacionais, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada na cidade do Cairo, em 1994, resultou no que foi chamado também de Plataforma do Cairo. Essa conferência, realizada pela

Organização das Nações Unidas (ONU), representou um avanço no tocante às discussões sobre população e desenvolvimento, pois não se restringiu a discutir somente o aumento populacional no planeta. De acordo com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2006), os pontos principais dessa conferência foram “redução da mortalidade infantil e materna; acesso à educação especialmente para as meninas e acesso aos serviços na área reprodutiva, inclusive o de planejamento familiar” (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2006, p. 34).

Depois dessa conferência, foram realizadas as Conferências Cairo +5 e Cairo +10, cinco e dez anos, respectivamente, após a Conferência inicial de 1994. De acordo com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2006), apesar de os países mais pobres apresentarem dificuldades em relação ao Programa de Ação do Cairo, foi possível a constatação de avanços, pois “muitos países haviam incorporado princípios da agenda do Cairo em suas legislações, políticas e ações e que a grande maioria dos países está envidando esforços para proteger os direitos reprodutivos de mulheres e meninas” (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2006, p. 36).

A IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, realizada em Pequim, no ano de 1995, foi intitulada também como “Ação para a Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. Essa foi a mais importante das Conferências Mundiais das Mulheres, por causa do seu número de participantes, assim como em relação aos avanços conceituais obtidos. Foram identificadas doze áreas principais de atuação, como descreve a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (2006), do Brasil:

Identificaram-se doze áreas de preocupação prioritária a saber: a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza (fenômeno que passou a ser conhecido como feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos das

mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2006, p. 149).

Ainda em relação a essa conferência, cabe salientar que três novos conceitos a respeito dos direitos das mulheres passaram a ser considerados. Em primeiro lugar, chama-se a atenção para o conceito de “gênero”, que permitiu que a situação da mulher na sociedade não fosse mais analisada por critérios biológicos. O segundo conceito foi o de “empoderamento”, que corresponde ao fato de a mulher ter o controle pleno de sua vida, cabendo ao governo e à sociedade criarem condições para que isso seja possível. E, por fim, o conceito de “transversalidade”, apontando para que a perspectiva de gênero faça parte das políticas públicas dos países participantes²⁵.

A partir das conferências, convenções e tratados internacionais, assim como mediante as ações do movimento feminista brasileiro, torna-se possível verificar que a situação social da mulher no Brasil foi passando por gradativas modificações, no que tange ao campo jurídico. Inicialmente, destaca-se a conquista de direitos por parte das mulheres que pode ser constatada na Constituição Federal de 1988. No Título I, que trata “Dos Princípios Fundamentais”, consta que o Brasil é um “Estado Democrático de Direito” e em seu artigo 1.º, inciso III, este Estado tem como um de seus fundamentos a “Dignidade da Pessoa Humana” (BRASIL, 2006, p. 9). Ainda no tocante não especificamente à questão dos direitos das mulheres, mas, sim, de todos (as) os brasileiros (as), percebe-se também na Constituição Federal a preocupação com os direitos humanos, conforme pode ser percebido no artigo 4.º, inciso II. Este artigo menciona que um dos princípios pelos quais a Constituição Federal se pauta é na “Prevalência dos Direitos Humanos” (BRASIL, 2006, p. 9). Já no Título II, que

²⁵ Os significados dos termos “gênero”, “empoderamento” e “transversalidade” foram consultados no *site* da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2007).

trata dos “Direitos e Garantias Fundamentais”, é possível constatar a proposta de equidade entre homens e mulheres perante a lei, no artigo 5.º, inciso I: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 2006, p. 10). Este artigo menciona duas importantes conquistas por parte das mulheres, que vieram a transformar-se em leis, sendo incluídas no texto da Constituição Federal. A primeira delas é a Lei n.º 9.029/1995, que proíbe a exigência de atestado de gravidez e esterilização para efeitos de admissão no trabalho. A outra é a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que, por força do Decreto n.º 4.377/2002, postula que ela será executada e cumprida em território nacional. O Capítulo VII da Constituição Federal do Brasil trata “Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso”. Em seu artigo 226, 5.º parágrafo, pode-se observar novamente a proposta de igualdade entre homens e mulheres: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (BRASIL, 2006, p. 103). Já o 8.º parágrafo deste mesmo artigo contempla exclusivamente a responsabilidade do Estado em relação à situação de violência doméstica: “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (BRASIL, 2006, p. 103).

O primeiro aspecto a ser salientado especificamente em relação à legislação brasileira que trata dos crimes de violência contra a mulher nasce no artigo 98, inciso I, da Constituição Federal do Brasil. Nele fica definida por parte da União, Distrito Federal e Estados a criação de:

Juizados Especiais, providos por juízes togados ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau (BRASIL, 2006, p. 55).

Alicerçado neste artigo (98, inciso I), nasceu a Lei n.º 9.099/1995²⁶, que dispõe sobre a “Criação de Juizados Especiais Cíveis e Criminais”. Os Juizados Especiais Criminais foram criados para julgar crimes considerados de menor potencial ofensivo. De acordo com a referida lei, em seu artigo 61, “Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa” (BRASIL, *apud* Gomes *et al.*²⁷, 2000). A partir daí, inicia-se um questionamento sobre o que viria a ser um delito de menor potencial ofensivo. Para Campos (2003):

Ao se determinar que a violência doméstica praticada contra as mulheres seja considerada como delito de menor potencial ofensivo, a lei entendeu que as manifestações de violência doméstica por lesão corporal leve e ameaça não são crimes graves (CAMPOS, 2003, p. 21).

Na prática, a Lei n.º 9.099/1995 possui um caráter despenalizante, uma vez que propõe também a aplicação de penas não privativas de liberdade para os delitos considerados de menor potencial ofensivo. De acordo com Campos (2003), essa proposta segue uma linha de raciocínio observada no contexto internacional dos Poderes Judiciários, que concluíram que a repressão se mostrava ineficiente para resolver determinados conflitos sociais. Além disso, mostrava-se necessário buscar uma alternativa que julgasse os crimes de menor potencial ofensivo, mais frequentes na sociedade atual. Segundo Campos (2003), a idéia seria a de retirar do Poder Judiciário demandas como brigas entre vizinhos, violência conjugal e delitos de trânsito. Sob essa perspectiva, o Poder Judiciário ficaria liberado para se ocupar dos crimes mais graves, pois os considerados menos graves ficariam a cargo dos Juizados Especiais. O que ocorreu foi que os crimes relacionados à violência de gênero recaíram na Lei n.º 9.099/1995, inclusive pelo fato de, na época, não haver legislação específica para se apreciá-lo.

²⁶ Ao longo do texto, a Lei n.º 9.099/1995 também será nomeada como Lei dos Juizados Especiais.

²⁷ Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br>>.

Campos (2003), ao realizar pesquisa no Juizado Especial de Criminal de Porto Alegre (RS), constatou que 70% dos casos julgados se referiam a situações de violência perpetradas pelo homem contra a mulher, principalmente em casos de lesão corporal e ameaça. Ainda de acordo com esta autora, existe um descompasso entre o que a lei se propunha a julgar e os fatos que realmente aconteciam. Em sua concepção, essa lei foi criada a partir de paradigmas masculinos que, em última análise, significaria uma conduta delitiva masculina que ocorresse de forma eventual e, não, habitual. E, considerando-se que a violência doméstica contra a mulher é um fenômeno que tende a ser repetitivo, a lei torna-se imprópria para este tipo de julgamento, pois os delitos tendem a ser corriqueiros e não, eventuais. Campos (2003) concorda que a aplicação de penas não privativas de liberdade seja um avanço do sistema jurídico internacional:

De qualquer forma, a aplicação de penas consideradas alternativas ou substitutivas para uma série de delitos, significa uma vitória do movimento criminológico moderno, que, há muito, vem demonstrando a falência da pena de prisão em todo o mundo, e em especial nos países latino-americanos (CAMPOS, 2003, p. 17).

Entretanto, ao tratar-se de situações de violência de gênero, percebe-se a inadequação da Lei n.º 9.099/1995, porque ela foi pensada a partir do agressor e, não, da vítima. Sendo assim, seu caráter despenalizante para o agressor muitas vezes não protege a vítima de futuras agressões, nem provoca no perpetrador um efeito penal significativo. Esse tipo de pena, também conhecida como “transação penal”, era representada pela aplicação de multa, prestação de serviços à comunidade e limitações impostas ao agressor, como não sair de casa nos finais de semana, voltar para a casa em certos horários, dentre outros. Desta maneira, o homem violento não se via efetivamente punido por suas atitudes hostis. Campos (2003) destaca a conquista das mulheres brasileiras, como, por exemplo, a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Entretanto, em sua opinião, “a criminalização da violência doméstica não obteve êxito” (CAMPOS, 2003, p. 16).

Onze anos após a criação dos Juizados Especiais, surgiu o mais importante instrumento jurídico brasileiro de proteção à mulher. A intitulada Lei Maria da Penha²⁸, passou a julgar especificamente a situação de violência de gênero, não se aplicando mais a Lei n.º 9.099/1995. A lei recebeu este nome em virtude de duas tentativas de assassinato sofridas pela biofarmacêutica Maria da Penha Maia, por parte de seu marido, Marco Antônio Herredia, em 1983, no estado do Ceará (BRASIL, SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2006). Na primeira, Marco Antônio disparou um tiro que a deixou paraplégica. Na segunda, tentou eletrocutá-la. Nessa época, Maria da Penha tinha 38 anos e três filhas. A investigação começou em junho do mesmo ano, mas a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público Estadual em setembro de 1984. Oito anos depois, Herredia foi condenado a oito anos de prisão. Entretanto, seus advogados de defesa impetraram vários recursos, até que o caso foi enviado para a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que acatou, pela primeira vez, a denúncia de um crime de violência doméstica. Com repercussão internacional, o Brasil foi condenado pelo Comitê Latino-Americano de Direitos Humanos a modificar a sua legislação no tocante à violência contra a mulher. Em 28 de outubro de 2002, Herredia foi preso e cumpriu dois anos de pena.

Uma expressiva conquista recente por parte das mulheres brasileiras foi a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003. Por meio da Medida Provisória n.º 103, criou a referida Secretaria, que tem, como objetivo principal, o estabelecimento de políticas públicas para as mulheres brasileiras, visando sempre à igualdade de gênero. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em conjunto com os movimentos feministas brasileiros, sobretudo a partir do caso de Maria da Penha, envidaram

²⁸ Ao longo do texto, a Lei Maria da Penha também será nomeada como Lei n.º 11.340/2006.

esforços até que a nova legislação que trata da violência contra a mulher fosse publicada em 7 de agosto de 2006. A nova lei é baseada em princípios constitucionais e tratados internacionais, proporcionando, inclusive, alterações no Código Penal do Brasil. O texto inicial desta lei é grafado da seguinte forma:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do inciso oitavo do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL, *apud* GOMES *et al.*²⁹, 2000).

O artigo 5.º da Lei Maria da Penha também apresenta uma definição acerca do que poderia ser considerada a violência contra a mulher: “Configura a violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, dano moral ou patrimonial” (BRASIL, *apud* GOMES *et al.*³⁰, 2000).

O Brasil é o 18.º país da América Latina a apresentar uma legislação específica para os crimes de violência doméstica. Este é o fator mais significativo que a Lei Maria da Penha representa, uma vez que a Lei n.º 9.099/1995, não o era. Com isso, a violência doméstica contra a mulher passa a ser tipificada, fato que não ocorria.

A seguir, serão estabelecidas algumas comparações entre as legislações antiga e nova que contribuem para o entendimento da modificação da legislação no tocante aos crimes de violência contra a mulher. Com a Lei n.º 11.340/2006, há a determinação da criação de Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal para abranger as questões inerentes à violência de gênero. Antes, os Juizados Especiais Criminais tratavam apenas do crime. Caso a mulher desejasse resolver outras

²⁹ Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br>>.

³⁰ *Idem.*

questões como separação, por exemplo, deveria ingressar na Vara de Família. A partir da nova legislação, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher tem competência para apreciar não somente o crime, mas, as questões que envolvem a família, tais como pensão, separação e guarda de filhos. A nova lei proíbe que a vítima entregue intimações ou notificações ao agressor, fato que antes era permitido. Na lei dos Juizados Especiais Criminais, a mulher podia desistir da denúncia na própria delegacia, enquanto que a partir do artigo 16 da Lei n.º 11.340, a mulher só pode renunciar à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada para essa finalidade. A Lei n.º 9.099/1995 não permitia que a autoridade policial requeresse a prisão preventiva do agressor em crimes de violência doméstica, ao passo que, na nova lei, a autoridade policial pode solicitá-la ao juiz. Ainda com relação à prisão, a lei antiga não contempla prisão em flagrante do agressor em situações de violência contra a mulher, fato esse possibilitado pela nova legislação. O artigo 21 da Lei n.º 11.340/2006 menciona que “A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público” (BRASIL, *apud* GOMES *et al.*³¹, 2000). Tal fato geralmente não acontecia e a vítima ficava, muitas vezes, sem notícias do andamento dos processos. Com relação ao momento da denúncia, a autoridade policial nos termos da Lei dos Juizados Especiais, ao tomar conhecimento do crime, registrava o simplificado Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO). Este termo era baseado somente no relato da vítima, sem se instaurar inquérito policial, sendo enviado posteriormente ao Juizado Especial Criminal e, não, ao Ministério Público. A partir da Lei Maria da Penha, a autoridade policial pode instaurar o inquérito policial composto pelos depoimentos da vítima, do agressor, de provas documentais e periciais e remetê-los ao Ministério Público. Antes, a autoridade policial não podia solicitar ao

³¹ *Ibidem.*

juiz a medida cautelar de afastamento do agressor do lar, ao passo que, na atual legislação, a autoridade policial pode fazê-lo em 48 horas, a fim de concederem-se diversas medidas protetivas para a mulher em situação de violência. Com relação a essas medidas, antes, ao juiz era permitido tão-somente, determinar o afastamento do agressor do lar. A partir da Lei Maria da Penha, o juiz pode conceder no prazo de 48 horas as medidas protetivas de urgência. Dentre elas, podem ser destacadas: a suspensão ou restrição do porte de armas do agressor, o afastamento do agressor do lar, a proibição do agressor de aproximar-se da vítima, de seus familiares e testemunhas, fixando limite mínimo de distância, proibição de contato do agressor com a vítima, familiares e testemunhas por quaisquer meios de comunicação, impedimento da presença do ofensor em alguns lugares, restrição de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar. O inciso III do artigo 22 da Lei Maria da Penha ainda menciona: “Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o Juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio de força policial” (BRASIL, 2006, *apud* GOMES *et al.*³², 2000). Medidas de cunho patrimonial também poderão ser determinadas pelo juiz, tais como: restituição à vítima de bens subtraídos pelo agressor, suspensão de procurações que a vítima por ventura tenha conferido a ele, proibição temporária de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, além de prestação de caução provisória, mediante depósito em juízo por perdas e danos materiais que forem decorrentes da prática de violência doméstica.

Em relação ao Código Penal, também podem ser observadas algumas alterações a partir da publicação da Lei Maria da Penha. O artigo 61 deste código refere-se às circunstâncias que agravam a pena do agressor. Nele, a alínea “f” do inciso II era grafada da seguinte forma: “Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade” (BRASIL, 2006). Após a Lei n.º 11.340/2006, seu texto

³² *Ibidem.*

passou a vigorar com um adendo, citando a legislação específica de violência contra a mulher: “Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica” (BRASIL, *apud* GOMES *et al.*³³, 2000). Ainda em relação ao Código Penal, o artigo 129, inciso IX, referia-se aos crimes de lesão corporal da seguinte maneira:

Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de responsabilidade: Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano (BRASIL, *apud* GOMES *et al.*³⁴, 2000).

A lei Maria da Penha alterou essa pena mencionada para os crimes especificados pelo artigo 129, inciso IX, do Código Penal. A punição passou a ser, portanto, detenção de três meses a três anos para os crimes de violência contra a mulher.

Percebe-se, portanto, que a promulgação da Lei n.º 11.340 causa alterações na legislação penal, passando a representar um importante papel na luta das mulheres por melhores condições de vida.

4.2 Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis (MG)

A Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis (MG), funciona em conjunto com as Delegacias de Proteção ao Idoso e de Proteção à Criança e ao Adolescente. Isso significa que a mesma equipe é responsável por todos os procedimentos que contemplam as esferas acima mencionadas. A Delegacia foi fundada em 2002 e atualmente conta com uma escrivã, uma detetive, uma funcionária de apoio, dois estagiários de Direito e

³³ *Ibidem.*

³⁴ *Ibidem.*

uma delegada. Dentro da instituição funciona ainda um núcleo de Psicologia, composto por profissionais voluntários e estagiários. A sede da Delegacia funciona em uma casa que possui uma recepção, uma sala para atendimentos da Psicologia, uma sala para a escritã, uma reservada aos (às) médicos (as), onde são realizados exames de corpo delito, uma na qual são emitidos os laudos médicos e a sala da delegada. Com relação aos equipamentos, a Delegacia possui uma linha telefônica, uma impressora e quatro computadores³⁵ sem acesso à internet. A instituição não tem viatura policial própria. De acordo com a delegada titular, quando existe a necessidade de utilização de viatura policial, a Delegacia Regional providencia o veículo com facilidade, inclusive pelo fato de as duas delegacias serem vizinhas.

Como a Delegacia mencionada acumula as funções de investigar casos ligados às mulheres, aos (às) idosos (as) e aos (às) menores, cumpre destacar que apenas a parte relacionada às mulheres será enfatizada neste estudo, em virtude de tratar-se do objetivo específico de pesquisa.

A mulher vítima de violência geralmente chega à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de duas formas: a primeira (geralmente a que ocorre com mais frequência), dá-se quando uma mulher vítima de violência ou algum (a) vizinho (a) ou parente aciona a Polícia Militar por meio do telefone. O policial desloca-se até o local chamado para coibir a situação delituosa, preenche o Boletim de Ocorrência (BO) e encaminha-o à delegacia específica. No boletim de ocorrência, em linhas gerais, constam dados como o local, data e o tipo do delito, dados pessoais dos envolvidos (agressor, vítima e testemunhas), descrição dos fatos e identificações dos policiais que participaram da operação. A segunda maneira é quando a mulher vai pessoalmente à Delegacia pedir socorro. Nesta situação, a vítima geralmente é atendida inicialmente pela detetive ou pela profissional de apoio. A partir daí, a

³⁵ De acordo com a delegada, a delegacia foi informatizada no final de 2006.

delegada decide em relação aos procedimentos a serem tomados, inclusive a orientação para que os envolvidos se dirijam ao setor de Psicologia da Delegacia, quando houver necessidade.

Em relação aos dados da Delegacia mencionada, parte do que é possível ser obtido, fica registrado no Livro de Ocorrências. Este livro fica na recepção da instituição e é preenchido manualmente, geralmente pela detetive ou pela profissional de apoio. Nele ficam informações resumidas tais como o nome da vítima, o número do boletim de ocorrência (quando existir), a natureza dos fatos³⁶ e o prosseguimento do caso. Ressalta-se que nenhum destes dados se encontra informatizado, a não ser os de novembro de 2006 até o presente momento (julho de 2007), período no qual a Delegacia passou a contar com computadores. Saliencia-se que, apesar de o número total de casos não estarem disponíveis no Livro por estatísticas mensais, mas, sim, diárias, foi possível fazê-lo, pela contagem exaustiva e separação dos tipos de situações de violência.

Quanto à natureza dos fatos, acredita-se que seja pertinente fazer algumas observações: foram encontradas na análise de todo o Livro de Ocorrências, 28 situações³⁷ de agressão. Essas situações são transcritas para o Livro de Ocorrências da mesma forma com que constam no boletim de ocorrências da Polícia Militar. Nesses boletins existe um campo a ser preenchido pelo policial, intitulado “Provável descrição da ocorrência principal”, baseando-se no que ele percebeu naquela circunstância. Acontece que nem sempre o policial militar tem conhecimentos específicos de Direito, principalmente no que tange à nomenclatura e numeração dos artigos que representam crimes na legislação brasileira. Foi possível identificar nos boletins de ocorrência que ficam arquivados na Delegacia alguns corretamente preenchidos no âmbito do Direito tanto com a nomenclatura, quanto à

³⁶ Este conceito será discutido adiante.

³⁷ As situações encontradas foram: abandono material, ameaça, assédio sexual/ato obsceno, atrito verbal, calúnia, cárcere privado, casa de prostituição, constrangimento ilegal, dano, difamação, estupro ou tentativa, importunação ofensiva ao pudor, injúria, lesão corporal, maus-tratos, perturbação da tranquilidade, rapto, vias de fato, violação do domicílio, agressão, embriaguez, atentado violento ao pudor, tentativa de homicídio, roubo, furto, adultério, abando de incapaz e rufianismo.

tipificação penal correta. Como exemplo, podem ser citados os crimes de “ameaça”, ou então “artigo 129” que corresponde ao crime de lesão corporal, de acordo com o Código Penal Brasileiro. Entretanto, encontraram-se alguns boletins de ocorrência preenchidos, utilizando expressões como “atrito verbal” e “agressão”, dentre outros. Ressalta-se que não existem qualificações criminais para “agressão” ou “atrito verbal” no Código Penal, nem na Lei de Contravenções Penais. A própria delegada considera esse procedimento inadequado, pois seria necessário que a parte “natureza dos fatos” do Livro de Ocorrências fosse preenchida somente com a nomenclatura ou com o número do artigo correspondente ao crime ou contravenção penal. Assim, seria possível obter os dados exatos, à luz das categorias pertencentes à legislação brasileira. Destaca-se que essa nova orientação foi dada à equipe desde o início de sua gestão (atual delegada).

Um dos problemas encontrados na análise quantitativa da pesquisa documental foi o de estabelecer uma diferenciação no que diz respeito ao conceito de “agressão”, visto que essa nomenclatura foi utilizada em várias ocorrências. Como já foi dito, “agressão” pura e simplesmente não é classificada como crime ou contravenção penal. Entretanto, a partir de uma agressão é que surge um crime de lesão corporal, que significa de acordo com o artigo 129 do Código Penal: “Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem” (BRASIL, 2006, p. 293); ou a contravenção penal “vias de fato”, que, de acordo com o artigo 21 da Lei de Contravenções Penais, significa: “Praticar vias de fato contra alguém” (BRASIL, 2006, p. 598).

Surge, portanto, um problema de classificação das situações de violência. O que seria considerado “agressão” em termos criminológicos? Lesão corporal ou vias de fato? Tal pergunta faz-se pertinente, uma vez que as três nomenclaturas se fazem presentes no Livro de Ocorrências da Delegacia, de forma separada. Caso semelhante seria considerado em relação ao “atrito verbal”. Atrito verbal seria considerado o que em termos criminológicos? Vias de

fato? Difamação? Injúria? Perturbação da tranqüilidade? Caso idêntico acontece aqui; as cinco situações são descritas também separadamente no Livro de Ocorrências. Essas dúvidas foram esclarecidas com a delegada atual e, segundo ela, dada a impossibilidade de se sabê-lo, que entendia ser mais coerente mencionar os dados fazendo-se as ressalvas acima mencionadas.

4.3 Dados quantitativos da Delegacia

As fontes de dados quantitativos que podem ser obtidas na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis³⁸ e que se mostraram relevantes para a presente pesquisa são o Livro de Ocorrências e os boletins de ocorrência registrados pela Polícia Militar. A princípio, escolheu-se fazer um levantamento dos registros obtidos no Livro de Ocorrências dos anos de 2004, 2005 e 2006. Salienta-se que nem todos os dados desse livro representam classificações de delitos ou contravenções penais encontrados na legislação brasileira, conforme mencionado. A partir dessas classificações, optou-se por realizar uma contagem manual das situações de agressão, mês a mês, uma vez que esses dados não se encontram digitalizados. Desta forma, foi possível estabelecer os tipos de violência, assim como a sua frequência mensal durante os anos selecionados. Depois destes dados catalogados, foi possível fazer uma sistematização deles em forma de tabelas que permitissem a visualização quantitativa das situações de violência contra a mulher.

Num segundo momento, foram utilizados, como fonte de dados, boletins de ocorrência arquivados na Delegacia, também referentes aos anos de 2004, 2005 e 2006. Nesses boletins foram catalogadas informações que permitissem levantar o perfil social do agressor

³⁸ Nas tabelas apresentadas neste tópico, algumas fontes de informação estarão grafadas como DEAM; esta sigla corresponde à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

denunciado na Delegacia de Atendimento à Mulher, de Divinópolis, Minas Gerais. Nessa perspectiva, também foram construídas tabelas que permitissem visualizar as informações referentes à amostra estudada.

TABELA 5
Natureza das agressões e freqüência mensal no ano de 2004

Natureza dos fatos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Abandono material													
Ameaça	23	36	47	47	40	40	29	25	37	55	34	38	451
Assédio sexual/Ato obsc.			1	2	2					1	2	1	9
Atrito verbal	3	10	14	8		4	5	5	8	9	7	12	85
Calúnia		1	1						1		1		4
Cárcere privado													
Casa de prostituição												1	1
Constrangimento ilegal				1					1			1	3
Dano	2	2	3	4	1	2	3	1	1		4	2	25
Difamação							1	1	1			1	4
Estupro ou tentativa				2	1	3	1	3	1	1		1	13
Imp. ofensiva ao pudor						1				1			2
Injúria		1		1	3	1	1	2		2			11
Lesão corporal	17	20	17	19	25	22	21	23	36	32	21	18	271
Maus-tratos			1				1	1					3
Perturbação da tranqüilid.	1	3	3	4	4	1	3	2	3	3	2	2	31
Rapto													
Vias de fato	23	33	34	37	35	31	26	35	31	37	27	39	388
Violação do domicílio			2	2	2	1		1		1	3	1	13
Embriaguez	2	1	2	2		2				2	1		12
Agressão	5									8	3	16	32
Atentado violento ao pudor			1									1	2
Tentativa de homicídio				1									1
Roubo													
Furto		1											1
Total por mês	76	108	126	130	113	108	91	99	120	152	105	134	1.362

Fonte: Sistematização a partir dos dados do Livro de Ocorrências da DEAM – Divinópolis, 2007.

De acordo com os dados obtidos em 2004, verifica-se um total de 1.362 situações de violência contra a mulher. Se esse total fosse dividido por doze meses, seria encontrada uma média de 113,5 situações de violência por mês. Constatou-se que durante nove meses o número de casos que ficou acima de 100, mais precisamente entre 105 e 152. Apenas durante os meses de janeiro, julho e agosto, o número ficou abaixo de 100. Mesmo assim, esses dois últimos meses ficaram muito próximos de tal valor, pois apresentaram respectivamente 91 e 99 situações de violência. O mês de janeiro apresentou 76 casos, sendo o menos violento do

ano. Os crimes de ameaça (451 casos) e lesão corporal (271 casos), assim como a contravenção penal vias de fato (388 casos) foram os mais freqüentes, representando 1.110 situações de violência, ou seja, 81,48% do total.

TABELA 6
Natureza das agressões e freqüência mensal no ano de 2005

Natureza dos fatos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Abandono material													–
Ameaça	51	37	35	40	31	38	28	26	44	65	43	33	471
Assédio sexual/Ato obsc.	5	1	2	1		1	1	1				1	13
Atrito verbal	11	10	8	7	07	5	6	7	5	12	1	8	87
Calúnia											1		1
Cárcere privado													
Casa de prostituição		1						3		7	2		13
Constrangimento ilegal											1		1
Dano	1	5	4	1	03	5	2	2	4		1	1	29
Difamação			1					1			1		3
Estupro ou tentativa	3	1	1	3	02	1		1	5		3		20
Imp. ofensiva ao pudor	1					1				2			4
Injúria	2	1	6			4	3	2	2	5	4	1	30
Lesão corporal	23	23	23	26	21	31	26	11	34	37	24	17	296
Maus-tratos				1									1
Perturbação da tranqüilid.	3	1	4	2	01	5	3	3	3	3	2	5	35
Rapto													–
Vias de fato	34	35	40	19	39	29	27	20	27	35	34	19	358
Violação do domicílio			2				1			2	2	3	10
Embriaguez	1	1					1		1	1		2	7
Agressão	4									3		20	27
Atentado violento ao pudor							3		1				4
Tentativa de homicídio	2												2
Roubo													–
Furto							1	1					2
Adulterio													–
Abandono de incapaz													–
Rufianismo										2			2
Total por mês	141	116	126	100	104	120	102	78	126	174	119	110	1.416

Fonte: Sistematização a partir dos dados do Livro de Ocorrências da DEAM – Divinópolis, 2007.

De acordo com os dados obtidos em 2005, verifica-se um total de 1.416 situações de violência contra a mulher. Se esse total fosse dividido por doze meses, seria encontrada uma média de 118 situações de violência por mês, valor próximo do encontrado no ano de 2004, que foi de 113,5. Constatou-se que durante onze meses o número de casos que ficou acima de

cem, mais precisamente entre 100 e 174. Apenas em agosto ficou abaixo de 100, apresentando 78 situações de violência contra a mulher. Os crimes de ameaça (471 casos) e lesão corporal (296 casos), assim como a contravenção penal vias de fato (358 casos), foram as mais freqüentes, representando 1.125 situações de violência, ou seja, 79,4% do total. Destaca-se que, neste aspecto, os dados encontrados também foram muito semelhantes aos do ano de 2004 (81,48%), com uma pequena diferença de 2,08% para menos, na representação global destas três situações de violência.

TABELA 7
Natureza das agressões e freqüência mensal no ano de 2006

Natureza dos fatos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Abandono material													-
Ameaça	64	34	66	50	47	41	57	62	50	56	60	53	582
Assédio sexual/Ato obsceno	1		1	1				1				1	5
Atrito verbal	13	5	20	8	10	7	8	14	10	11	13	11	130
Calúnia	2	4	1		3			1		5	1	3	20
Cárcere privado	1	1											2
Casa de prostituição													-
Constrangimento ilegal	1							1					2
Dano	6	2		8	8	5	7	10	7	5	2	4	64
Difamação	2	2		1	1		3	2		2	3	1	17
Estupro ou tentativa	2	1							1			3	7
Imp. ofensiva ao pudor		1				1			1		1		4
Injúria	1	4	1	2				1	1	2	6	1	19
Lesão corporal	25	19	30	26	30	22	19	33	26	32	28	18	308
Maus-tratos							1			1			2
Perturbação da tranqüilidade	4	5	4	3	4	1		13	7	10	2	6	19
Rapto													-
Vias de fato	33	15	31	35	48	29	27	33	25	25	26	48	375
Violação do domicílio	2	3	4		2			1	1	3			16
Embriaguez	2	2				1		1		1	2		9
Agressão	20	17	6		10	10	17	30	18	11	12	13	164
Atentado violento ao pudor		2											2
Tentativa de homicídio	1	1	2		1			2					7
Roubo			1									1	2
Furto			1								1		2
Adulterio					1			1					2
Abandono de incapaz							1						1
Rufianismo										1			1
Total por mês	180	118	168	134	165	117	140	206	147	165	157	163	1.860

Fonte: Sistematização a partir dos dados do Livro de Ocorrências da DEAM – Divinópolis, 2007.

De acordo com os dados obtidos em 2006, verifica-se um total de 1.860 situações de violência contra a mulher, número que supera os encontrados nos dois anos anteriores em 26,78% o ano de 2004 e em 23,88% o ano de 2005. Se esse total fosse dividido por doze meses, seria encontrada uma média de 155 situações de violência por mês, valor mais elevado do que o encontrado nos anos de 2004 (118) e 2005 (113,5). Constatou-se que em onze meses o número de casos que ficou acima de 100, mais precisamente entre 118 e 168, sendo que agosto superou a barreira dos 200 casos, apresentando 206 ocorrências. Curiosamente esse mês foi o que apresentou índices mais baixos de violência nos dois anos anteriores (99 e 78, respectivamente). Os crimes de ameaça (582 casos) e lesão corporal (308 casos), assim como a contravenção penal *vias de fato* (375 casos) foram os mais frequentes, representando 1.265 situações de violência, ou seja, 68,01% do total. Destaca-se que, neste aspecto, os dados encontrados foram abaixo dos verificados em 2004 e 2005 (81,48% e 79,4%) respectivamente. Acredita-se, no entanto, que essa diferença, na realidade, seja um pouco menor. Ao observarem-se as tabelas dos três anos, percebe-se que as situações descritas como “agressão” foram significativamente maiores no ano de 2006 (164 casos), ao passo que em 2004 foram 32 ocorrências com essa nomenclatura, e 27, em 2005. Possivelmente, se estivessem classificadas como “*vias de fato*” ou “*lesão corporal*”, a tendência seria a de uma aproximação um pouco maior do número destas três situações de violência em relação aos dois anos anteriores.

Somando-se o número de situações de violência contra a mulher dos anos de 2004, 2005 e 2006 no Livro de Ocorrências, chegou-se ao total de 4.638 casos. Destes, 3.500 são referentes ao conjunto ameaça–lesão corporal–*vias de fato* e representam 75,46% de todas as ocorrências registradas no Livro de Ocorrências da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis.

A segunda fonte de dados quantitativos utilizada nesta pesquisa vem dos boletins de ocorrência registrados pela Polícia Militar. O boletim de ocorrência é encaminhado à Delegacia para que a autoridade policial (delegada) dê prosseguimento ao caso. No boletim de ocorrência constam dados da vítima, do agressor e de testemunhas, quando houver. Uma vez que o presente estudo busca compreender as circunstâncias sociais da agressão assim como identificar o perfil social do agressor, optou-se por analisar os dados dos agressores que constam nos boletins selecionados. A tabela a seguir mostra o número de boletins de ocorrência arquivados na Delegacia, nos anos de 2004, 2005 e 2006. Os boletins denominados como “específicos” referem-se àqueles encontrados com maior frequência nos registros policiais e correspondem às situações de ameaça, lesão corporal e vias de fato.

TABELA 8
Número total de boletins de ocorrência e de boletins de ocorrência “específicos”
nos anos de 2004, 2005 e 2006

Ano	Total de boletins	Boletins específicos
2004	679	463
2005	574	401
2006	902	649
Total	2.155	1.513

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

Ao todo, foram encontrados 2.155 boletins de ocorrência. Constatou-se que, destes, 1.513 (70%) correspondiam a três tipificações de crime e/ou contravenção: “ameaça”, “vias de fato” e “lesão corporal”. Pelo fato de serem mais expressivos, os 1.513 boletins referentes a estas situações de agressão foram inicialmente catalogados, sendo o restante, desprezado. A partir da leitura de todos eles, foram selecionados os que apresentavam o maior número possível de informações. Com isso, chegou-se a 600 boletins de ocorrência, sendo 200 para cada ano (2004, 2005 e 2006). De cada conjunto de 200 boletins/ano, 70 referem-se ao crime

de “ameaça”, 70 à contravenção penal “vias de fato” e 60, ao crime de “lesão corporal”. Além disso, a escolha dos boletins deu-se a partir dos seguintes critérios:

- Existência de vínculo afetivo-sexual entre vítima e agressor. Ou seja, não foram contempladas agressões entre parentes consangüíneos, em ambientes de trabalho ou circunstanciais como, por exemplo, brigas entre vizinhos.
- As agressões restringem-se à esfera doméstica. Portanto, não foram consideradas situações que ocorressem em outros locais, que não a moradia comum de agressor e vítima.

A seguir serão discutidos os dados obtidos nos boletins de ocorrência referentes aos anos de 2004, 2005 e 2006. Em seguida, idêntico procedimento será feito em relação ao conjunto destes três anos. Foram construídas tabelas (vide anexos) com informações gerais sobre o agressor, utilizando a nomenclatura idêntica à usada pela Polícia Militar nos boletins de ocorrência. Para isso, foram escolhidos dados³⁹ que permitissem fazer a identificação de características do agressor consideradas pertinentes a este estudo, sendo desconsideradas informações como número de documento de identificação, CPF, filiação, peso e altura estimados e telefone. Destaca-se que a única fonte documental possível de se colherem dados físicos e sociais acerca do agressor na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (com exceção dos inquéritos policiais) são os boletins de ocorrência da Polícia Militar. As tabelas apresentadas em relação aos anos de 2004, 2005, 2006 e do conjunto destes três anos que serão apresentadas dentro deste capítulo apresentam formato reduzido. O que se está querendo dizer com formato reduzido é o seguinte: no ano de 2004, por exemplo, foram listadas 44 profissões dos agressores. Seis delas representam 41,5% da amostra. A tabela apresentada ao logo do texto contempla apenas essas seis profissões encontradas como as

³⁹ Esses dados são: cútis, tipo de cabelo, idade, ocupação atual, escolaridade, endereço e estado civil. Onde estiver a nomenclatura “não fornecido”, tal fato corresponde ao não-preenchimento da informação por parte do policial militar no boletim de ocorrência.

mais frequentes. Entretanto, a lista completa de profissões dos agressores de 2004 encontra-se nos anexos desta dissertação, assim como suas respectivas percentagens. Esta será a lógica das tabelas apresentadas a seguir, dentro deste capítulo.

Em relação aos dados obtidos no ano de 2004⁴⁰, podem-se observar importantes características do agressor. Em primeiro lugar, chama-se a atenção para o item “cútiis”. Na amostra estudada de 2004, quase metade dos agressores (46,5%) é de cor branca, sendo seguido da cor parda, representada por 24,0%. A cor negra teve um total de 12,5%. Entretanto, chama-se a atenção para o questionamento deste dado, uma vez que o policial militar preenche o boletim de ocorrência de próprio punho, atribuindo, portanto, percepção subjetiva quanto à classificação da cor da pele. Em relação ao item “cabelo” nada de representativo pôde ser verificado em virtude do elevado número de não-preenchimento deste campo no boletim de ocorrência por parte dos policiais militares. No tocante ao “estado civil”, amigados e casados somam 78% da amostra. Os amigados perfazem 36% enquanto que os casados somam 42% do total. A escolaridade do agressor também revela um importante item a ser apreciado. Três categorias representam 59,5% dos casos e demonstram a baixa escolaridade do agressor. Destaca-se que apenas 1% dos agressores tem curso superior completo⁴¹.

TABELA 9
Níveis de escolaridade mais encontrados entre os agressores no ano de 2004

Escolaridade	Porcentagem
Fundamental incompleto	35%
Alfabetizado	14%
Fundamental completo	10,5%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

⁴⁰ Os dados obtidos nos boletins de ocorrência referentes ao ano de 2004 encontram-se nos anexos desta dissertação, nas tabelas de número 28 a 35.

⁴¹ Ver tabela 31.

Todas as profissões catalogadas na amostra foram listadas e a conclusão a que se pode chegar corrobora com a baixa escolaridade apresentada: a maioria apresenta profissões que não exigem muitos anos de estudo. Seis das 44 profissões listadas representam 41,5% da amostra. Chama-se atenção também para o fato de os classificados como desocupados representarem 8,5% do total.

TABELA 10
Profissões mais encontradas entre os agressores no ano de 2004

Profissão	Porcentagem
Pedreiro	10%
Vendedor	8%
Serviços gerais	7,5%
Servente de pedreiro	7%
Motorista	5%
Lavrador	4%
Desocupado	8,5%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

Em relação ao local de moradia dos agressores, constata-se que, dos 64 bairros catalogados, seis deles equivalem juntos a 24,5% do total, conforme pode ser visualizado na tabela abaixo:

TABELA 11
Bairros de moradia mais encontrados entre os agressores no ano de 2004

Bairro de moradia	Porcentagem
São Judas Tadeu	5,5%
Bom Pastor	4%
Centro	4%
Zona rural	4%
Niterói	4%
Interlagos	3%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

Quanto à idade, os dados apresentam distribuição equilibrada entre as faixas etárias descritas. Destaca-se que duas delas somam exatamente 50,0% do total da amostra:

TABELA 12
Faixa etária mais encontrada entre os agressores no ano de 2004

Faixa etária	Porcentagem
26–33 anos	25,5%
34–41 anos	24,5%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

No tocante à naturalidade, 51,5% declararam ter nascido no município de Divinópolis, ao passo que 36,5% nasceram em cidades do interior de Minas Gerais.

Os dados dos agressores relativos ao ano de 2005⁴² apresentam as seguintes informações consideradas principais: em primeiro lugar, o item “cúteis” demonstra relativa semelhança com o verificado em 2004⁴³. Um pouco mais da metade (60,0%) é de cor branca, seguida pela cor parda com 22,5%. A cor negra teve um total de 7,5%. Em relação ao item “cabelo”, nada de representativo foi observado da mesma forma que em 2004⁴⁴: o não-preenchimento deste campo por parte do policial militar no boletim de ocorrência. No tocante ao “estado civil”, amigados e casados perfazem ao todo 72% da amostra (dado semelhante ao de 2004⁴⁵), como está demonstrado na tabela seguinte:

TABELA 13
Estado Civil dos agressores mais freqüentes no ano de 2005

Estado Civil	Porcentagem
Amigado	35,0%
Casado	37,0%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

⁴² Os dados obtidos nos boletins de ocorrência referentes ao ano de 2005 encontram-se nos anexos desta dissertação, nas tabelas de número 36 a 43.

⁴³ Ver anexos, tabela 28.

⁴⁴ Ver anexos, tabela 29.

⁴⁵ Ver anexos, tabela 30.

Quanto à escolaridade, as proporções encontradas como mais representativas foram as mesmas categorias do ano anterior⁴⁶. Entretanto, a quantidade de informações sobre escolaridade deste ano foi menor (59,5% de não fornecimento da informação por parte da Polícia Militar). Do total de informações disponíveis, 18% dos agressores tinham ensino fundamental incompleto, 7,5% era alfabetizado e 9,5%, fundamental completo. Compõem 35% do total. Apenas 0,5% tem ensino superior.

Das profissões listadas, também se pode verificar uma relação entre a baixa escolaridade e a ocupação dos agressores. Das 61 catalogadas, sete representam 42,5% da amostra, conforme pode ser verificado na tabela a seguir:

TABELA 14
Profissões mais encontradas entre os agressores no ano de 2005

Profissão	Porcentagem
Pedreiro	10%
Motorista	7,5%
Aposentado	5,5%
Autônomo	5%
Comerciante	5%
Serviços gerais	5%
Servente de pedreiro	4,5%
Desocupado	6%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

No tocante ao local de moradia dos agressores, percebe-se que, dos 66 bairros encontrados, cinco deles equivalem juntos a 25,5% do total:

⁴⁶ Ver anexos, tabela 31.

TABELA 15
Bairros de moradia mais encontrados entre os agressores no ano de 2005

Bairro de moradia	Porcentagem
Interlagos	6,5%
Centro	6%
Niterói	5,5%
Zona rural	4%
Porto Velho	3,5%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

Destes cinco bairros, quatro também foram encontrados com frequência elevada no ano de 2004⁴⁷ (zona rural, Centro, Niterói e Interlagos).

Quanto à idade, os dados apresentam uma distribuição equilibrada no ano de 2005, semelhante a 2004⁴⁸. As mesmas faixas etárias foram encontradas como mais significativas, e somam 50,5% do total da amostra. Destaca-se que esse dado é praticamente idêntico ao encontrado no ano de 2004 (50%).

TABELA 16
Faixa etária mais encontrada entre os agressores no ano de 2005

Faixa etária	Porcentagem
26–33 anos	29,5%
34–41 anos	21%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

Em relação ao item “naturalidade”, assim como no ano anterior⁴⁹, números muito próximos: 52,5% dos agressores declararam ter nascido em Divinópolis e 35,5%, no interior do Estado de Minas Gerais.

⁴⁷ Ver anexos, tabela 34.

⁴⁸ Ver anexos, tabela 32.

⁴⁹ Ver anexos, tabela 33.

No ano de 2006⁵⁰, o item “cúrtis” apresentou dados semelhantes aos dos dois anos anteriores⁵¹. A cor branca foi predominante com mais da metade das ocorrências (56,5%), seguida pela parda com 25,5%. A cor negra obteve um total de 8,5%. Em relação ao item “cabelo” fato idêntico verificou-se neste ano: falta de preenchimento adequado do dado por parte do policial militar⁵². No aspecto “estado civil”, amigados e casados somam 68,5% da amostra. Deste total, 31% são amigados e 37,5% casados. Esses dados são também bastante semelhantes aos de 2004 e 2005⁵³. Quanto à escolaridade, três categorias compõem 61,5% do total da amostra, dado que se aproxima muito dos 59,5% de 2004. Novamente se constata baixo nível de agressores com ensino superior⁵⁴.

TABELA 17
Níveis de escolaridade mais encontrados entre os agressores no ano de 2006

Escolaridade	Porcentagem
Fundamental incompleto	37,5%
Fundamental completo	16,5%
Alfabetizado	7,5%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

Neste ano também pôde ser verificada relação entre o baixo nível de escolaridade e a ocupação dos agressores. Das 66 ocupações listadas, sete representam 41% da amostra. Novamente se perceberam números de profissões verificados em 2004 e 2005⁵⁵, assim como um elevado nível de desocupados:

⁵⁰ Ver anexos, tabela 44.

⁵¹ Ver anexos, tabelas 28 e 36.

⁵² Ver anexos, tabela 45.

⁵³ Ver anexos, tabelas 30 e 38.

⁵⁴ Ver anexos, tabela 47.

⁵⁵ Ver anexos, tabelas 35 e 43.

TABELA 18
Profissões mais encontradas entre os agressores no ano de 2006

Profissão	Porcentagem
Pedreiro	10%
Servente de pedreiro	9,5%
Motorista	6%
Serviços gerais	4,5%
Comerciante	4%
Vendedor	4%
Aposentado	3%
Desocupado	11,5%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

Em relação ao local de moradia pôde-se constatar que dos 61 bairros verificados, seis deles compõem 26,5% do total da amostra. Fato importante de mencionar-se é que zona rural, Centro, Interlagos e Niterói também foram encontrados com porcentagem expressiva nos anos de 2004 e 2005⁵⁶.

TABELA 19
Bairros de moradia mais encontrados entre os agressores no ano de 2006

Bairro de moradia	Porcentagem
Niterói	6%
Centro	5%
Zona rural	4,5%
Jardinópolis	4%
Afonso Pena	3,5%
Interlagos	3,5%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

Quanto à idade, fator praticamente idêntico aos dois anos anteriores⁵⁷ também foi verificado. As faixas etárias 26 a 33 anos e 34 a 41 anos somaram 49,5% do total da amostra.

⁵⁶ Veja anexos, tabelas 34 e 42.

⁵⁷ Ver anexos, tabelas 32 e 40.

TABELA 20
Faixa etária mais encontrada entre os agressores no ano de 2006

Faixa etária	Porcentagem
26–33 anos	24,5%
34–41 anos	25%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

No tocante ao item “naturalidade”, 54,5% dos agressores são de Divinópolis ao passo que 38,0% são do interior de Minas Gerais. Também neste quesito, nova semelhança em relação aos anos de 2004 e 2005⁵⁸.

Após a análise das tabelas resumidas referentes aos anos de 2004, 2005 e 2006, optou-se por construir tabelas (também reduzidas) que englobassem os dados destes três anos⁵⁹, de forma que se pudesse fazer uma análise global do perfil social do agressor. A seguir serão destacados os dados que foram considerados importantes neste sentido.

Dos 600 boletins de ocorrência analisados no tocante à cor da pele, observa-se que a cor branca foi mais predominante nos agressores, do que as cores parda e a negra. Entretanto, cumpre ressaltar novamente que este critério é definido baseado na percepção do policial militar no momento do preenchimento do boletim de ocorrência.

TABELA 21
Cores de pele mais encontradas entre os agressores no triênio 2004, 2005, 2006

Cútis	Porcentagem
Branca	54,3%
Parda	24,0%
Negra	9,5%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

⁵⁸ Ver anexos, tabelas 33 e 41.

⁵⁹ Os dados completos obtidos nos boletins de ocorrência referentes ao conjunto dos três anos (2004, 2005 e 2006) encontram-se nos anexos desta dissertação, nas tabelas de número 52 a 59.

O item “cabelo”, não pôde ser levado em consideração, visto que, em 88,8% das vezes, o campo específico para o preenchimento da característica não foi preenchido. Em relação ao estado civil, constata-se um número muito próximo entre casamentos oficiais e o de agressores que se declararam amigados, que compõem juntos, 72,8% dos dados catalogados.

TABELA 22
Estado civil dos agressores mais freqüentes no triênio 2004, 2005, 2006

Estado civil	Porcentagem
Casado	38,8%
Amigado	34,0%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

Sobre a escolaridade, os agressores alfabetizados, os com ensino fundamental incompleto e completo, além dos que tinham ensino médio completo, representam juntos 52,1% do total. Agressores com o nível superior completo mostrou-se ínfimo: 0,7%⁶⁰.

TABELA 23
Níveis de escolaridade mais encontrados entre os agressores no ano triênio 2004, 2005, 2006

Escolaridade	Porcentagem
Fundamental incompleto	30,2%
Fundamental completo	12,2%
Alfabetizado	9,7%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

No tocante à ocupação, das 99 profissões catalogadas, sete representam em conjunto, 41,7% do total da amostra e 8,7% declararam-se desocupados. Os índices mais expressivos foram encontrados para as seguintes profissões:

⁶⁰ Ver anexos, tabela 55.

TABELA 24
Profissões mais encontradas entre os agressores no triênio 2004, 2005, 2006

Profissão	Porcentagem
Pedreiro	10%
Servente de pedreiro	7%
Motorista	6,2%
Serviços gerais	5,7%
Vendedor	4,8%
Aposentado	4%
Comerciante	4%
Desocupado	8,7%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

Quanto ao local de residência dos agressores, identificou-se um total de 89 bairros no município de Divinópolis. Destes, seis correspondem a 25,5% do total da amostra, conforme pode ser verificado na tabela a seguir:

TABELA 25
Bairros de moradia mais encontrados entre os agressores no triênio 2004, 2005 e 2006

Bairro de moradia	Porcentagem
Niterói	5,2%
Centro	5%
Interlagos	4,3%
Zona rural	4,2%
São José	3,8%
Bom Pastor	3%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

Em relação à idade, percebe-se que exatamente 50% dos agressores estão compreendidos entre duas faixas etárias: de 26 a 33 e 34 a 41 anos:

TABELA 26
Faixa etária mais encontrada entre os agressores no triênio 2004, 2005, 2006

Faixa etária	Porcentagem
26–33 anos	26,5%
34–41 anos	23,5%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

Por fim, no tocante à naturalidade dos agressores, constatou-se que 90% da amostra ficam distribuídos entre a cidade de Divinópolis e outras do interior de Minas Gerais da seguinte maneira:

TABELA 27
Naturalidade mais encontrada nos agressores no triênio 2004, 2005, 2006

Naturalidade	Porcentagem
Divinópolis	52,8%
Interior de Minas Gerais	37,2%

Fonte: Boletins de ocorrência da DEAM – Divinópolis 2007

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os referenciais teóricos que foram utilizados nesta pesquisa apontam para a possibilidade de o ser humano exercer comportamentos violentos, inclusive quando estes se encontram influenciados por condições sociais que o impeçam de viver em estado de prazer e felicidade. A sociedade contemporânea, fortemente permeada pelo que Freud denominou como “Princípio da realidade”, resultou numa redução do que este mesmo autor chamou de “Princípio do prazer”⁶¹. Além disso, a labuta diária, representada pelo que Marcuse intitulou como “trabalho alienado”⁶², também simboliza um afastamento da experiência de felicidade descrita por Freud. Com isso, o risco de adoecimento psíquico e conseqüente adoção de comportamentos considerados psicopatológicos pode tornar-se constante, destacando-se entre eles, a adoção de atitudes violentas.

A violência de gênero é apenas uma das formas de violência que se apresenta na contemporaneidade e, dada a sua expressividade no Brasil, várias são as instituições de ensino que têm cada vez mais se dedicado à sua pesquisa em seus programas de pós-graduação. Os estudos relacionados à violência de gênero no país são recentes, têm propostas metodológicas diferentes, e permitem, assim, o conhecimento deste fenômeno sob vários prismas.

Nesta dissertação, foi realizada uma pesquisa do perfil social de homens que agrediram mulheres e que por elas foram denunciados na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, de Divinópolis, Minas Gerais. Optou-se por estudar a violência contra a mulher em âmbito doméstico, partindo-se do pressuposto de que os agressores tivessem necessariamente, vínculo afetivo-sexual com as agredidas.

⁶¹ Os conceitos de “Princípio da realidade” e “Princípio do prazer” emitidos por Freud já foram discutidos no primeiro capítulo desta dissertação.

⁶² A questão do “trabalho alienado” descrita por Marcuse também foi discutida no primeiro capítulo desta dissertação.

Dos 600 boletins de ocorrência selecionados na referida Delegacia, pôde-se perceber uma característica marcante. Os agressores denunciados têm uma origem de classe bem definida: algo indicado pela renda, pela condição profissional, pelo local de residência e escolaridade. Praticamente todos eles são de baixa renda, o que leva a pensar que as vítimas também apresentem essa mesma condição. Inicialmente, para argumentar-se sobre esta afirmação, chama-se a atenção para as profissões catalogadas entre os agressores. Ao observar-se a tabela com as ocupações encontradas referentes ao triênio 2004, 2005 e 2006⁶³, pode-se verificar que sete das ocupações se referem a trabalho braçal pesado e correspondem a 41,7% da amostra. Chama-se a atenção para a profissão de pedreiro, com 10% do total dos agressores pesquisados, ou seja, 60 deles. Serventes de pedreiro ficaram em segundo lugar com 7% do total, o que corresponde a 42 homens. Sendo assim, observa-se que os trabalhadores da construção civil são representados por 102 agressores, de um total de 600. Um índice que chama a atenção também é em relação aos que se declararam desocupados: 8,7% do total, ou seja, 52 agressores.

Outro fato que pode ser indicativo de pobreza é o estado civil declarado pelos homens: 38,8% são casados (233 agressores) e 34% amigados, ou seja, 204 de um total de 600. Esse dado leva a pensar que os custos existentes na oficialização de uma relação matrimonial sejam considerados elevados pelo casal e impeçam a sua efetivação. A Delegada titular mencionou ainda, que tal fato também possa ser um indicativo de que, caso a relação não dê certo, a inexistência de vínculos jurídicos possa facilitar a separação.

O bairro de moradia dos agressores também corrobora a afirmação de que os homens denunciados são de classes economicamente prejudicadas. A maior parte deles é de bairros considerados pobres e da zona rural do município, apesar de parte da amostra residir no centro da cidade. Cumpre dizer que o Centro não é um bairro considerado pobre. Neste tocante, a

⁶³ Veja anexos, tabela 59.

Delegada titular entende que a ocorrência de situações de violência nessa região, deve-se ao fato de haver na região uma grande concentração de bares. E, na sua opinião, o álcool é um fator que favorece a eclosão da violência.

O nível de escolaridade também sinaliza que os homens denunciados apresentam poucos anos de estudo. Em sua maioria (52,1%), encontram-se distribuídos entre alfabetizados (9,7%), fundamental completo com 12,2% e fundamental incompleto com 30,2%. Isso equivale a dizer que 180 agressores estão incluídos nesta última categoria. Apenas 0,7%, ou seja, quatro casos, são de homens que possuem curso superior completo⁶⁴.

De acordo com os boletins de ocorrência, 54,3% dos agressores são de cor branca, ou seja, 325 homens. A cor parda ficou em segundo lugar com 24,0% e a negra com 9,5%. A cor amarela teve 4% e a albina 0,17%. Com isso, conclui-se que o agressor denunciado é na maior parte das vezes de cor branca, apesar de se constatar perpetradores de violência doméstica contra a mulher com várias tonalidades de pele.

Existem agressores denunciados de todas as idades (com exceção de menores). No entanto, pode-se perceber que o perfil revela uma amostra jovem, na qual 68,5% estão localizados na faixa dos 18 aos 41 anos. A faixa etária encontrada com mais frequência foi a de 26 a 33 anos, representado 159 casos do total, ou seja, 26,5%.

Sobre os tipos de violência praticados contra as mulheres, foi possível perceber que três delas correspondem à maioria das agressões. Dos 2.155 boletins de ocorrência, 1.513 (70%) eram representados pela tríade: ameaça, vias de fato e lesão corporal.

Em relação ao Livro de Ocorrências da Delegacia, percentuais semelhantes aos dos boletins de ocorrência foram encontrados. Ao longo do triênio pesquisado verificaram-se 4.638 casos de violência contra a mulher. Destes, 3.500 também se referem ao conjunto das

⁶⁴ Vide tabela 55.

três formas de violência mencionadas logo acima, o que corresponde a 75,5% do total, valor próximo dos 70% encontrados nos boletins de ocorrência.

Os crimes de natureza sexual⁶⁵ também foram verificados no Livro de Ocorrências. Entretanto, como se optou por investigar apenas as três tipificações mencionadas, em ambiente doméstico, e que agressor e vítima tenham vínculo afetivo-sexual, não se sabe se os crimes de conotação sexual obedeceram a estas especificações. Apesar disso, entende-se pertinente fazer uma breve descrição do que foi encontrado, em virtude de o Ministério da Saúde classificar as formas de violência contra a mulher em física, psicológica e sexual. Ao longo do triênio estudado, foram identificadas 40 ocorrências de tentativas de estupro e de estupro consumado. Em relação ao crime de atentado violento ao pudor, foram encontradas oito circunstâncias ao longo dos três anos. Estes crimes compõem juntos 1% do total de agressões encontradas no Livro de Ocorrências, no período estudado.

Ainda em relação ao livro mencionado, uma constatação merece destaque. Apesar de a nomenclatura “atrito verbal” não pertencer a nenhuma categoria criminológica brasileira, observa-se que muitas vezes ocorre uma inabilidade de comunicação entre agressor e vítima, fazendo com que esta última procure a instituição policial para auxiliar neste quesito. Ao todo, foram encontrados 302 registros desta natureza, o que corresponde a 6,5% do total do Livro de Ocorrências nos anos de 2004, 2005 e 2006.

A partir dos dados colhidos e da entrevista com a Delegada titular, pode-se perceber que a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis é procurada pelas vítimas de todas as classes sociais. Quando as agredidas chegam através da “via boletim de ocorrência”, tal fato significa que essas mulheres tiveram de acionar a Polícia Militar em um momento de crise. Neste caso, de acordo com a Delegada titular, a vítima tende a ser de classe econômica menos favorecida. Segundo ela, as mulheres com maior poder aquisitivo que

⁶⁵ Os crimes de natureza sexual a que se refere são tentativa de estupro e de estupro consumado, além de atentado violento ao pudor.

procuram a Delegacia, fazem-no por uma via que a Delegada intitulou como “silenciosa”, sem se expor publicamente, fato que, frequentemente ocorre, quando há o chamamento da Polícia Militar. A literatura sobre violência de gênero é praticamente unânime na concepção de que agressões de homens contra mulheres estão presentes em todas as classes sociais, de diversas faixas etárias e em pessoas com níveis de escolaridade variados. Entretanto, a partir da presente pesquisa, pode-se concluir que a maioria dos agressores denunciados na Delegacia são pessoas jovens, de cor branca em sua maioria, de baixa renda, com poucos anos de estudo, residem em bairros pobres ou na zona rural da cidade. Grande parte é alocada em atividades laborais de baixa remuneração, ou então, são desocupados.

A Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis parece ser uma das poucas alternativas que as mulheres de baixa renda têm para recorrer em casos de violência doméstica. A partir da literatura consultada, observou-se que os hospitais públicos e postos de saúde são importantes instituições nas quais as mulheres agredidas buscam auxílio. Seria possível, então, pensar que em Divinópolis não seja diferente. No entanto, pesquisas específicas teriam de ser realizadas para verificar-se tal fato. Ao que tudo indica, vítimas e agressores que chegam à referida instituição policial, pesquisados a partir dos boletins de ocorrência, não têm condições financeiras de arcar com serviços privados, tais como psicólogos e/ou médicos, além de advogados para orientá-los (as) e/ou tratá-los (as). A Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher passa, portanto, a ser uma das alternativas encontradas pelas vítimas para resolver ou amenizar seus conflitos.

Pesquisas futuras trarão mais luzes para o tema da violência contra a mulher no Brasil, ainda mais após a promulgação da “Lei Maria da Penha”, há pouco mais de um ano. A criação um dispositivo jurídico exclusivo para a violência de gênero já aponta para algumas mudanças. De acordo com a Delegada titular, o fato da nova lei proporcionar a possibilidade

de prisão em flagrante do agressor, culminou na condução de vários deles ao presídio. E isso tem repercussão social, pois tal fato passa a ser comentado cotidianamente pela população.

Por fim, cumpre destacar que este foi o primeiro estudo realizado em nível *stricto sensu* na Delegacia Especializada de Atenção à Mulher de Divinópolis, Minas Gerais. Sabe-se que as pesquisas com os perpetradores de violência contra a mulher ainda são escassas no país. E, como esta pesquisa investigou o perfil social dos agressores denunciados na Delegacia mencionada, entende-se que a esfera psicológica destes personagens também seja importante tema de estudo. Planeja-se que esta seja uma segunda etapa de investigação nesta instituição policial, num estudo posterior, em nível de doutoramento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS

ALVES, Andréa Matias; COURA-FILHO, Pedro. Avaliação das ações de atenção às mulheres sob violência no espaço familiar, atendidas no Centro de Apoio à Mulher (Belo Horizonte), entre 1996 e 1998. *Ciência & Saúde Coletiva* 6 (1), 2001. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007.

AQUINO, Estela M. L. Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. *Revista Saúde Pública* 40 (N Esp), 2006. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. p. 121–127.

BÍBLIA SAGRADA. N. T. *Primeira Epístola de São Paulo a Timóteo*, 2 (11-15). 64. ed. São Paulo: Ave Maria, 1989. 1.518 p.

BOBBIO, Norberto. O fim do jusnaturalismo. In: *Sociedade e estado na filosofia política moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 72 p.

BORDIN, Isabel Altenfelder Santos *et al.* Prevalência e procura de ajuda na violência conjugal física ao longo da vida. *Revista Saúde Pública* 40 (6), São Paulo, 2004. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007.

BRASIL. *Constituição Federal, Código Penal, Código de Processo Penal*. Organizador: Luiz Flávio Gomes: obra coletiva da Editora Revista dos Tribunais. 8. ed. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2006. p. 9–598.

_____, Presidência da República. *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2006. p. 14–149.

CABRAL, Mara Aparecida Alves. Prevenção da violência conjugal contra a mulher. *Ciência e Saúde Coletiva* 4 (1), Campinas, 1999. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. p. 184–185.

CAMPOS, Carmen Hein de. Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n.1, 2003. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. p. 16–21.

CARAM, Dalto. *Violência na sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes., 1978. p. 11–169.

DANTAS-BERGER, Sônia Maria; GIFFIN, Karen. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Caderno Saúde Pública* 21 (2), Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. p. 421–423.

DAY, Vivian Peres *et al.* Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria* 25 (suplemento 1), Porto Alegre, 2003. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. p. 15–18.

DESLANDES, Suely F. *et al.* Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. *Caderno Saúde Pública* 16 (1), Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. 135 p.

DOMINGUES, Ivan (Org.). *Conhecimento e transdisciplinaridade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. 17 p.

FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira completa das obras psicológicas de Sigmund Freud*. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1969. p. 93–165. v. XXI.

FROMM, Erich. *Anatomia da destrutividade humana*. 2. ed. Tradução de Marco Aurélio Souza Matos. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 23–618.

GARBIN, Cléa Adas Saliba *et al.* Violência doméstica: análise das lesões em mulheres. *Cadernos de Saúde Pública* (22) 12, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. 568 p.

GIANINI Reinaldo J; LITVOC Júlio; NETO, José Eluf. Agressão física e classe social. *Revista de Saúde Pública* 33 (2), São Paulo, 1999. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. 185 p.

GIFFIN Karen. Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*. 10 (supl. 1), Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. 150 p.

_____. Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. *Cadernos de Saúde Pública* 18 (suplemento), Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007.

GOMES, Carlos Magalhães *et al.* *Legislações federais e estaduais*. Brasília, 2000. Disponível em: <www.soleis.adv.br>. Acesso em: 20 maio 2007.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2000. 97 p.

KRONBAUER, José Fernando Dresch; MENEGHEL Stela Nazareth. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. *Revista Saúde Pública* 39 (5), São Leopoldo, 2005. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. 699 p.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. Tradução de Otto Lamy de Correa. São Paulo: Claridade, 2003. 19 p.

LANGLEY, Roger; LEVY, Richard. *Mulheres espancadas: fenômeno invisível*. Tradução de Cláudio Gomes Carina. São Paulo: Hucitec, 1980.

MACHADO, Maria Renata Coelho. Narrativa de mulheres vítimas de violência: passos do processo. *Revista Psicologia: Teoria e Prática* 6 (1), São Paulo, 2004. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8. ed. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1999. p. 25–195.

MENEGHEL, Stela Nazareth *et al.* Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência. *Cadernos de Saúde Pública* 14 (2), Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. 322 p.

MICHAUD, Yves. *A violência*. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989. p.11–77. (Série Fundamentos).

ODALIA, Nilo. *O que é a violência*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos).

PADOVANI, Ricardo da Costa; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Intervenção psicoterapêutica com agressor conjugal: um estudo de caso. *Psicologia em Estudo*, v. 7, n. 2, Maringá, 2002. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. p. 15–16.

PEREIRA, José. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. 61 p. (Coleção Atualidade, v. 1.).

PLON, Michel; ROUDINESCO, Elisabeth. *Dicionário de psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998. p.602–629.

REIS, Jair Naves dos. Mulheres vítimas de violência sexual: meios coercitivos e produção de lesões não-genitais. *Cadernos de Saúde Pública* 20 (2), Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. 469 p.

SARTI, Cynthia Andersen *et al.* Violência e gênero: vítimas demarcadas. *Revista Saúde Coletiva* 16 (2), Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. p. 174–176.

SCHRAIBER, Lilia Blima. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Revista Saúde Pública* 36 (4), São Paulo, 2002. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. p. 471–477.

_____ *et al.* Violência e saúde: Estudos científicos recentes. *Revista Saúde Pública* 40 (N Esp), São Paulo, 2006. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007.

SILVA, Iracema Viterbo. Violência contra mulheres: a experiência de usuárias de um serviço de urgência e emergência de Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública* 19 (Sup. 2), Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. p. 264–269.

SILVA, Luciene Lemos da *et al.* Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 11, n. 21, Florianópolis, 2007. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. p. 96–101.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005. 412 p.

SOUZA, Fábio Gomes de Matos *et al.* Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. *Revista Saúde Pública* 39 (1), São Paulo, 2005. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. p. 108-111.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos).

VIEIRA, Elizabeth Meloni *et al.* Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. *Revista Saúde Pública* 40 (4), Ribeirão Preto, 2006. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 15 mar. 2007. p. 605–608.

ANEXOS

ANEXO 1**TABELAS****TABELA 28**

Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à cor da pele, no ano de 2004

Cútiis	Casos	%
Albina	–	–
Amarela	11	5,5
Branca	93	46,5
Negra	25	12,5
Parda	48	24
Não fornecido	23	11,5
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 29

Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à cor do cabelo, no ano de 2004

Cabelo	Casos	%
Anelado/Encaracolado	4	2
Crespo	29	14,5
Liso	8	4
Inexistência de cabelo	–	–
Não fornecido	159	79,5
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 30

Número de agressores e seu respectivo percentual em relação ao estado civil, no ano de 2004

Estado Civil	Casos	%
Amigado	72	36
Casado	84	42
Divorciado	8	4
Separado judicialmente	5	2,5
Solteiro	26	13
Viúvo	–	–
União estável	3	1,5
Não fornecido	2	1
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 31

Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à escolaridade, no ano de 2004

Escolaridade	Casos	%
Analfabeto	2	1
Alfabetizado	28	14
Ensino fundamental incompleto	70	35
Ensino fundamental completo	21	10,5
Ensino médio incompleto	16	8
Ensino médio completo	19	9,5
Superior incompleto	2	1
Superior completo	2	1
Pós-graduação	–	–
Não fornecido	40	20
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 32
Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à idade, no ano de 2004

Idade do agressor	Casos	%
18 a 25 anos	35	17,5
26 a 33 anos	51	25,5
34 a 41 anos	49	24,5
42 a 49 anos	36	18
Acima de 50 anos	26	13
Menor de 18 anos	–	–
Não disponível	3	1,5
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 33
Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à naturalidade, no ano de 2004

Naturalidade	Casos	%
Divinópolis	103	51,5
Interior do Estado	76	36,5
Belo Horizonte	7	3,5
Outros Estados	12	6
Outros Países	–	-
Não fornecido	12	6
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 34
Número de agressores e seu respectivo percentual em relação ao bairro onde reside, no ano de 2004

Bairro	Casos	%
Afonso Pena	2	1
Alvorada	1	0,5
Antônio Fonseca	2	1
Bela Vista	1	0,5
Belo Vale	3	1,5
Belvedere II	3	1,5
Bom Pastor	8	4
Cacôco	3	1,5
Campina Verde	1	0,5
Casa Nova	1	0,5
Catalão	2	1
Centro	8	4
Cidade Jardim	1	0,5
Danilo Passos	5	2,5
Davanuze	1	0,5
Del Rey	5	2,5
Dona Rosa	2	1
Esplanada	5	2,5
Grajaú	1	0,5
Icaraí	1	0,5
Interlagos	6	3
Ipiranga	4	2
Jardim Candidés	3	1,5
Jardim das Acácias	1	0,5
Jardim Primavera	4	2
Jardinópolis	1	0,5
Jusa Fonseca	4	2
Manuel Valinhos	2	1
Nações	4	2
Niterói	8	4
Nossa Sra. Conc.	2	1
Nova Fortaleza	3	1,5
Nova Holanda	1	0,5
Olaria	1	0,5
Oliveiras	1	0,5
Paraíso	5	2,5
Porto Velho	3	1,5
Padre Eustáquio	4	2,0
Planalto	3	1,5
Ponte Funda	1	0,5
Q. Palmeiras	1	0,5
Quintino	1	0,5
Realengo	2	1
Sagrada Família	5	2,5
Santa Clara	1	0,5
Santa Lúcia	2	1
Santa Rosa	5	2,5
Santa Tereza	3	1,5
Santo André	4	2
Santo Antônio	4	2
São João de Deus	2	1
São Judas Tadeu	2	1
São José	11	5,5
São Lucas	2	1
São Sebastião	1	0,5
São Roque	1	0,5
Serra Verde	5	2,5
Sidil	1	0,5

Sion	2	1
Tietê	5	2,5
Vale do Sol	2	1,0
Vivenda da Exp.	1	0,5
Walquir Resende	1	0,5
Zona Rural	8	4
Não fornecido	9	4,5
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007

TABELA 35
Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à ocupação, no ano de 2004

Ocupação	Casos	%
Açougueiro	1	0,5
Advogado	1	0,5
Ajudante	2	1
Armador	1	0,5
Artesão	1	0,5
Aposentado	7	3,5
Autônomo	1	0,5
Auxiliar de cozinha	1	0,5
Auxiliar de escritório	1	0,5
Auxiliar de enfermagem	1	0,5
Balancista	2	1
Balconista	6	3
Borracheiro	2	1
Cabelereiro	1	0,5
Carregador	1	0,5
Carroceiro	4	2
Caseiro	2	1
Catador	1	0,5
Comerciante	6	3
Desocupado	17	8,5
Eletricista	3	1,5
Empilhador	2	1
Encarregado de obras	1	0,5
Estampador	1	0,5
Funcionário público	2	1
Garçom	1	0,5
Gerente comercial	2	1
Lanterneiro	2	1
Lavrador	8	4
Lingotador	2	1
Marceneiro	3	1,5
Mecânico	4	2
Metalúrgico	7	3,5
Moldador	1	0,5
Motorista	10	5
Operador de máquinas	1	0,5
Pedreiro	20	10
Pintor	5	2,5
Policia militar	3	1,5
Polidor	1	0,5
Porteiro	1	0,5
Sapateiro	1	0,5
Segurança	1	0,5
Serralheiro	3	1,5

Servente de pedreiro	14	7
Serviços gerais	15	7,5
Soldador	2	1
Supervisor operacional	1	0,5
Tecelão	1	0,5
Técnico em computação	2	1
Vendedor	16	8
Vidraceiro	1	0,5
Vistoriador	1	0,5
Não fornecido	4	2
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 36

Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à cor da pele, no ano de 2005

Cúttis	Casos	%
Albina	1	0,5
Amarela	4	2
Branca	120	60
Negra	15	7,5
Parda	45	22,5
Não fornecido	15	7,5
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 37

Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à cor do cabelo, no ano de 2005

Cabelo	Casos	%
Anelado/Encaracolado	7	3,5
Crespo	3	1,5
Liso	5	2,5
Inexistência de cabelo	1	0,5
Não fornecido	184	92
Outros	–	–
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 38

Número de agressores e seu respectivo percentual em relação ao estado civil, no ano de 2005

Estado Civil	Casos	%
Amigado	70	35,0
Casado	74	37,0
Divorciado	05	2,5
Separado judicialmente	12	6,0
Solteiro	24	12,0
Viúvo	-	-
União estável	14	7,0
Não fornecido	01	0,5
Total	200	100,0

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 39

Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à escolaridade, no ano de 2005

Escolaridade	Casos	%
Analfabeto	1	0,5
Alfabetizado	15	7,5
Ensino fundamental incompleto	36	18
Ensino fundamental completo	19	9,5
Ensino médio incompleto	2	1
Ensino médio completo	18	9
Superior incompleto	5	2,5
Superior completo	1	0,5
Pós-graduação	-	-
Não fornecido	103	51,5
Outros	-	-
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 40
Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à idade, em 2005

Idade do agressor	Casos	%
18 a 25 anos	35	17,5
26 a 33 anos	59	29,5
34 a 41 anos	42	21
42 a 49 anos	34	17
Acima de 50 anos	28	14
Menor de 18 anos	–	–
Não fornecido	02	1-0
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 41
Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à naturalidade, no ano de 2005

Naturalidade	Casos	%
Divinópolis	105	52,5
Interior do Estado	71	35,5
Belo Horizonte	9	4,5
Outros Estados	13	6,5
Outros Países	–	–
Não fornecido	02	1
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 42
Número de agressores e seu respectivo percentual em relação ao bairro onde reside, em 2005

Bairro	Casos	%
Afonso Pena	2	1
Alto São Vicente	1	0,5
Alvorada	2	1
Bela Vista	5	2,5
Belo Vale	2	1
Belvedere	3	1,5
Boa vista	1	0,5
Bom Pastor	5	2,5
Campina Verde	1	0,5
Campo Grande	1	0,5
Casa Nova	1	0,5
Catalão	1	0,5
Centro	12	6

Cidade Jardim	2	1
Danilo Passos	1	0,5
Davanuze	1	0,5
Del Rey	4	2
Dona Rosa	1	0,5
Espírito Santo	4	2
Esplanada	4	2
Grajaú	2	1
Icaraí	2	1
Interlagos	13	6,5
Jardim Candelária	4	2
Jardim Candidés	1	0,5
Jardim das Oliveiras	1	0,5
Jardim Primavera	2	1
Jardinópolis	5	2,5
Jusa Fonseca	4	2
Levindo Paula Ferreira	1	0,5
Mangabeiras	1	0,5
Manuel Valinhos	5	2,5
Maria Helena	4	2
Mar e Terra	2	1
Nações	5	2,5
Niterói	11	5,5
Nossa Senhora das Graças	6	3
Nova Fortaleza	2	1
Padre Eustáquio	1	0,5
Planalto	1	0,5
Ponte Funda	1	0,5
Porto Velho	7	3,5
Quintino	4	2
Rancho Alegre	4	2
Sagrada Família	1	0,5
Santa Clara	1	0,5
Santa Luzia	1	0,5
Santo André	1	0,5
Santo Antônio	1	0,5
São Francisco	1	0,5
São João de Deus	3	1,5
São Judas Tadeu	2	1
São José	6	3
São Lucas	1	0,5
São Luiz	2	1
São Miguel	2	1
São Roque	2	1
São Tomás	1	0,5
Sidil	1	0,5
Sion	1	0,5

Terra Azul	1	0,5
Tietê	1	0,5
Vila Belo Horizonte	1	0,5
Vila Romana	1	0,5
Walquir Resende	3	1,5
Zona Rural	8	4
Não fornecido	4	2
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 43

Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à ocupação, no ano de 2005

Ocupação	Casos	%
Agente penitenciário	1	0,5
Ajudante	2	1
Ambulante	1	0,5
Aposentado	11	5,5
Autônomo	10	5
Auxiliar de escritório	2	1
Auxiliar de expedição	1	0,5
Auxiliar de produção	1	0,5
Balconista	3	1,5
Borracheiro	2	1
Cabeleireiro	1	0,5
Caseiro	1	0,5
Comerciante	10	5
Consultor	1	0,5
Cortador	1	0,5
Depositor	1	0,5
Desocupado	12	6
Digitador	1	0,5
Eletricista	2	1
Empresário	1	0,5
Entregador de gás	1	0,5
Estofador	1	0,5
Estudante	1	0,5
Faxineiro	1	0,5
Frentista	4	2
Funcionário público	2	1
Fundidor	1	0,5
Funileiro	1	0,5
Garçom	1	0,5
Gerente comercial	1	0,5
Industriário	1	0,5

Instrutor de auto-escola	1	0,5
Jardineiro	1	0,5
Lavrador	2	1
Locutor	1	0,5
Marceneiro	3	1,5
Mecânico	6	3
Médico	1	0,5
Metalúrgico	3	1,5
Moldador	3	1,5
Montador de móveis	2	1
Moto-Boy	2	1
Motorista	15	7,5
Músico	1	0,5
Operador de máquinas	2	1
Pedreiro	20	10
Pintor	7	3,5
Policia militar	2	1,5
Porteiro	3	1,5
Protético	2	1
Representante comercial	3	1,5
Sapateiro	2	1
Serralheiro	2	1
Servente de pedreiro	9	4,5
Serviços gerais	10	5
Soldador	2	1
Tatuador	1	1
Técnico em eletrônica	2	1
Trocador	1	0,5
Vendedor	5	2,5
Vigilante	1	0,5
Não fornecido	5	2,5
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 44

Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à cor da pele, no ano de 2006

Cútis	Casos	%
Albina	–	–
Amarela	9	4,5
Branca	113	56,5
Negra	17	8,5
Parda	51	25,5
Não fornecido	10	5
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 45

Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à cor do cabelo, no ano de 2006

Cabelo	Casos	%
Anelado/Encaracolado	3	1,5
Crespo	2	1
Liso	5	2,5
Inexistência de cabelo	–	–
Não fornecido	190	95
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 46

Número de agressores e seu respectivo percentual em relação ao estado civil, no ano de 2006

Estado Civil	Casos	%
Amigado	62	31
Casado	75	37,5
Divorciado	5	2,5
Separado judicialmente	10	5
Solteiro	37	18,5
Viúvo	–	–
União estável	8	4
Não fornecido	3	1,5
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 47

Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à escolaridade, no ano de 2006

Escolaridade	Casos	%
Analfabeto	1	0,5
Alfabetizado	15	7,5
Ensino fundamental incompleto	75	37,5
Ensino fundamental completo	33	16,5
Ensino médio incompleto	19	9,5
Ensino médio completo	31	15,5
Superior incompleto	3	1,5
Superior completo	1	0,5
Pós-graduação	–	–
Não fornecido	22	11
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 48
Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à idade, no ano de 2006

Idade do agressor	Casos	%
18 a 25 anos	41	20,5
26 a 33 anos	49	24,5
34 a 41 anos	50	25
42 a 49 anos	38	19
Acima de 50 anos	20	10
Menor de 18 anos	–	–
Não fornecido	2	1
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 49
Número de agressores e seu respectivo percentual em relação ao bairro onde reside, em 2006

Bairro	Casos	%
Afonso Pena	7	3,5
Alto São Vicente	1	0,5
Antônio Fonseca	3	1,5
Bela Vista	2	1
Belvedere II	6	3
Bom Pastor	5	2,5
Campina Verde	2	1
Casa Nova	1	0,5
Catalão	6	3
Centro	10	5
Cidade Jardim	1	0,5
Davanuze	1	0,5
Del Rey	6	3
Dona Rosa	5	2,5
Dom Pedro II	1	0,5
Esplanada	5	2,5
Grajaú	1	0,5
Icaraí	5	2,5
Interlagos	7	3,5
Ipiranga	1	0,5
Itaí	2	1
Jardim Candidés	1	0,5
Jardim das Acácias	2	1
Jardim Primavera	1	0,5
Jardinópolis	8	4
Jusa Fonseca	1	0,5
Marajó	1	0,5
Maria Helena	1	0,5
Nações	3	1,5
Niterói	12	6
Nossa Senhora das Graças	5	2,5
Nova Fortaleza	2	1
Nova Holanda	1	0,5
Orion	1	0,5
Padre Eustáquio	3	1,5
Planalto	1	0,5
Ponte Funda	1	0,5

Porto Velho	5	2,5
Quinta das Palmeiras	2	1
Quintino	3	1,5
Santa Lúcia	1	0,5
Santa Luzia	3	1,5
Santa Tereza	1	0,5
Santo André	1	0,5
Santo Antônio	4	2
São João de Deus	2	1
São Judas Tadeu	5	2,5
São José	6	3
São Luiz	2	1
São Roque	2	1
Serra Verde	5	2,5
Sion	2	1
Terra Azul	3	1,5
Tietê	5	2,5
Vale do Sol	2	1
Vila Belo Horizonte	3	1,5
Vila Olaria	1	0,5
Vivenda da Exposição	1	0,5
Walquir Resende	1	0,5
Zona Rural	9	4,5
Não fornecido	9	4,5
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 50

Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à naturalidade, no ano de 2006

Naturalidade	Casos	%
Divinópolis	109	54,5
Interior do estado	76	38
Belo Horizonte	4	2
Outros estados	8	4
Outros países	1	0,5
Não fornecido	2	1
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 51
Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à ocupação, no ano de 2006

Ocupação	Casos	%
Ajudante	3	1,5
Analista de qualidade	1	0,5
Analista químico	1	0,5
Ambulante	1	0,5
Armador	1	0,5
Aposentado	6	3
Autônomo	3	1,5
Auxiliar de almoxarifado	1	0,5
Auxiliar de escritório	1	0,5
Balconista	1	0,5
Bombeiro hidráulico	1	0,5
Borracheiro	1	0,5
Calceteiro	1	0,5
Carregador	1	0,5
Carroceiro	2	1
Caseiro	1	0,5
Catador	1	0,5
Comerciante	8	4
Desocupado	23	11,5
Despachante	1	0,5
Digitador	1	0,5
Eletricista	4	2
Embalador	1	0,5
Empresário	1	0,5
Encarregado de estamperia	1	0,5
Encarregado de obras	2	1
Encarregado de produção	1	0,5
Engenheiro metalúrgico	1	0,5
Estampador	1	0,5
Estofador	1	0,5
Estudante	1	0,5
Funcionário público	3	1,5
Garçom	2	1
Gerente comercial	1	0,5
Gerente de produção	1	0,5
Jardineiro	2	1
Lanterneiro	1	0,5
Lavrador	4	2
Marceneiro	2	1
Mecânico	3	1,5
Metalúrgico	1	0,5
Moldador	1	0,5

Moto-boy	1	0,5
Motorista	12	6
Músico	1	0,5
Operador de máquinas	1	0,5
Padeiro	1	0,5
Pedreiro	20	10
Pintor	7	3,5
Porteiro	1	0,5
Professor	1	0,5
Reciclador	2	1
Repositor	1	0,5
Representante comercial	2	1
Retificador	1	0,5
Sapateiro	1	0,5
Segurança	2	1
Serralheiro	2	1
Servente de pedreiro	19	9,5
Serviços gerais	9	4,5
Soldador	2	1
Sucateiro	1	0,5
Tecelão	1	0,5
Trocador	2	1
Vendedor	8	4
Vigilante	2	1
Não fornecido	5	2,5
Total	200	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 52
Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à cor da pele,
aglutinando-se os anos de 2004, 2005 e 2006

Cútis	Casos	%
Albina	1	0,17
Amarela	24	4
Branca	326	54,33
Negra	57	9,5
Parda	144	24
Não fornecido	48	8
Total	600	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 53
 Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à cor do cabelo,
 aglutinando-se os anos de 2004, 2005 e 2006

Cabelo	Casos	%
Anelado/Encaracolado	14	2,33
Crespo	34	5,67
Liso	18	3
Inexistência de cabelo	1	0,17
Não fornecido	533	88,83
Total	600	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 54
 Número de agressores e seu respectivo percentual em relação ao estado civil,
 aglutinando-se os anos de 2004, 2005 e 2006

Estado Civil	Casos	%
Amigado	204	34
Casado	233	38,83
Divorciado	18	3
Separado judicialmente	27	4,5
Solteiro	87	14,5
Viúvo	–	–
União estável	25	4,17
Não fornecido	6	1
Total	600	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 55
Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à escolaridade, aglutinando-se os anos de 2004, 2005 e 2006

Escolaridade	Casos	%
Analfabeto	4	0,7
Alfabetizado	58	9,7
Ensino fundamental incompleto	181	30,17
Ensino fundamental completo	73	12,17
Ensino médio incompleto	37	6,17
Ensino médio completo	68	11,33
Superior incompleto	10	1,67
Superior completo	4	0,7
Pós-graduação	–	–
Não fornecido	165	27,5
Total	600	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 56
Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à idade, aglutinando-se os anos de 2004, 2005 e 2006

Idade do agressor	Casos	%
18 a 25 anos	111	18,5
26 a 33 anos	159	26,5
34 a 41 anos	141	23,5
42 a 49 anos	108	18
Acima de 50 anos	74	12,33
Menor de 18 anos	–	–
Não disponível	7	1,17
Total	600	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 57
 Número de agressores e seu respectivo percentual em relação ao bairro onde reside,
 aglutinando-se os anos de 2004, 2005 e 2006

Bairro	Casos	%
Afonso Pena	11	1,83
Alto São Vicente	2	0,33
Alvorada	3	0,5
Antônio Fonseca	5	0,83
Bela Vista	8	1,33
Belo Vale	5	0,83
Belvedere II	12	2
Boa vista	1	0,17
Bom Pastor	18	3
Cacôco	3	0,5
Campina Verde	4	0,7
Campo Grande	1	0,17
Casa Nova	3	0,5
Catalão	9	1,5
Centro	30	5
Cidade Jardim	4	0,7
Danilo Passos	6	1
Davanuze	3	0,5
Del Rey	15	2,5
Dona Rosa	8	1,33
Dom Pedro II	1	0,17
Espírito Santo	4	0,7
Esplanada	14	2,33
Grajaú	4	0,7
Icaraí	8	1,33
Interlagos	26	4,33
Ipiranga	5	0,83
Itaí	2	0,33
Jardim Candelária	4	0,7
Jardim Candidés	5	0,83
Jardim das Acácias	3	0,5
Jardim das Oliveiras	1	0,17
Jardim Primavera	7	1,17
Jardinópolis	14	2,33
Jusa Fonseca	9	1,5
Levindo Paula Ferreira	1	0,17
Mangabeiras	1	0,17
Manuel Valinhos	7	1,17
Marajó	1	0,17
Maria Helena	5	0,83
Mar e Terra	2	0,33
Nações	12	2
Niterói	31	5,17
Nossa Senhora da Conceição	2	0,33
Nossa Senhora das Graças	11	1,83
Nova Fortaleza	7	1,17
Nova Holanda	2	0,33
Olaria	1	0,17
Oliveiras	1	0,17
Orion	1	0,17
Paraíso	5	0,83
Porto Velho	15	2,5
Padre Eustáquio	8	1,33
Planalto	5	0,83
Ponte Funda	3	0,5
Quinta das Palmeiras	4	0,7
Quintino	8	1,33

Rancho Alegre	4	0,7
Realengo	2	0,33
Sagrada Família	6	1
Santa Clara	2	0,33
Santa Lúcia	3	0,5
Santa Luzia	4	0,7
Santa Rosa	5	0,83
Santa Tereza	4	0,7
Santo André	6	1
Santo Antônio	9	1,5
São Francisco	1	0,17
São João de Deus	7	1,17
São Judas Tadeu	9	1,5
São José	23	3,83
São Lucas	3	0,5
São Luiz	4	0,7
São Miguel	2	0,33
São Sebastião	1	0,17
São Roque	5	0,83
São Tomás	1	0,17
Serra Verde	10	1,67
Sidil	2	0,33
Sion	5	0,83
Terra Azul	4	0,7
Tietê	11	1,83
Vale do Sol	4	0,7
Vila Belo Horizonte	4	0,7
Vila Olaria	1	0,17
Vila Romana	1	0,17
Vivenda da Exposição	2	0,33
Walquir Resende	5	0,83
Zona Rural	25	4,17
Não fornecido	34	5,67
Total	600	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 58
Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à naturalidade, aglutinando-se os anos de 2004, 2005 e 2006

Naturalidade	Casos	%
Divinópolis	317	52,83
Interior do Estado	223	37,17
Belo Horizonte	20	3,33
Outros Estados	33	5,5
Outros Países	1	0,17
Não fornecido	6	1
Total	600	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

TABELA 59
 Número de agressores e seu respectivo percentual em relação à ocupação,
 aglutinando-se os anos de 2004, 2005 e 2006

Ocupação	Casos	%
Açougueiro	1	0,17
Advogado	1	0,17
Agente Penitenciário	1	0,17
Ajudante	7	1,17
Analista de qualidade	1	0,17
Analista químico	1	0,17
Ambulante	2	0,33
Armador	2	0,33
Artesão	1	0,17
Aposentado	24	4
Autônomo	14	2,33
Auxiliar de cozinha	1	0,17
Auxiliar de escritório	4	0,7
Auxiliar de enfermagem	1	0,17
Auxiliar de expedição	1	0,17
Auxiliar de produção	1	0,17
Balanceteiro	2	0,33
Balconista	10	1,7
Bombeiro Hidráulico	1	0,17
Borracheiro	5	0,83
Cabelereiro	2	0,33
Calceteiro	1	0,17
Carregador	2	0,33
Carroceiro	6	1
Caseiro	4	0,7
Catador	2	0,33
Comerciante	24	4
Consultor	1	0,17
Cortador	1	0,17
Depositor	1	0,17
Desocupado	52	8,7
Despachante	1	0,17
Digitador	2	0,33
Eletricista	9	1,5
Embalador	1	0,17
Empilhador	2	0,33
Empresário	2	0,33
Encarregado de estamperia	1	0,17
Encarregado de obras	3	0,5
Encarregado de produção	1	0,17
Engenheiro metalúrgico	1	0,17
Entregador de gás	1	0,17
Estampador	2	0,33
Estofador	2	0,33
Estudante	2	0,33
Faxineiro	1	0,17
Frentista	4	0,7
Funcionário público	7	1,17
Fundidor	1	0,17
Funileiro	1	0,17
Garçom	4	0,7
Gerente comercial	4	0,7
Gerente de produção	1	0,17
Industriário	1	0,17
Instrutor de auto-escola	1	0,17
Jardineiro	3	0,5
Lanterneiro	3	0,5

Lavrador	14	2,33
Lingotador	2	0,33
Locutor	1	0,17
Marceneiro	8	1,33
Mecânico	13	2,17
Médico	1	0,17
Metalúrgico	11	1,83
Moldador	5	0,83
Montador de móveis	2	0,33
Moto-boy	3	0,5
Motorista	37	6,17
Músico	2	0,33
Operador	4	0,7
Padeiro	1	0,17
Pedreiro	60	10
Pintor	19	3,17
Policial militar	5	0,83
Polidor	1	0,17
Porteiro	5	0,83
Professor	1	0,17
Protético	2	0,33
Reciclador	2	0,33
Repositor	1	0,17
Representante comercial	5	0,83
Retificador	1	0,17
Sapateiro	4	0,7
Segurança	3	0,5
Serralheiro	7	1,17
Servente de pedreiro	42	7
Serviços gerais	34	5,7
Soldador	6	1
Sucateiro	1	0,17
Supervisor operacional	1	0,17
Tatuador	1	0,17
Tecelão	2	0,33
Técnico em computação	2	0,33
Técnico em eletrônica	2	0,33
Trocador	3	0,5
Vendedor	29	4,83
Vigilante	3	0,5
Vidraceiro	1	0,17
Vistoriador	1	0,17
Não fornecido	14	2,33
Total	600	100

Fonte: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, 2007.

ANEXO 2

ENTREVISTA COM A DELEGADA

Após a realização da pesquisa documental optou-se por fazer-se uma entrevista com a delegada titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis, Minas Gerais. As perguntas foram elaboradas a partir de duas diretrizes:

1 – Apresentação de dados encontrados nos arquivos da Delegacia acerca do perfil social do agressor.

2 – Conclusões encontradas em estudos científicos sobre a violência contra a mulher.

O objetivo desta entrevista foi o de saber quais seriam as percepções da delegada perante os dados encontrados, assim como em relação à questão da violência doméstica contra a mulher em sua experiência diária, na instituição policial.

***Pesquisador:** Os bairros Niterói, Interlagos, São José e Bom Pastor estão freqüentemente entre os locais de residência dos agressores. O que a senhora pode dizer sobre esses locais, em termos sociais?*

Entrevistada: Vamos por partes. O bairro Niterói é historicamente problemático em relação à violência em geral. Lá estão localizadas duas das maiores favelas de Divinópolis (Lajinha e Olaria), que são pontos de tráfico de drogas também. Lá as pessoas têm nível educacional mais baixo. São pessoas com menos instrução. Já o bairro Interlagos não é tão violento historicamente. Também é um bairro em que as pessoas têm nível de escolaridade baixo. Niterói e Interlagos são bairros mais simples. Bom Pastor é um bairro grande. O nível social não é baixo, é médio. Tem boas residências e as pessoas têm um nível educacional um pouco maior. Um ponto importante de dizer é que este bairro é uma das portas de entrada para a cidade de Divinópolis pra quem vem da estrada. O São José é um bairro antigo e grande. Não

é pobre e nem de classe alta. É um bairro razoável, com casas boas. Percebo um grande número de bares nele. E, ao meu ver, onde tem álcool e drogas, tem violência.

***Pesquisador:** Centro da Cidade e Zona rural também aparecem como local de moradia de parte dos agressores. A senhora teria alguma observação a fazer sobre isso?*

Entrevistada: Em relação ao Centro, as estatísticas da Polícia Militar apontam para ser este o maior local onde se encontram várias formas de violência. O Centro concentra a população que tem um nível social melhor. O nível social do Centro em termos financeiros é maior. E um nível maior de educação também. Dá pra perceber que no Centro a violência não está tão ligada à questão financeira. A grande concentração de renda da cidade fica lá. Aí, penso que a questão da violência doméstica não está ligada apenas à questão do dinheiro, mas também ao álcool, pois o Centro também concentra grande número de bares. Quanto à zona rural, penso em uma cultura mais matuta, do “cabra-macho”. Ontem, mesmo, eu atendi aqui na Delegacia um agressor da zona rural. Ele disse assim: “Eu dou tudo pra ela e ela não me obedece”. Isso é a cultura machista evidenciada no campo.

***Pesquisador:** A faixa etária encontrada entre os agressores demonstrou que a maior parte deles está compreendida entre 18 e 41 anos (68,5%), sendo que a faixa dos 26 a 33 anos correspondeu a 26,5% da amostra. O que a senhora pensa a respeito do fato do agressor estar frequentemente localizado nessas faixas etárias?*

Entrevistada: Com relação ao dado 18 a 41 anos de idade, penso que a agressão está vinculada à vitalidade e à potencialidade física das pessoas. Já a de 26 a 33 anos, é a faixa etária em que se cria a maior parte dos vínculos afetivos, dos casamentos. É uma fase onde as relações estão mais estabelecidas, por isso, mais conflitos. Eu penso isso.

***Pesquisador:** Com relação ao estado civil dos agressores, encontrou-se um total de 38,8% de casados e 34,0% de amigados. A senhora tem opinião formada a respeito deste elevado número de relações não oficializadas? Qual?*

Entrevistada: Percebemos uma falência do sentido civil. A Constituição Federal de 1988 entendeu como entidade familiar qualquer relação entre pessoas com o intuito de formar uma família. Essa relação passa a ser considerada, então, como família. Além disso, é muito burocrático casar. A maioria que mora junto já teve uma experiência anterior de casamento. E também existe o medo de se criarem laços jurídicos e rompê-los depois, caso a relação não dê certo.

***Pesquisador:** Sete das 99 profissões encontradas entre os agressores revelam um número considerável de trabalhadores braçais (41,7%). A senhora percebe alguma relação entre trabalho pesado e violência doméstica contra a mulher?*

Entrevistada: A primeira idéia que o trabalhador braçal tem depois do serviço é relaxar. E isso corresponde a ir para o boteco, beber cachaça e conversar fiado. Ele chega em casa bêbado, a mulher começa a falar e acontece a agressão. É impressionante a Psicologia que certas mulheres têm de colocar o dedo na cara do homem bêbado. A primeira coisa que ele faz é torcer o dedo delas até quebrar.

***Pesquisador:** Foi encontrado também um índice considerável de agressores classificados como desocupados (8,7%). Em seu entendimento, a falta de trabalho também influencia na questão da violência doméstica contra a mulher? Por quê?*

Entrevistada: Pessoas sem profissão definida e a falta de condições de vida socialmente dignas. Imagina o pensamento de um homem assim: “eu não dou conta nem da minha

família”. Entretanto, sempre arruma um dinheiro para a pinga. “Mente vazia, oficina do diabo”. A mente vazia fica aberta a todos os pensamentos ruins.

***Pesquisador:** A pesquisa constatou que existem agressores com tonalidades de pele variadas. Entretanto, os de cor branca corresponderam a 54,3% da amostra, os de cor parda 24,0% e, negra, 9,5%. O que a senhora pensa a respeito destes dados?*

Entrevistada: Não vejo ligação entre cor de pele e violência doméstica. Talvez mais brancos, porque existam mais brancos na sociedade.

***Pesquisador:** O nível de escolaridade dos agressores encontrados é geralmente, baixo. Em sua maioria encontram-se distribuídos entre alfabetizados (9,7%), ensino fundamental completo (12,2%) e fundamental incompleto (30,2%). Os agressores com nível superior completo foram representados por apenas 0,7% da amostra. A senhora acredita ser possível estabelecer alguma relação entre pouco tempo de estudo e violência doméstica contra a mulher?*

Entrevistada: Com certeza. A educação começa dentro de casa. A pessoa sem oportunidades escolares e profissionais reflete uma diminuição de sua percepção em termos sociais. O nível baixo dos agressores graduados não significa que a violência não aconteça. Ela acontece, sim, mas de forma mais camuflada. Preocupa-se com a imagem porque a pessoa é profissionalmente estabelecida. Penso que nesta faixa pode ser muito maior do que o encontrado nos dados.

***Pesquisador:** A partir do que conversamos, é possível concluir-se que a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Divinópolis é um local em que as classes mais abastadas economicamente não vem, ou, se vem, seu número é inexpressivo? Por quê?*

Entrevistada: Em relação a esta pergunta, precisamos fazer uns esclarecimentos. Você pesquisou os boletins de ocorrência. A mulher agredida pode chegar à Delegacia de duas maneiras. A primeira é quando a Polícia Militar é acionada. A função da PM é a de ser um policiamento ostensivo. Ou seja, a polícia é chamada em um momento de crise para evitar que o fato se consume. Nestes termos, as classes mais baixas são as que chegam à Delegacia. Agora, pela outra maneira, a “via silenciosa”, também vêm pessoas com condições. Geralmente elas evitam o “barraco” de chamar a PM e vêm pela porta silenciosa, pedindo ajuda espontaneamente. Pessoas mais ricas vêm por este caminho. Acredito também que pessoas com mais condições procurem resolver os conflitos, através de profissionais contratados como médicos, psicólogos, advogados etc.

***Pesquisador:** A senhora acredita que a violência doméstica contra a mulher acontece em todas as classes sociais ou é restrita a alguma (s) delas? Por quê?*

Entrevistada: Em todas. O ser humano é muito complexo. Cada um com suas neuroses. O outro é culpado de tudo. Em todos os níveis. A convivência humana é o conflito. Por mais que se tenha educação, cultura, se está sujeito a isso. A gente que tem um bom berço tem dificuldade em se relacionar, imagina que não o tem.

***Pesquisador:** Na sua opinião, quais são as circunstâncias sociais que mais favorecem a eclosão de episódios de violência doméstica?*

Entrevistada: Falta de oportunidades lícitas que provocam uma restrição social. Educação, trabalho, lazer, dinheiro. A pessoa vai se frustrando diante das restrições. A mídia jogando a cultura do ter na cabeça das pessoas. A violência é uma consequência disso.

Pesquisador: *Percebe-se na literatura sobre violência doméstica contra a mulher, uso recorrente de álcool e/ou drogas por parte dos agressores. A senhora constata tal fato aqui na Delegacia? Se sim, no seu modo de entender, qual a correlação entre álcool e violência doméstica contra a mulher?*

Entrevistada: Sim. Apesar de eu não ter dados estatísticos aqui, percebo que uns 90% apresentam correlação. Questão do vício e da busca de alívio psicológico que acaba se transformando em necessidade.

Pesquisador: *No Livro de Ocorrências, 75,5% dos registros referem-se à tríade “ameaça”, “vias de fato” e lesão Corporal”. A senhora acredita que exista algum motivo para que essas três ocorrências sejam as mais freqüentes? Qual?*

Entrevistada: São, sim. Mas isso é quando há a materialização da violência doméstica. É a eclosão da mesma, que, geralmente, não começa com agressões desse nível. É quando a violência se concretiza, se materializa.

Pesquisador: *Com a promulgação da “Lei Maria da Penha”, já foi possível verificarem-se mudanças na quantidade e no tipo de violência praticada contra a mulher? Se, sim, quais?*

Entrevistada: Hoje, em 2008, há uma repercussão grande da lei, principalmente por causa da prisão em flagrante, fato que a legislação antiga não previa. O número de flagrantes e conseqüentemente pessoas conduzidas aos presídios é expressivo. E isso tem uma repercussão social. A sociedade tem uma visibilidade muito maior disso hoje. O homem que é intimado pra vir à Delegacia tem muito mais medo que tinha antes da nova lei.